

A Confissão Frequente

Benedickt Baur

A CONFISSÃO FREQUENTE

BENEDICKT BAUR

Tradução por IA (ChatGPT)
do *texto em inglês*

PRÓLOGO

Nos últimos anos, por ocasião da renovação litúrgica e de algumas novas considerações surgidas no campo da piedade católica, muito se escreveu e discutiu acerca da confissão frequente dos pecados veniais ou, como também lhe chamam, da confissão por devoção. O próprio Papa, na sua Encíclica *Mystici Corporis* (1943), dedicou especial atenção à confissão frequente; e, saindo ao encontro daqueles que «afirmam que não se deve atribuir tanta importância à confissão frequente», tomou-a sob a sua proteção: «Queremos recomendar vivamente o piedoso uso da confissão frequente, introduzido pela Igreja não sem uma inspiração do Espírito Santo.» Fica assim claramente expresso o juízo que a Santa Igreja formulou acerca da confissão frequente. Quem procura diminuir o valor da confissão frequente, reflita um momento – diz a Encíclica – que se coloca ao serviço de uma causa estranha ao Espírito de Cristo e prejudicial ao Corpo Místico do nosso Salvador.

Infelizmente, não são poucos, mesmo em meios católicos, os que levantam objeções contra a confissão frequente e julgam estar obrigados não só a deixar de a recomendar, mas até a desaconselhá-la, quando a própria Igreja, no seu Código de Direito Canónico, quase a transforma em dever para os seminaristas e para os religiosos.

Desde a primeira edição de *Beseligende Beicht*, em 1922, devido às dificuldades que entretanto surgiram contra a confissão frequente, apareceram novos e importantes pontos de vista; fizeram-se boas e práticas observações para conferir maior vitalidade à confissão frequente. Por isso, tornou-se necessário rever profundamente as edições anteriores, aproveitando, reunindo e sistematizando os novos conhecimentos.

A presente obra sobre a confissão frequente foi escrita, antes de mais, para os numerosos sacerdotes e religiosos que aspiram seriamente à perfeição, bem como para muitos leigos verdadeiramente piedosos. Da minha parte, estou firmemente convencido de que nestes meios existe um profundo desejo de praticar a confissão frequente e de a praticar de tal modo que seja verdadeiramente proveitosa e geradora de uma vida nova.

Não deve ser uma simples «prática»; não deve realizar-se mecanicamente ou apenas porque foi prescrita aos religiosos pelo Código de Direito Canônico e pela Regra.

É por isso que a presente obra pretende aprofundar o sentido da confissão frequente, dar-lhe vida, torná-la compreensível e expor o seu elevado valor para a vida cristã.

O Abade Butler escreve: «À medida que os católicos cultos e de elevado nível intelectual se integrarem mais profundamente na corrente viva do catolicismo e, com simplicidade de coração, participarem nas práticas habituais de piedade — cada um segundo os seus talentos pessoais, as suas inclinações e preferências —, aproximar-se-ão cada vez mais da religião do espírito» (*Benedictine Monasticism*, p. 309). Parece-me que esta frase tem um valor muito particular relativamente à confissão frequente, dado quão habitual ela é na Igreja e quão insistentemente tem sido recomendada pela Autoridade Suprema.

No que diz respeito ao título do livro, pareceu-me conveniente abandonar o antigo e, do mesmo modo, pôr de parte outras expressões, como «confissão por devoção», que, embora em si mesmas sejam muito expressivas e exatas, entre nós não são tão apreciadas. E agora, depois de ter utilizado a expressão «confissão frequente», decidi dar a esta nova edição o título: *A Confissão Frequente*. E por confissão frequente entendemos exclusivamente a confissão dos pecados veniais ou dos pecados já validamente confessados e perdoados, que agora se voltam a confessar ou se «incluem novamente». Trata-se de uma confissão feita com frequência, pelo menos uma vez por mês.

Abadia Primacial de Beuron, Pentecostes de 1945.

Benedikt Baur

PRIMEIRA PARTE:
A CONFISSÃO FREQUENTE

1. O que significa confissão frequente?

Pode receber-se frequentemente o sacramento da penitência porque, repetidas vezes, se cai em pecado mortal e se deseja obter o perdão de Deus. Não é da confissão frequente neste sentido que aqui tratamos. O que aqui entendemos por confissão frequente é a confissão repetida de uma pessoa que, ordinariamente, não comete qualquer pecado mortal e que, por isso, vive unida a Deus e, por amor, permanece ligada a Ele. Todavia, essa pessoa também incorre em toda a espécie de infidelidades e faltas, possui diversas fraquezas, hábitos desordenados e tendências defeituosas na luta contra a concupiscência e o amor-próprio. Não lhe é indiferente falhar por vezes, ainda que em matérias leves, e agir contra a própria consciência. Procura purificar a sua alma de toda a mancha de pecado e de imperfeição, conservá-la limpa e fortalecer a sua vontade na aspiração para Deus. Por isso, recorre frequentemente, por vezes até todas as semanas, à santa confissão. Procura a purificação interior e a firmeza da vontade; procura novas forças para caminhar sempre em direcção à união perfeita com Deus e com Cristo. Sabe muito bem que, em consciência, não está de modo algum obrigada a confessar os pecados veniais que tenha cometido. Conhece o ensinamento expresso da Igreja segundo o qual os pecados veniais podem ser apagados por muitos outros meios.

Esses meios são todos os actos de verdadeiro arrependimento sobrenatural, todas as orações em que se pede o perdão dos pecados, todas as obras realizadas com espírito de penitência e de reparação e todos os sofrimentos suportados com esse mesmo espírito.

Além disso, servem também todos os actos de perfeito amor a Deus e a Cristo, bem como todos os actos e obras de caridade cristã para com o próximo, realizados por motivos sobrenaturais, assim como todas as boas obras e todos os sacrifícios oferecidos por amor sobrenatural.

São igualmente meios eficazes a prática piedosa dos chamados sacramentais, por exemplo, o uso da água benta; além disso, diversas orações litúrgicas, como o *Confiteor Deo* e o *Asperges me*; e, sobretudo, a participação no santo sacrifício da Missa e a recepção da sagrada Comunhão. Pela sagrada Comunhão, «somos purificados das faltas

quotidianas», diz o Concílio de Trento (sessão XIII, capítulo 2). Vê-se, pois, como a misericordiosa bondade de Deus tornou fácil à alma, animada por um verdadeiro desejo de perfeição, reparar imediatamente uma falta cometida.

Se existem, portanto, tantos meios pelos quais a alma pode purificar-se dos seus pecados veniais sem recorrer ao sacramento da penitência, qual é então o significado e o valor da confissão dos pecados veniais? Em que consiste o «proveito» desta confissão, de que fala o Concílio de Trento? Diz ele: «Os pecados veniais, que não nos privam da graça divina e nos quais caímos com frequência, são justamente e utilmente confessados e acusados na confissão, como o demonstra a prática das pessoas piedosas» (sessão XIV, capítulo 5).

a) O fruto da confissão dos pecados veniais funda-se, antes de mais, no facto de se tratar da recepção de um sacramento. O perdão dos pecados é alcançado em virtude do sacramento, isto é, em virtude de Cristo. No sacramento da penitência, «àqueles que pecaram depois do baptismo aplicam-se os méritos da morte de Cristo» (Concílio de Trento, sessão XIV, capítulo 1). Convém notar o seguinte: no sacramento, é essencial o arrependimento íntimo dos pecados; esse arrependimento é elevado pelo sacramento à união com Deus e enriquecido pela graça. A graça aqui concedida, tratando-se apenas de pecados veniais, não consiste, como sucede no caso do pecado mortal, numa nova vida da graça, mas antes no fortalecimento, no aumento e no aprofundamento da vida sobrenatural, da santa caridade, na alma. O sacramento da penitência produz, antes de mais, algo de positivo: o fortalecimento da vida nova, o crescimento da graça santificante e, unido a ela, uma graça actual que move a nossa vontade a um acto de amor ou de arrependimento. Esse acto de amor apaga os pecados veniais e expulsa-os da alma, do mesmo modo que a luz afasta e elimina as trevas.

O benefício da confissão dos pecados veniais consiste, além disso, no facto de a virtude do sacramento não apenas apagar os pecados, mas também abranger e curar as suas consequências, de modo mais perfeito do que acontece no perdão extrassacramental dos pecados veniais. Com efeito, no sacramento da penitência é perdoada uma parte maior das penas

temporais devidas aos pecados do que pelos meios extrassacramentais, ainda que em ambos concorra o mesmo espírito de arrependimento. Mas, acima de tudo, o sacramento da penitência cura a alma da fraqueza produzida pelos pecados veniais, do cansaço e da frieza em relação às coisas divinas, da inclinação renovada para as coisas terrenas, do fortalecimento dos instintos e inclinações desordenadas e do poder da concupiscência desregrada – e isto em virtude do próprio sacramento, isto é, do próprio Cristo. Assim, a confissão dos pecados veniais comunica à alma uma renovada frescura interior, um novo impulso para se entregar a Deus, a Cristo e ao cultivo da vida sobrenatural, o que, ordinariamente, não acontece no perdão extrassacramental dos pecados veniais.

Um benefício muito especial e notável da confissão dos pecados veniais resulta ainda do facto de, em geral, os actos do exame de consciência, sobretudo o arrependimento, o propósito de emenda, a vontade de satisfazer e a aceitação da penitência, serem muito mais perfeitos e mais conscientemente realizados do que quando os pecados veniais são perdoados extrassacramentalmente, por exemplo, através de uma breve oração jaculatória ou do uso piedoso da água benta. Todos sabemos quanto custa confessarmo-nos devidamente diante do sacerdote; todos sabemos quanto devemos empenhar-nos em realizar bem os actos de arrependimento e de propósito de emenda e em despertar na vontade o desejo de penitência e de reparação. Com plena consciência, dedicamo-nos então a praticar bem esses actos.

E com razão. Esses actos de rejeição interior das faltas não constituem apenas uma disposição prévia da alma para receber o sacramento da penitência; fazem parte da sua própria essência. Deles depende a existência de um verdadeiro sacramento; deles depende também a medida da eficácia do sacramento, o crescimento da vida divina e o perdão dos pecados. O sacramento da penitência, tal como o sacramento do matrimónio, é o sacramento mais pessoal. A participação pessoal do penitente, os seus actos pessoais de arrependimento, de acusação dos pecados e de vontade de reparar são decisivos para a eficácia do sacramento.

Tudo depende, essencialmente, do nosso juízo pessoal acerca do pecado cometido e do nosso regresso pessoal a Deus e a Cristo. No sacramento da

penitência que recebemos, os nossos actos pessoais de penitência são elevados acima da esfera meramente humana e unidos à virtude dos sofrimentos e da morte de Cristo, que actua no sacramento. É daqui que procedem toda a graça e toda a eficácia do sacramento da penitência.

A chamada graça sacramental, própria apenas do sacramento da penitência e que nenhum outro sacramento produz nem pode produzir, é a graça santificante com uma força e uma eficácia especiais para eliminar o enfraquecimento causado pelos pecados veniais, a perda de vigor, de coragem e de impulso espiritual, fortalecer a alma e remover os obstáculos que se opõem à graça e à sua acção eficaz na alma.

Um significado e um benefício particulares da confissão frequente consistem ainda em confessar os pecados veniais ao sacerdote enquanto representante da Igreja, isto é, à própria Igreja, à comunidade. Quem comete um pecado venial continua a ser membro vivo da Igreja. Pelo pecado venial, não pecou apenas contra Cristo, contra Deus e contra o bem da sua própria alma; ao mesmo tempo causou dano à Igreja, à comunidade. O seu pecado é uma «mancha», uma «ruga» na Esposa de Cristo; é um obstáculo para que o amor que o Espírito Santo derrama sobre a Igreja possa desenvolver-se livremente em todos os membros do Corpo de Cristo. O pecado venial é um prejuízo infligido à comunidade; é uma falta de amor para com a Igreja, da qual unicamente lhe vêm a vida e a salvação para o cristão.

Por isso, não pode ser reparado de modo mais apropriado do que dando-o a conhecer ao representante da Igreja, recebendo dele o perdão e cumprindo a penitência que ele impõe.

b) O significado da confissão frequente não se esgota em obter, por meio deste sacramento, o perdão das faltas cometidas e a cura da fraqueza interior da alma. A confissão frequente não olha apenas para trás, para aquilo que já aconteceu, para as faltas cometidas no passado; olha também para a frente, para o futuro. Procura igualmente construir, deseja realizar uma obra para o futuro. Precisamente pela sua frequência, tende para um fim eminentemente positivo: fortalecer e renovar a vontade na sua luta pela verdadeira virtude cristã, pela perfeita pureza e pela entrega total a Deus, pelo triunfo completo do homem espiritual e sobrenatural em nós, mediante

o domínio do espírito sobre os apetites, os sentimentos, as paixões e as fraquezas do homem velho que ainda permanece em nós. A confissão frequente serve para que nos identifiquemos cada vez mais com o espírito e as disposições de Cristo, sobretudo com o ódio que Cristo sente por tudo aquilo que em nós possa desagradar a Deus, e para fazermos nosso o espírito de expiação e de reparação de Cristo pelos nossos próprios pecados e pelos pecados dos outros. Do verdadeiro espírito de penitência nasce a disponibilidade para todo o sacrifício, toda a dor, todas as dificuldades e provações que o Senhor Se digna enviar-nos, preciosos valores de que tanto mais participamos quanto melhores forem as nossas disposições e quanto mais frequentemente recebermos o santo sacramento da penitência.

c) Muitos destacam, como mais um benefício da confissão frequente, a direcção espiritual da alma por meio do confessor. É verdade que a direcção espiritual das almas que aspiram à perfeição da vida religiosa e cristã é altamente desejável e útil e, por vezes, até moralmente necessária. Hoje, a maioria das pessoas recebe essa direcção espiritual através do confessor. E com razão. Uma das principais razões pelas quais a Santa Igreja prescreve positivamente a confissão frequente, e até semanal, aos sacerdotes, aos seminaristas e aos membros das ordens religiosas é precisamente esta: assegurar, da forma mais simples, a direcção espiritual daqueles que têm a obrigação de aspirar de modo especial à perfeição cristã. Segundo Santo Afonso Maria de Ligório, uma das funções fundamentais do confessor consiste precisamente em ser director espiritual. Seria, contudo, um erro afirmar que a direcção espiritual está essencialmente ligada à confissão ou à confissão frequente. Também não seria correcto unir tão estreitamente a direcção espiritual à confissão frequente que, como sucede frequentemente, quase se perdesse de vista o aspecto sacramental da santa confissão para dar o primeiro lugar à orientação pastoral. O sacerdote e o religioso encontram normalmente a direcção espiritual em estreita união com a vida comunitária organizada, com a vida religiosa tal como é orientada pela regra e pelos superiores. Esta oferece-lhes, em condições normais, os meios necessários para alcançar o fim próprio da vida religiosa: a santidade.

2. Os pecados já devidamente confessados anteriormente, sejam mortais ou veniais, podem ser confessados de novo, isto é, podem voltar a ser incluídos na confissão? Já observámos que o elemento essencial da

confissão não são os pecados em si mesmos, mas os actos interiores de rejeição da vontade em relação aos pecados cometidos, os actos de arrependimento e a vontade de reparar, e assim por diante. Todavia, o pecado cometido permanece como um facto histórico, ainda que tenha sido perdoado. É igualmente possível que o homem se arrependa repetidas vezes, condene interiormente esse pecado, o deteste, renove a vontade de o evitar, de se corrigir e de fazer penitência. Quando existe esta disposição interior, nada impede que, pela virtude de Cristo que actua no sacramento da penitência, a pessoa seja conduzida a um novo regresso a Deus cheio de graça. Também neste caso, quando se confessam pecados já anteriormente confessados e perdoados, o sacramento produz o efeito que lhe é próprio: aumenta a graça santificante, a qual, como fruto do sacramento da penitência, apaga também o pecado, se algum existir, em virtude da sua própria natureza. A graça produzida pelo sacramento da penitência não deve ser concebida sem relação com o pecado, que ela apaga da alma quando esta se encontra em estado de pecado. Por isso, as palavras do sacerdote: «Eu te absolvo dos teus pecados» conservam todo o seu significado, mesmo quando produzem apenas e exclusivamente graça — isto é, um aumento da graça — sem perdoar qualquer pecado, porque já não existe nenhum a perdoar. É por isso que a Igreja considera matéria suficiente da santa confissão os pecados já devidamente confessados e perdoados (Código de Direito Canónico, cân. 902). O Papa Bento XI, em 1304, declarou «proveitoso» voltar a confessar os pecados já anteriormente confessados.

3. Pelo que ficou exposto, compreende-se em que sentido se pode falar de confissão frequente. Confissão frequente é aquela que é apta para produzir e alcançar este duplo fim: purificar a alma dos pecados veniais e, ao mesmo tempo, fortalecer a vontade na sua aspiração ao bem e a uma união mais perfeita com Deus. Segundo a doutrina comum e a experiência, este objectivo alcança-se através da confissão praticada todas as semanas, de quinze em quinze dias, ou de três em três ou de quatro em quatro semanas. A Santa Igreja prevê mesmo o caso de alguém se confessar mais de uma vez por semana (Código de Direito Canónico, cân. 595). Por outro lado, quem não tem matéria para confessar pode lucrar todas as indulgências desde que se confesse pelo menos duas vezes por mês ou

receba a sagrada Comunhão diariamente ou quase todos os dias (Código de Direito Canônico, cân. 931, § 3).

Do que ficou dito até agora deduz-se igualmente que a confissão frequente pressupõe e exige uma séria aspiração à pureza interior e à virtude, à união com Deus e com Cristo, isto é, uma verdadeira vida interior. Quem se contenta apenas em evitar o pecado mortal, sem se preocupar com os pecados veniais, com certas infidelidades e faltas; quem não está resolvido a combatê-los seriamente, não se encontra em condições de praticar, com proveito, a confissão frequente. A confissão frequente é incompatível com uma vida de tibieza; pelo contrário, segundo a sua finalidade mais profunda, é um dos meios mais eficazes para vencer e eliminar a tibieza. Praticada com atenção e consciência, desperta necessariamente o desejo do bem, da perfeição, da luta contra o pecado mais íntimo de que se tem consciência e contra toda a infidelidade ou negligência.

As almas mais perfeitas procuram e encontram na confissão frequente força e coragem para combater pela virtude e por uma vida para Deus e com Deus. Mas procuram, antes de mais, a perfeita pureza da alma. Causa-lhes profunda dor entristecer, com as suas infidelidades, o seu Pai cheio de amor. Têm sempre diante dos olhos Cristo, o Esposo da sua alma, cheio de beleza, de pureza imaculada e de santidade. Querem partilhar a sua vida, vivê-la, prolongá-la e tornar-se outro Cristo. Impelidas pelo amor ao Pai e pelo amor a Jesus, a quem desejam assemelhar-se cada vez mais, recorrem frequentemente à santa confissão. É o santo amor de Deus e de Cristo que leva estas almas a receber frequentemente o sacramento da penitência. Para elas, a confissão frequente é uma necessidade.

As almas menos perfeitas procuram e encontram frequentemente na santa confissão um excelente meio para lutar eficazmente contra as imperfeições, as faltas quotidianas, as inclinações e hábitos desordenados e, sobretudo, contra o cansaço espiritual e o perigo do desânimo. Precisamente na recepção do sacramento da penitência, estas almas experimentam no íntimo que, nelas e com elas, combate e triunfa Alguém mais forte: Cristo, o Senhor, que venceu o pecado e quer e pode vencê-lo também nos seus membros.

Queremos concluir este capítulo com as palavras da Encíclica *Mystici Corporis*, de Pio XII, de 29 de Junho de 1943:

«É, pois, absolutamente evidente que, com estas doutrinas enganadoras (as do falso quietismo), o mistério de que tratamos, longe de trazer proveito espiritual aos fiéis, se converte miseravelmente na sua ruína. O mesmo sucede com as falsas opiniões daqueles que afirmam não ser necessário dar tanta importância à confissão frequente dos pecados veniais, porque possuímos aquela confissão geral mais excelente que a Esposa de Cristo faz todos os dias com os seus filhos unidos ao Senhor, por meio dos sacerdotes que se aproximam do altar de Deus. É certo, como bem sabeis, veneráveis irmãos, que estes pecados veniais podem ser expiados de muitas maneiras altamente louváveis; mas, para progredir cada dia com maior fervor no caminho da virtude, queremos recomendar vivamente o piedoso uso da confissão frequente, introduzido pela Igreja não sem inspiração do Espírito Santo. Por meio dela cresce o conhecimento de si mesmo, fomenta-se a humildade cristã, arrancam-se os maus hábitos, combate-se a tibieza e a negligência espiritual, purifica-se a consciência, fortalece-se a vontade, realiza-se uma saudável direcção das consciências e aumenta a graça em virtude do próprio sacramento. Saibam, pois, aqueles que diminuem ou desvalorizam a prática da confissão frequente entre os jovens clérigos, que empreendem uma obra estranha ao Espírito de Cristo e altamente nociva para o Corpo Místico do nosso Salvador.»

2. Como deve praticar-se a confissão frequente?

Não é fácil responder a esta pergunta. Também aqui se aplica a regra de que a mesma prática não convém igualmente a todos. É necessário distinguir duas categorias entre aqueles que praticam a confissão frequente.

Muitos vivem no meio do mundo: na família, no escritório, na fábrica, na escola, na profissão ou nos negócios, com toda a sua azáfama, inquietação e ruído. Esforçam-se sinceramente por levar uma vida pura e agradar a Deus. Permanecem habitualmente em estado de graça e como filhos de Deus, mas recaem continuamente em toda a espécie de faltas. Aproximam-se da santa confissão todas as semanas ou, pelo menos, regularmente; arrependem-se sinceramente das suas faltas e acusam-se delas com espírito de penitência e com a melhor vontade possível, embora talvez não de uma forma muito perfeita.

Diremos que uma tal confissão não lhes é proveitosa? Pelo facto de a fazerem de maneira pouco hábil e imperfeita, deveremos inquietá-los e aconselhá-los, sem necessidade urgente, a proceder de outro modo? Ou não será antes preferível ajudá-los a formar um propósito sério e prático e a conservar uma vontade firme de avançar, apesar das quedas, crescendo continuamente na vida espiritual? O mesmo se pode dizer, em geral, daqueles primeiros anos da vida religiosa em que ainda ocorrem frequentemente tropeços, infidelidades e faltas, pecados veniais conscientes e deliberados, de certa gravidade. Nestes anos, é aconselhável que a santa confissão esteja intimamente ligada à meditação, ao exame geral de consciência e ao exame particular.

Mas, pouco a pouco, e de modo normal, verifica-se em toda a vida interior um contínuo processo de simplificação. A esse processo estão sujeitas a meditação, o exame de consciência, toda a aspiração à virtude e toda a vida de oração. Também a recepção do sacramento da penitência está sujeita a este processo de simplificação. À medida que a vida interior progride, diminuem os pecados veniais conscientes e deliberados, permanecendo, em geral, apenas os chamados pecados de fraqueza. É precisamente então que começam a surgir dificuldades práticas na santa confissão; em certo sentido, essas dificuldades tornam-se tanto maiores

quanto mais a alma cresce em pureza e se aproxima de Deus. Para ambas as categorias de almas são válidas as considerações seguintes acerca do modo como se deve praticar a confissão frequente. Começemos pelo propósito.

A) O propósito

Para que a confissão frequente seja não apenas válida e digna, mas também positivamente construtiva e eficaz para o crescimento da vida interior, vale a seguinte regra orientadora: na santa confissão, deve acusar-se sobretudo aquilo contra o qual estamos conscientemente decididos a lutar com firmeza. Assim, o ponto central da confissão frequente será o propósito de emenda.

1. O propósito é inseparável do arrependimento; brota necessariamente do verdadeiro arrependimento, como o fruto maduro da árvore. Sendo parte integrante do arrependimento, o propósito é, como o próprio arrependimento, um elemento essencial e absolutamente necessário da confissão.

É preciso distinguir entre o propósito explícito e aquele que está implicitamente contido no arrependimento. Este último não constitui um novo acto da vontade, separado do acto de arrependimento, mas está incluído na dor e na detestação do pecado que são próprias do arrependimento. Basta para a recepção válida do sacramento da penitência. Assim, se antes da acusação dos pecados se fez um verdadeiro acto de arrependimento, ainda que sem pensar expressamente no propósito nem formulá-lo, a confissão já é válida, porque o propósito necessário está incluído nesse arrependimento. Mas, se se pretende tornar a confissão mais frutuosa e fazê-la servir de meio de progresso interior e de santificação, torna-se necessário um propósito explícito, distinto do acto de arrependimento.

O propósito explícito pode ser geral ou particular. É geral quando se refere a todos os pecados veniais ou, pelo menos, a todos os pecados veniais de que a pessoa se acusa nessa confissão. É particular quando consiste na vontade de evitar ou combater seriamente determinados pecados veniais ou certas faltas concretas.

Para a validade da confissão em que apenas se acusam pecados veniais, basta a intenção de querer evitar ou combater os pecados confessados, ou pelo menos um deles; basta também o propósito de evitar uma determinada categoria de pecados veniais; finalmente, basta a intenção de evitar, tanto quanto possível, ou pelo menos diminuir progressivamente o número dos pecados veniais não plenamente deliberados, isto é, dos chamados pecados de fraqueza. Não é necessário o propósito de evitar totalmente os pecados veniais, como sucede em relação aos pecados mortais; basta o propósito de os combater ou de empregar os meios necessários para diminuir, pelo menos, o seu número e a sua frequência.

Muitos dos que se confessam frequentemente incorrem na falta de não assumirem um propósito sério em relação a grande parte dos pecados que confessam. São Francisco de Sales afirma que é um abuso confessar um pecado sem se estar resolvido a evitá-lo ou, pelo menos, a combatê-lo seriamente (*Introdução à Vida Devota*, II). Infelizmente, este abuso tornou-se frequente, sobretudo na confissão feita por rotina, em que cada vez se acusam as mesmas faltas, sem qualquer progresso, sem diminuição do número ou da gravidade dos pecados veniais, sem uma rejeição enérgica do pecado e sem um crescimento do zelo em aspirar ao bem. Aqui existe uma falha fundamental: falta o propósito. Adquire-se o hábito de acusar sempre o mesmo pecado venial, sem pensar seriamente em combatê-lo com energia. Existe, sem dúvida, um propósito geral ou implícito no próprio acto de arrependimento e, por isso, a confissão é válida; mas uma confissão feita assim dificilmente poderá ser verdadeiramente frutuosa, construtiva e promotora da vida interior. Neste ponto, os confessores têm uma responsabilidade para com aqueles que se confessam frequentemente; mas a responsabilidade pertence, antes de mais, aos próprios penitentes.

Por isso, as almas mais purificadas e mais capazes não se acusarão, na confissão frequente, de faltas, infidelidades ou pecados de fraqueza que não estejam sinceramente resolvidas a evitar ou a combater. Contudo, não é possível concentrar, ao mesmo tempo e de forma duradoura, toda a atenção e todas as forças num grande número de defeitos e fraquezas. Deve, pois, observar-se esta regra fundamental: pouco, mas bem; com toda a seriedade e determinação, com constância e perseverança. *Divide et impera*: dividir para vencer. Assim, essas almas deverão limitar o propósito da sua

confissão a poucos pontos; melhor ainda, a uma única falta que desejem combater, a um único aspecto que mantenham continuamente diante dos olhos e no qual concentrem todos os seus esforços. Antes de mais, devem escolher aquilo que, naquele momento, é realmente necessário, aquilo que é mais importante, aquilo que, nas circunstâncias concretas da sua vida, constitui o ponto principal. Muito depende de o propósito ser bem escolhido e bem formulado.

Estas almas devem procurar, sobretudo, formar um propósito positivo, isto é, orientado para a prática de uma virtude determinada. O caminho para vencer as nossas faltas e fraquezas não consiste em fixar constantemente a atenção nelas e combatê-las directamente, mas em manter sempre o olhar voltado para o bem positivo, para a santidade, procurando-a conscientemente. As almas que aspiram verdadeiramente à perfeição lutam, acima de tudo, pelo puro amor de Deus e de Cristo. O amor de Deus traduz-se no amor ao próximo; é um amor paciente, que perdoa, ajuda, serve, comunica alegria e dá força para amar. Essas almas fixam o olhar na pureza de intenção e nos motivos das suas acções. Propõem-se viver da fé e acolher como disposição ou permissão de Deus tudo aquilo que a vida quotidiana lhes traz. O amor de Deus e do Redentor torna-as fortes para os sacrifícios de cada dia, grandes e pequenos; fortes para a paciência, para a fidelidade à verdade, para a vida comunitária, para a humilde aceitação da cruz que lhes é imposta pelas circunstâncias, pelas doenças, pela própria fraqueza e insuficiência, pelas numerosas quedas, pelas dificuldades da vida interior, pelos estados de aridez, de vazio ou de frieza interior, pelo cansaço e pelo mal-estar físico, pela repugnância à oração, e por tudo o mais. É o amor que lhes dá essa força. «A caridade é paciente, é benigna; a caridade não é invejosa, não é leviana nem precipitada, não se ensoberbece, não procura os seus próprios interesses, não se irrita, não pensa mal; tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta... Procurai com ardor alcançar a caridade» (1 Cor 13, 4 ss.), o santo amor de Deus e de Cristo. Na caridade está contida toda a virtude.

O propósito deve, antes de mais, ser praticamente realizável. É precisamente neste ponto que muitos falham. Formula-se, por exemplo, este propósito: «Não quero voltar a ter distrações na oração; não quero voltar a ser impaciente; não quero tornar a ter pensamentos de orgulho», etc. Estes

são propósitos praticamente irrealizáveis, que apenas servem para acumular novas decepções sobre as antigas. Para nós, seres humanos que vivemos nesta terra, não se trata de nunca ter distrações na oração, de nunca sentir qualquer movimento de irritação, de nunca ser sensível aos aborrecimentos e às injustiças, de nunca ter um pensamento de orgulho... Trata-se apenas de que essas distrações, irritações e movimentos semelhantes não sejam voluntários e de que, logo que deles tomemos consciência, os combatamos.

Forme-se, portanto, um propósito que possa realmente ser posto em prática. Por exemplo: proponho-me que, logo que me aperceba de estar distraído, me recolherei imediatamente; assim que notar um movimento de irritação, farei um acto de paciência conforme à vontade de Deus; sempre que me acontecer algo desagradável, dirigir-me-ei ao Senhor dizendo: «Senhor, ajudai-me» ou «Por amor de Vós quero suportá-lo». Se se pretender mais do que isto, o propósito de nada servirá. Apenas recolheremos decepções e desânimo.

O propósito deve adaptar-se às necessidades e circunstâncias do momento. Deve ter por objecto aquilo que, no presente, exige maior esforço e deve ser combatido com todas as forças. Deve também atender à acção actual da graça, que tantas vezes toma como ponto de partida algum mistério de Cristo, da liturgia ou do ano eclesial, uma experiência interior, a meditação, uma leitura espiritual, uma inspiração íntima, e assim por diante.

O propósito não deve mudar a cada confissão; mas, se permanecer o mesmo, deve ser renovado, fortalecido e aprofundado em cada confissão. Em regra geral, deve conservar-se e renovar-se até que a falta que constitui o objecto do propósito tenha sido vencida com suficiente segurança e constância, de modo que o seu domínio tenha enfraquecido de forma notável. Muitas vezes será necessário manter o mesmo propósito até mudarem as circunstâncias exteriores. Certas faltas exteriores, como a curiosidade dos olhos, a quebra do silêncio ou as faltas contra a caridade, deverão ser combatidas com um propósito especial até que o hábito contrário adquira firme predominância. Para isso contribuem poderosamente o exame particular e a meditação diária.

O propósito pode também referir-se directamente a determinados meios pelos quais se deseja resistir a uma falta. Assim, para vencer melhor as distrações na oração, pode formar-se o propósito de fazer a meditação com maior fidelidade; ou, para combater os movimentos de impaciência, de crítica e de falta de caridade, pode tomar-se o propósito de viver mais na presença de Deus e de Cristo e de dominar melhor os sentidos.

Não esqueçamos que a boa vontade é uma vontade real e efectiva e que, por isso mesmo, é perfeitamente compatível com o receio, e até com a fundada expectativa de uma nova queda, pelo menos nas faltas não plenamente deliberadas. Devemos contar sempre com esta importante verdade de fé: o homem, mesmo vivendo em estado de graça santificante, «sem um privilégio especial de Deus, como a Santa Igreja ensina a respeito da Virgem Maria, não pode evitar durante toda a vida todos os pecados veniais» (Concílio de Trento, sessão VI, cân. 23). O essencial, portanto, não é nunca cometer qualquer falta, mas não sermos indiferentes às faltas e ofensas, às suas causas e raízes, rejeitá-las energicamente, nunca fazer as pazes com elas e caminhar constantemente para as alturas do santo amor de Deus.

B) A confissão (acusação)

O Concílio de Trento sublinha o facto de que os pecados veniais não precisam de ser confessados. «Com razão e proveito são confessados, mas podem ser omitidos sem culpa e ser perdoados e expiados por muitos outros meios» (sessão XIV, capítulo 5).

O objecto da confissão só pode ser o pecado, e apenas os pecados cometidos depois do Baptismo. O que não é pecado não pode ser confessado. Assim, só podem ser confessados os pecados cometidos com conhecimento e vontade, os chamados pecados veniais deliberados ou intencionais; igualmente, os chamados pecados de fraqueza, nos quais se cai por precipitação culpável, por uma excitação momentânea, por irreflexão, por falta de domínio de si mesmo ou por leviandade, ainda que sem plena liberdade. Não é necessário confessar o número nem as circunstâncias agravantes dos pecados veniais; contudo, é aconselhável tê-

las em conta e mencioná-las quando tornam as faltas mais graves e mais profundamente enraizadas. Constitui, por exemplo, uma circunstância agravante faltar à caridade para com um benfeitor imediatamente depois de ter recebido a sagrada Comunhão. Antigamente discutia-se se também podiam ou deviam confessar-se as chamadas imperfeições, por exemplo, ter-se defendido quando teria sido mais perfeito — embora não obrigatório — guardar silêncio; ou permitir-se algo de que teria sido melhor abdicar. Hoje é prática comum confessar também as imperfeições, primeiro porque, no fundo delas, costuma esconder-se alguma negligência, e depois porque o seu conhecimento é útil ao confessor para a direcção espiritual.

As distrações verdadeiramente involuntárias na oração, os movimentos involuntários de impaciência, os pensamentos contrários à caridade, os sentimentos de antipatia ou os juízos espontâneos, quando são certamente não deliberados e involuntários, não constituem matéria de confissão.

2. Aqueles que se dedicam seriamente à vida espiritual, sobretudo os religiosos que, por vocação, estão obrigados a uma vida de perfeição cristã, depois de ultrapassarem os primeiros estádios da vida espiritual, devem confessar ordinariamente apenas aqueles pecados e faltas contra os quais estão conscientemente resolvidos a lutar. Não confessarão, portanto, todas e cada uma das faltas e imperfeições que cometeram, mas apenas aquelas que constituem o objecto do seu propósito de emenda. O propósito e a confissão — isto é, a acusação dos pecados — caminham de mãos dadas. Também aqui se aplica o princípio de que vale mais pouco, mas bem, do que muito e disperso; não muitas coisas, mas uma profundamente trabalhada. Entre as faltas e infidelidades quotidianas, deve escolher-se aquela que tende mais persistentemente a criar raízes, aquela que é cometida com maior consciência e vontade, que nasce de um hábito desordenado ou de uma inclinação ou paixão dominante, ou ainda aquela que mais faz sofrer o próximo. Esta acusação limitada é particularmente aconselhável para aqueles que, apesar da sua boa vontade, facilmente se esquecem do propósito; para os que têm defeitos habituais ou defeitos de temperamento mais graves; para os que se sentem interiormente esgotados e fracos, sem força e sem verdadeiro desejo de aspirar à virtude; para os que correm o perigo de cair na tibieza e na negligência; para os que apenas com dificuldade conseguem libertar-se de determinadas faltas; e, finalmente,

também para aqueles que facilmente se atormentam com a dúvida de não terem tido dor e arrependimento suficientes pelos pecados confessados.

Assim, nada mais fazemos do que interpretar, segundo as nossas próprias ideias, a lei de Deus, impondo-nos a obrigação de recitar uma verdadeira ladainha de pecados veniais, de circunstâncias minuciosas e de pormenores. Expor tudo isso de forma completa é simplesmente impossível. Daqui nascem inúmeras angústias e escrúpulos, que assentam unicamente no facto de, por verdadeira impossibilidade, se ter omitido alguma coisa que, sem pecado, com plena liberdade, podia «calar-se» (LEHEN, *Caminho para a Paz Interior*, p. 93). No desejo de confessar todos os pecados veniais há, além de muita ignorância e incompreensão, também muito egoísmo e orgulho: queremos ficar satisfeitos connosco próprios e com a nossa confissão; queremos poder passar a nós mesmos um certificado de termos dito tudo quanto podíamos dizer. Além disso, muitas almas alimentam a ilusão de que, simplesmente por se terem confessado, tudo fica resolvido. Que erro tão prejudicial!

O conhecimento da raiz dos pecados veniais, sobretudo do defeito dominante, e o conhecimento das ocasiões que dão origem a determinadas faltas podem ser muito úteis ao confessor. Vale a pena falar disso, de tempos a tempos, na santa confissão.

3. Na prática, existem diversos modos de fazer bem e frutuosamente a acusação dos pecados e de aprofundar e simplificar a confissão frequente. Alguns confessam todas as suas faltas ou, pelo menos, as mais importantes cometidas desde a última confissão. Muitas almas fazem-no com razão e proveito. Mas, tratando-se de almas que procuram verdadeiramente a Deus com seriedade, sejam leigos, sacerdotes ou religiosos, julgamos dever indicar o seguinte método: pode partir-se de uma falta determinada, cometida depois da última confissão. Nesse caso, a confissão poderá desenvolver-se deste modo: «Com plena consciência, julguei e falei sem caridade. Durante toda a minha vida pequei, por pensamentos e palavras, com juízos contrários à caridade para com o próximo; acuso-me de todos esses pecados da minha vida. Acuso-me também de todos os outros pecados e faltas de que me tornei culpado diante de Deus.» É um modo muito simples e proveitoso de acusar os pecados, desde que haja um esforço sério

por despertar um verdadeiro arrependimento. Do arrependimento nasce naturalmente um propósito claro e concreto: «Esforçar-me-ei por eliminar todos os juízos e palavras deliberadamente contrários à caridade.»

Um segundo modo de nos acusarmos consiste em partir de um mandamento determinado, de uma paixão, de um hábito ou de uma inclinação; sempre de um ponto que, naquele momento, seja particularmente importante para a vida interior. Assim, a confissão poderá fazer-se deste modo: «Irrito-me facilmente por qualquer coisa; os outros irritam-me; falo deles com censura e dou livre curso à antipatia e ao mau humor. Acuso-me de ter procedido assim muitas vezes ao longo da minha vida. Acuso-me também de todos os outros pecados e faltas de que me tornei culpado diante de Deus.» Também este é um modo simples e proveitoso de confessar-se; pressupõe e exige que o penitente tenha concentrado, durante bastante tempo e com vista a um fim determinado, a sua atenção num pecado concreto, na raiz de determinadas faltas ou num ponto importante da sua vida interior. Também aqui o elemento decisivo é o arrependimento. Este modo de confissão permite ao confessor tratar o penitente de forma mais pessoal e ajudá-lo eficazmente nos seus esforços.

Finalmente, pode tomar-se como ponto de partida um pecado contra determinado mandamento. Por exemplo: «Pequei muitas vezes e gravemente por impaciência, por falta de domínio de mim mesmo, por mau humor, por sensualidade. Acuso-me também de todos os outros pecados mortais e veniais de toda a minha vida.»

Do que foi dito resulta o seguinte: quem deseja praticar bem a confissão frequente e tirar dela todo o fruto possível deve manter uma boa ordem na sua vida interior. Deve ver com clareza quais são, para si, os pontos verdadeiramente importantes e essenciais; deve conhecer as suas próprias imperfeições e orientar a sua vida de acordo com esse conhecimento, de maneira consequente. Se também o confessor, com compreensão e verdadeiro interesse pelo progresso espiritual do seu penitente, colaborar com ele de forma perseverante, a confissão frequente tornar-se-á um excelente meio para edificar e aperfeiçoar a vida moral e religiosa e para se identificar cada vez mais com Cristo e com o seu espírito.

C) O exame de consciência

O exame de consciência para a recepção do sacramento da penitência está intimamente ligado à prática do exame de consciência em geral.

Enquanto os mestres da vida espiritual, desde os antigos monges até aos nossos dias, consideram e apresentam o exame de consciência, geral ou particular, como um elemento essencial da verdadeira vida cristã, existem hoje certos sectores católicos que já não querem saber de um exame de consciência que desça ao concreto. Antes de mais, rejeitam o exame particular e pretendem substituí-lo por um «simples olhar» sobre o estado da alma. Não compreendem que, pelo menos para os principiantes, é absolutamente necessário descer ao particular, se querem conhecer e corrigir as suas faltas e as respectivas raízes, as diversas paixões e as atitudes interiores desordenadas. De outro modo, os principiantes correm facilmente o risco de se contentarem com um olhar superficial, que não penetra na consciência e deixa subsistir as paixões, os maus hábitos e outras desordens.

Seria lamentável que também aqui tivesse aplicação a palavra de Cristo: «Os filhos deste mundo são mais prudentes, no seu género, do que os filhos da luz.» Com que diligência tratam eles dos seus negócios! Com que frequência confrontam as despesas com as receitas! Como é exacta e rigorosa a sua contabilidade!» (Pio X, Exortação).

A Igreja impõe aos sacerdotes e aos religiosos a obrigação do exame diário de consciência e condena expressamente a doutrina de Miguel Molinos segundo a qual «é uma graça não poder ver as próprias faltas» (Dz 1230). Foi também a conhecida quietista Madame Guyon quem sustentou que bastava simplesmente «expor-se» à luz divina. É significativo que os autores modernos, mesmo quando tratam da simples educação humana no plano natural, insistam decididamente numa espécie de exame de consciência puramente introspectivo.

2. Não admira, pois, que os mestres da vida espiritual insistam em que o exame de consciência é necessário e indispensável para a purificação da alma e para o progresso na vida de perfeição. Sem um exame de

consciência bem ordenado, apenas tomamos consciência de metade das nossas faltas. Essas más inclinações e paixões desordenadas fortalecem-se progressivamente e acabam por ameaçar seriamente a vida da graça. Sobretudo, a santa caridade não pode desenvolver-se plenamente.

O exame de consciência oferece diversas possibilidades: pode ter como único objectivo o conhecimento dos pecados veniais — não tratamos aqui dos pecados mortais — cometidos com plena consciência; ou também o conhecimento dos pecados de fraqueza, pouco ou dificilmente percebidos; ou, finalmente, a reflexão sobre a forma como se poderia e deveria ter correspondido melhor à graça. É evidente que um exame de consciência bom e exacto só pode ser realizado com o auxílio da graça sobrenatural.

O exame geral de consciência passa em revista todos os actos do dia: pensamentos, sentimentos, palavras e obras. Quando é feito regularmente, este exame não é difícil: a pessoa sabe em que costuma falhar e, assim, reconhece sem especial esforço as faltas ocasionais do dia. Quando se trata de uma falta mais grave, ela própria inquietará a alma que procura sinceramente a perfeição. Se existe verdadeira vida interior, não é necessário prolongar excessivamente este exame. Mais importante é o acto de arrependimento. É precisamente neste ponto que se pode dar sempre maior profundidade e intensidade ao exame de consciência. Do arrependimento nasce o propósito, que ordinariamente se concretizará no propósito levado à confissão.

O exame geral de consciência completa-se com o chamado exame particular. Este ocupa-se, durante um período prolongado, de uma falta previamente determinada que se deseja vencer ou eliminar, ou de uma virtude concreta que se pretende alcançar. O exame das faltas dirige-se, antes de mais, para as faltas exteriores, aquelas que incomodam ou prejudicam o próximo; depois, para as faltas interiores, os defeitos de carácter propriamente ditos, o ponto fraco do nosso ser e da nossa vida. Quando a falta ocorre apenas raramente ou em determinadas ocasiões, será conveniente passar ao exame positivo de certos actos de virtude. Este exame, à medida que se progride na vida espiritual, assume cada vez mais a forma de fortalecimento da vontade em ordem a uma determinada virtude e de súplica dirigida a Deus para que nos fortaleça e aperfeiçoe nessa virtude,

por exemplo, no amor de Deus e do próximo, no espírito de fé, na humildade ou na vida de oração. O propósito do exame particular coincidirá normalmente com o propósito pessoal e específico da confissão frequente. É precisamente por isso que, para as almas religiosas e verdadeiramente zelosas, o exame particular é de grande importância, sobretudo na forma que acabámos de indicar: como meio de consolidar e tornar perseverante a vontade na prática da virtude.

3. Não basta conhecer apenas os actos e as faltas. É igualmente importante — ou antes, ainda mais importante — examinar as atitudes e disposições interiores. Para isso serve o chamado exame de consciência «habitual», isto é, lançar frequentemente um breve olhar sobre o próprio interior, observar a inclinação dominante do momento, o sentimento, as aspirações que nesse instante prevalecem no coração. Entre os muitos sentimentos que lutam entre si e assaltam o coração humano, há sempre um que domina, que imprime a sua orientação ao coração e determina os seus movimentos. Pode ser o desejo de ser elogiado; o receio de uma censura, de uma humilhação ou de um sofrimento; pode ser a inveja ou a amargura por uma injustiça sofrida; a desconfiança; um desejo desordenado de êxito no trabalho ou de saúde. Outras vezes, é um estado de desânimo, de falta de energia perante certas dificuldades, fracassos ou provações. Mas esse sentimento dominante também pode ser o amor de Deus, o desejo ardente de se sacrificar, a alegria de servir a Deus, a submissão à sua vontade, a humildade, o anseio de mortificação e de entrega total a Deus.

«Onde está o meu coração? Qual é a inclinação principal que o determina? Qual é a verdadeira mola que põe em movimento todo o meu ser?» Pode tratar-se de uma inclinação duradoura, de uma simpatia, de uma amargura, de uma antipatia; ou de uma impressão passageira, mas tão profunda e intensa que continua durante muito tempo a repercutir-se no coração. Perguntemo-nos: «Onde está o meu coração?» Deste modo verificamos frequentemente qual é a inclinação dominante do momento, a orientação do coração, e avançamos até ao centro de onde procedem os diversos actos, palavras e obras. Assim chegamos a conhecer os acontecimentos fundamentais, tanto no bem como no mal.

Este conhecimento serve tanto para o exame de consciência particular e geral como para o exame de consciência destinado à santa confissão. Descobrimos facilmente o que é importante e essencial para o nosso esforço espiritual; arrependemo-nos, damos graças a Deus por nos fazer ver a ordem dos nossos sentimentos mais íntimos e imploramos a sua graça e fortaleza. Descobrimos aquilo de que nos devemos acusar na santa confissão e aquilo que deve constituir o nosso propósito. Compreendemos também como este breve olhar habitual para o interior, continuamente renovado, dá origem e fortalece tanto o exame particular como o exame geral de consciência.

4. O exame de consciência para a confissão frequente não se estenderá a todas as faltas cometidas desde a última confissão, mas atenderá sobretudo ao propósito formulado na última confissão ou ao objecto do exame particular, para verificar se trabalhámos e até que ponto procurámos realizá-lo. Se, durante a semana, tiver acontecido algo de especialmente importante, ou se tivermos cometido uma falta mais grave, a própria consciência não nos deixará descansar. A visão de conjunto das faltas cometidas é garantida pelo exame geral de consciência. Por isso, não é necessário que o exame de consciência para a santa confissão se estenda a todos e a cada um dos pecados veniais cometidos desde a última confissão. Vemos, assim, que o exame de consciência para a confissão frequente requer e pressupõe o exame geral, o exame particular e também o já referido exame «habitual».

«Os pecados veniais podem ser omitidos sem culpa na confissão e ser perdoados por outros meios» (Concílio de Trento, sessão XIV, capítulo 5). Se, portanto, não somos obrigados a acusar-nos dos pecados veniais, ficamos plenamente livres de nos acusarmos deles ou não, bem como de escolhermos quais os que desejamos confessar. Falando com rigor, basta um exame de consciência que nos permita acusar-nos de algum pecado venial cometido ao longo da vida. Por isso, não existe obrigação de fazer um exame de consciência que abranja todos os pecados veniais cometidos, por exemplo, desde a última confissão. A teologia moral católica ensina expressamente: para o exame de consciência antes da santa confissão não é necessária «uma diligência extraordinária, ainda que por meio dela se pudessem descobrir mais pecados. Quem sabe que desde a última confissão

não cometeu nenhum pecado mortal não está estritamente obrigado a fazer um exame de consciência; basta que tenha matéria suficiente para receber a absolvição» (GÖPFERT, III, n.º 119).

É igualmente muito importante que, no exame de consciência, saibamos distinguir o mais necessário do menos necessário, o essencial do acessório, o importante do que não o é. Pode acontecer que, numa determinada semana, surja um ponto de especial importância; pode apresentar-se uma ocasião de pecado, um impulso desordenado particularmente forte, uma dificuldade ou uma experiência que exija um combate especial ou que tenha dado origem à amargura, à aversão ou a sentimentos semelhantes. É aí que deve concentrar-se o exame de consciência. Quanto mais este se limitar aos pontos verdadeiramente importantes e quanto melhor estiver relacionado com o propósito e com a acusação dos pecados, tanto maior será o seu valor. Por isso, na confissão frequente não há necessidade de fazer um exame de consciência seguindo, por exemplo, os Dez Mandamentos ou um «espelho de consciência».

D) O arrependimento

1. Quanto ao arrependimento necessário na confissão de pecados exclusivamente veniais (e também dos pecados já devidamente confessados, quer veniais quer mortais), aplicam-se os mesmos princípios que regem o arrependimento dos pecados veniais em geral. Sem arrependimento não há perdão.

O objecto do arrependimento exigido para a confissão frequente só pode ser aquilo que pode constituir matéria de acusação e de absolvição: o pecado, isto é, a transgressão consciente e deliberada de um mandamento de Deus. O que não é pecado não pode ser objecto de arrependimento, embora possamos e até devamos lamentá-lo sob outros aspectos.

Para a recepção válida e digna do sacramento da penitência é necessário e suficiente o chamado arrependimento imperfeito (*atrição*) sobrenatural. Este nasce de motivos sobrenaturais: do temor dos castigos nesta vida (perder a graça, não alcançar aquilo que deveríamos atingir na vida espiritual) e depois desta vida (o atraso na entrada na posse de Deus, a

diminuição do grau de felicidade eterna que poderíamos ter alcançado). Seria um exagero desprezar, em geral, estes motivos imperfeitos, ainda que tenham algo de egocêntrico. Contudo, não devemos deter-nos neles, mas esforçar-nos conscientemente por alcançar a contrição perfeita. Esta ultrapassa o eu, vai além do proveito ou prejuízo pessoal e fixa o olhar unicamente em Deus, que foi ofendido pelo pecado, cujos mandamentos, honra, interesses, vontade e desígnios pusemos de lado pelo pecado venial, preferindo o nosso gosto, o nosso desgosto ou o nosso estado de espírito. O que é decisivo no arrependimento, mesmo no mais perfeito, não é o sentimento, mas a vontade: gostaria de nunca ter pecado; gostaria de nunca ter pensado, dito, feito ou omitido isto ou aquilo.

2. Para que a confissão frequente seja válida, basta arrepender-se de um único pecado venial ou de uma determinada categoria de pecados veniais que se confessam, ainda que se acusem também outros pecados veniais dos quais não se tenha arrependimento. Mais ainda, basta arrepender-se, pelo menos, da negligência ou descuido com que nos abandonamos ao pecado venial ou deixamos de evitar as faltas cometidas por precipitação.

Mas quem se confessa frequentemente não se contentará com uma confissão simplesmente válida; aspirará a uma boa confissão, que ajude eficazmente a alma no seu caminho para Deus. Para que a confissão frequente alcance esse fim, é indispensável tomar plenamente a sério este princípio: sem arrependimento não há perdão dos pecados. Daqui nasce esta norma fundamental para quem se confessa frequentemente: nunca confessar um pecado venial de que não haja sincera e seriamente arrependimento.

Existe um arrependimento geral. É a dor e a detestação de todos os pecados cometidos ao longo de toda a vida passada. Este arrependimento geral tem uma importância excepcional para a confissão frequente. Ao confessarmo-nos, devemos incluir conscientemente na nossa dor todos os pecados mortais e veniais de toda a vida e empenhar-nos em fazer um acto de contrição verdadeiramente profundo. Esse arrependimento deve ser o mais intenso possível, mesmo em relação às faltas mais pequenas e às menores infidelidades. Assim deve ser tanto no juízo que fazemos sobre elas, considerando-as o maior dos males, como na força do acto de vontade com que as detestamos.

Que um pecado já arrependido e perdoado possa voltar a ser objecto de arrependimento é algo evidente. Em certo sentido, permanece sempre o dever de nos arrependermos do pecado cometido, porque «o homem deve sempre desgostar-se de ter pecado» (São Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, III, q. 84, a. 8). Se deixasse de o lamentar, pecaria, observa São Tomás. Por isso, na confissão frequente devemos atribuir especial importância a um arrependimento profundo que abrace toda a nossa vida passada. Quanto maior importância dermos ao arrependimento, tanto maior segurança teremos de alcançar aquela atitude de contrição, tão importante para a vida interior e que deve ser um dos frutos da confissão frequente.

Por isso, deve recomendar-se insistentemente este arrependimento geral, e por duas razões. A primeira é alcançar um verdadeiro acto de contrição. Uma única falta cometida desde a última confissão, ou um só pecado venial da vida passada já anteriormente confessado, não possui, em geral, força suficiente para nos fazer compreender plenamente a gravidade do pecado, de modo a mover-nos, sobretudo por amor de Deus, a um acto de arrependimento perfeito e da maior intensidade possível. Muito diferente será se, num só olhar, contemplarmos o conjunto de todos os pecados da nossa vida. Então poderemos despertar em nós um profundo horror ao mal praticado; um acto de ódio ao pecado; um acto de dor por termos sido injustos e ingratos para com Deus; um acto de aversão interior ao pecado, acompanhado da firme resolução de o evitar e reparar.

A segunda razão é esta: seria contrário à veneração devida ao santo sacramento confessarmos alguns pecados dos quais nos arrependemos juntamente com outros de que, na realidade, não temos arrependimento.

Deste arrependimento geral por todos os pecados da nossa vida nasce naturalmente um arrependimento particular pelos pecados e faltas que actualmente mais nos preocupam e interessam: arrependimento pelas faltas contra a caridade, pelas faltas mais graves, mais enraizadas e persistentes, que nascem do nosso defeito dominante ou de alguma inclinação ou hábito particularmente forte.

Esse arrependimento dará maior vida e profundidade à confissão frequente e será um meio eficaz de evitar que ela se torne pobre e rotineira.

3. O sacramento da penitência é o mais pessoal de todos os sacramentos. É-o também porque, na confissão, o juízo pessoal acerca dos pecados e das faltas desempenha um papel decisivo. Quanto mais a alma se eleva para Deus, tanto melhor conhece as suas próprias faltas e os impulsos ocultos do seu coração corrompido. Quanto mais se une a Deus, tanto mais profundamente compreende esta palavra divina: «Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos» (1 Jo 1, 8).

Alcançará uma compreensão mais profunda da santidade e da pureza de Deus; adquirirá uma sensibilidade mais delicada para perceber o mais pequeno desvio da vontade de Deus e daquilo que a alma deve querer; uma sensibilidade para reconhecer quanto prejudicou os outros espiritualmente com as suas palavras, actos ou omissões; uma sensibilidade para descobrir quantos pecados existem por omissão e como é imenso esse campo; compreenderá o que significa desperdiçar a graça de Deus, pois, se dela tivesse tirado pleno proveito, teria conquistado muitas almas e toda a Igreja teria beneficiado. Delicada é a consciência de uma alma santa. É neste terreno que floresce um verdadeiro arrependimento, um autêntico espírito de penitência, que faz da recepção frequente do sacramento da penitência uma necessidade e uma fonte de abundantes graças para a alma.

E) A satisfação (penitência)

1. A satisfação consiste na aceitação de obras de penitência (orações, jejuns, esmolas) para remissão das penas temporais devidas aos pecados. Quando essas obras de penitência são impostas pelo sacerdote no sacramento da penitência, trata-se da satisfação sacramental, que, pela virtude do próprio sacramento, apaga as penas temporais dos pecados. Ela é mais perfeita e mais eficaz do que a satisfação não sacramental, isto é, do que a penitência imposta fora do sacramento ou livremente escolhida. Quanto mais aceitarmos, com intenção sincera de as cumprir, as penitências impostas no sacramento, tanto maior será a certeza, a perfeição e a eficácia com que serão remidas as penas temporais que ordinariamente permanecem depois do perdão da culpa, sobretudo as penas do purgatório.

2. Quanto à aceitação e ao cumprimento da penitência, aplicam-se à confissão frequente os mesmos princípios fundamentais válidos para qualquer outra confissão:

a) O penitente está obrigado, em consciência, a aceitar e cumprir a penitência imposta pelo confessor.

b) Não é necessário cumprir a penitência antes da absolvição nem antes da sagrada Comunhão que se segue à confissão.

c) Mesmo que alguém recite com distração voluntária a oração imposta como penitência, a penitência fica cumprida e a satisfação sacramental realizada.

d) Se alguém, com culpa ou sem culpa, esquecer a penitência imposta, não está por isso obrigado a repetir a confissão. Se julgar que o confessor ainda se recorda da penitência que lhe foi imposta, pode perguntar-lha de novo, mas não é obrigado a fazê-lo. Todavia, o santo zelo que anima a confissão frequente levar-nos-á, quando não for possível recorrer ao confessor, a impor-nos espontaneamente uma penitência correspondente.

e) Se o confessor se esquecer de impor uma penitência — o que pode acontecer — devemos lembrá-lo. Se isso não for possível, devemos impor a nós mesmos uma penitência apropriada.

3. Está plenamente de acordo com o espírito da santa confissão suportar os esforços, os sacrifícios, os sofrimentos, os trabalhos e os deveres de cada dia com uma intenção explícita de expiação. No sacramento da penitência, segundo a expressão do grande São Tomás de Aquino, unimo-nos «ao Senhor que sofre pelos nossos pecados». Ao recebermos o sacramento da penitência, queremos participar na sentença de morte pronunciada pelo Senhor contra o pecado e realizá-la conscientemente em nós mesmos, morrendo na prática com Cristo. Morrer com Cristo realiza-se por meio de um espírito permanente de penitência, que se estende aos pecados já cometidos para os expiar. Ao mesmo tempo, orienta-se para o futuro, dando-nos força e vontade para suportar com coragem os esforços, as necessidades, os sofrimentos e as dificuldades da vida, e para aceitar os

sacrifícios que nos são impostos com espírito de expiação, como participação nos sofrimentos e na morte expiatória de Cristo, nosso Senhor.

O espírito de penitência é a dor permanente da alma pelos pecados cometidos, acompanhada da vontade de os expiar e de nos elevarmos acima deles até às altas regiões da virtude e do amor de Deus. Esta atitude de penitência, de sofrimento consciente pelos pecados cometidos e de esforço pela sua completa superação em nós, possui uma importância fundamental para a verdadeira vida cristã.

«Convertei-vos» (Mt 3, 2; Mc 1, 15). A penitência é o caminho que conduz ao Reino de Deus e à porta de entrada nele. Sem ela não há caminho nem porta. A penitência torna-nos humildes e reverentes diante de Deus. Quando o espírito de penitência vive em nós, a oração e a recepção dos sacramentos tornam-se mais fervorosas, mais profundas e mais eficazes; cada dia crescemos em gratidão para com Aquele que nos perdoa e nos liberta do pecado. Experimentamos em nós a verdade da palavra do Senhor: «Aquele a quem mais foi perdoado, mais ama» (cf. Lc 7, 43). O espírito de penitência torna-nos humildes uns para com os outros, mansos, dóceis e prontos a perdoar. Comunica-nos delicadeza de consciência e firmeza perante tudo o que é pecado e desordem. Quando o espírito de penitência vive em nós, abre as fontes da santa alegria e da liberdade interior.

«Pelos seus frutos os conhecereis... Toda a árvore boa produz bons frutos» (Mt 7, 16-20). A boa árvore é a confissão frequente; o seu fruto é o espírito de penitência. Este servirá de critério, tanto para o confessor como para o próprio penitente, para avaliar se a confissão frequente é feita bem e com verdadeiro proveito ou não. Quando a confissão frequente é praticada com verdadeiro entendimento e com toda a alma, infunde em nós um espírito de penitência e move-nos a expiar e reparar, em união com o Senhor que expia os nossos pecados.

3. Diretores espirituais, confessores e penitentes

É natural que aqueles que se confessam frequentemente procurem, além dos principais frutos e efeitos do santo sacramento da penitência, também orientação nos caminhos da vida espiritual. E fazem-no com razão. Todos sentimos necessidade de direcção espiritual. «Os principiantes, que saem do Egipto e querem libertar-se das suas paixões desordenadas, precisam de um Moisés que os conduza; os que já progrediram, que desejam seguir Cristo Senhor Nosso e saborear a liberdade dos filhos de Deus, precisam de alguém que ocupe para eles o lugar de Cristo e a quem possam obedecer com simplicidade» (São João Clímaco).

Quem quererá ser guia de si próprio nos caminhos santos, difíceis, cheios de responsabilidade e, ao mesmo tempo, tão obscuros e misteriosos da vida interior? «Quem se toma a si mesmo por mestre torna-se discípulo de um insensato», diz São Bernardo. Muitas almas generosas perderam-se por falta de direcção. Nem todos sabem discernir os caminhos da vida interior. Além disso, quanto mais perfeitamente se vive a vida cristã, tanto maiores são os sacrifícios, as renúncias, os esforços e também os perigos de ilusão. A alma necessita de uma mão firme que saiba sustentá-la, encorajá-la de novo, esclarecer as suas dúvidas e ajudá-la nas dificuldades que a podem desanimar.

A vida interior consiste, acima de tudo, no espírito com que fazemos, omitimos, vemos, julgamos e aceitamos todas as coisas; consiste na disposição de olhar para tudo com espírito de fé e de agir sempre por motivos sobrenaturais. Ora, a principal fraqueza, mesmo das almas zelosas e piedosas, consiste precisamente em pensarem e julgarem segundo critérios naturais e humanos e em se deixarem frequentemente mover por motivos igualmente naturais e humanos. Por isso, necessitam, em geral, de uma direcção que eleve continuamente o seu olhar e a sua aspiração para as alturas da vida de fé e para os verdadeiros motivos sobrenaturais. Hoje, essa direcção é normalmente exercida pelo confessor no contexto da confissão frequente. Mas não esqueçamos que, em última análise, é o Espírito Santo quem conduz as almas. O director espiritual faz com o penitente aquilo que uma mãe faz com o filho que ainda não sabe caminhar com segurança: estende-lhe a mão para o manter firme. Encoraja-o e estimula-o a seguir

docilmente a corrente da graça e vela para que a alma não se desvie do caminho que a graça lhe indica nem se perca.

2. Existem diversos tipos de directores espirituais, e cada um possui dons diferentes: um adapta-se melhor aos principiantes, outro aos que já fizeram progresso, outro ainda às almas mais perfeitas; um tem especial experiência no tratamento dos escrúpulos, outro conhece profundamente as provações interiores do espírito, os problemas da vocação, e assim por diante. «Será difícil que uma mesma pessoa seja um bom director para todos, e até para uma só pessoa durante toda a vida» (Faber, *Fortschritt der Seele*). Um bom director espiritual é uma grande graça para a alma.

Em geral, não é conveniente mudar frequentemente de director espiritual. Mas também seria exagerado apresentar essa mudança como a pior desgraça da vida espiritual ou equipará-la à condenação eterna da alma. Faber não se engana ao afirmar que não é desejável dependermos do nosso director de consciência de maneira excessivamente angustiada. «Desde o momento em que deixamos de nos sentir livres e à vontade nas nossas relações com ele, terá perdido, sem culpa de qualquer das partes, a capacidade de nos prestar auxílio. Nem a tentação, nem o escrúpulo, nem a mortificação, nem a obediência devem provocar em nós o menor sentimento de constrangimento. Porque o fim da direcção espiritual, em todos os graus da vida interior, é um só e permanece imutável: a liberdade do espírito» (Faber, *op. cit.*).

3.O penitente deve ter um santo respeito pelo seu director espiritual, por este ser o representante de Deus, revestido da autoridade de Deus para os interesses mais íntimos e sagrados da alma. O respeito santo e sobrenatural preserva de toda a desordem interna e externa que poderia insinuar-se nas relações entre o director espiritual e o penitente. Ao respeito filial e sobrenatural unem-se uma confiança de filho e uma sinceridade completa, que manifesta diante do director de consciência todo o bem e todo o mal que há na alma.

Além disso, perante o director espiritual é necessário haver docilidade e obediência. Esta obediência, porém, é diferente daquela que um religioso deve ao seu superior. Uma falsa concepção da obediência devida ao director espiritual já levou algumas almas a abandonarem-se imprudentemente a um

sentimento de segurança, como se tivessem, por assim dizer, transferido a sua consciência para o diretor espiritual; como se, nas coisas da vida espiritual, fossem sempre os outros a ter de tomar a iniciativa; como se estivessem isentas de toda a responsabilidade; como se pudessem descarregar sobre o diretor aquilo que só em Deus devemos confiar; como se pudessem e devessem renunciar à sua própria independência, limitando-se a receber todas as indicações do diretor espiritual.

É muito sensato consultar o diretor espiritual nas questões importantes da vida espiritual. As nossas faltas e imperfeições, a força das nossas paixões, as nossas inclinações desordenadas, as tentações e as insinuações ocultas do maligno, a nossa regra de vida diária, as inquietações interiores, etc., devem ser-lhe expostas de modo que ele possa avaliar a nossa disposição interior, aconselhar-nos e prestar-nos a sua ajuda. Mas, quanto às questões de cada dia, cada um deve responder por si e querer responder por si.

A relação com o diretor espiritual deve limitar-se ao estritamente necessário. Não é aceitável sobrecarregá-lo com assuntos que não pertencem ao seu ministério, nem recorrer a ele sem antes termos refletido seriamente se existe realmente motivo para isso e se podemos responder por tal diante de Deus e da nossa consciência. As conversas e a confissão não devem prolongar-se mais do que o necessário. Não devemos obrigá-lo a falar excessivamente. A vida espiritual cresce de forma tão lenta que não aparece todos os dias algo de novo para dizer, a não ser que todos os dias se queira empreender uma nova orientação, transformando a vida espiritual num jogo variado e prolífico de experiências sempre novas.

Não sobrecarregues demasiado o confessor e o diretor espiritual, sobretudo quando há outras pessoas à espera da sua ajuda. Não fales da confissão nem do confessor. Ele está obrigado ao mais rigoroso silêncio. Aquilo que ele expõe ao penitente num determinado contexto, em regra, não deve ser repetido da mesma maneira. Tal procedimento degenera facilmente em injustiça para com o confessor e pode causar grandes males.

4.«Embora São Paulo responda de bom grado às questões concretas, o perguntar constantemente e o apoiar-se continuamente nas autoridades não constituem, para ele, o ideal cristão. A procura incessante de direção, o

recurso hesitante às decisões eclesiásticas, o agarrar-se angustiadamente à estola do confessor e do diretor espiritual, seriam, para ele, sinal de menoridade e de falta de vontade de assumir responsabilidades; atitude natural nas crianças, mas indigna de um cristão formado... Na Epístola aos Efésios (4,11 ss.), Paulo apresenta como finalidade de toda a ação pastoral a perfeição dos santos (dos cristãos), para o desempenho do seu ministério e para a edificação do Corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé e do conhecimento do Filho de Deus, ao estado de homem perfeito, à medida da plena maturidade de Cristo. Assim deixaremos de ser crianças inconstantes... Antes, cresceremos em tudo para Cristo, que é a nossa Cabeça. Esta plenitude da maturidade refere-se, por um lado, à energia e à firmeza moral perante o mundo dos sentidos; por outro, sublinha a formação sólida e pessoal no conhecimento da doutrina cristã, que protege cada um contra os erros e as falsas concepções. Por isso, o Apóstolo dos gentios não é, de modo algum, partidário daquela pedagogia de vistas curtas que vê na falta de independência religiosa uma expressão particularmente clara do sentir com a Igreja (*sentire cum Ecclesia*) e considera ideal que o penitente procure o conselho do confessor em qualquer pequena questão» (ADAM, *Tensions*, pp. 106 ss.).

4. A formação da consciência

Trazemos dentro de nós a consciência. Sentimo-la como uma força santa e inviolável, à qual devemos submeter-nos; como uma voz misteriosa que nos diz o que devemos fazer e omitir, o que nos é permitido e o que nos é proibido; uma voz que aprova e confirma as nossas decisões e ações ou, pelo contrário, nos censura, condena e repreende sempre que agimos contra os seus mandamentos.

A consciência pressupõe uma lei, uma norma determinada de conduta moral. Essa lei é, em última análise, a expressão da vontade legisladora de Deus, uma expressão que nos obriga e vincula. Ela diz-nos o que, segundo a vontade do Deus santo, é obrigatório, permitido ou proibido nas nossas ações e como devemos proceder. Existe uma lei eterna, imutável, dada por Deus, que ordena todas as nossas ações para Deus como fim último. Esta lei eterna (*lex aeterna*) é a fonte primeira de todas as leis: da chamada lei moral natural, da lei sobrenatural do Antigo e do Novo Testamento, bem como das leis humanas, civis ou eclesiásticas, nas quais as duas primeiras encontram o seu complemento.

A lei é a norma objetiva e externa da conduta. Mas existe também uma manifestação interior da lei na consciência do homem, que lhe diz o que, num determinado momento, deve fazer ou omitir: essa ordem é transmitida através da consciência. Esta constitui o juízo da razão prática: não um juízo sobre um acontecimento ou um facto, mas sobre o dever. Sendo um juízo da razão prática, a consciência é um ato de conhecimento. Esse juízo é influenciado, naturalmente, por outras forças e fatores — as diversas inclinações, as paixões, a vida instintiva, o sentimento e a vontade —, mas de tal modo que a consciência permanece, na sua essência, um ato da razão prática que, conhecendo e exigindo, nos diz o que devemos fazer ou omitir em cada momento.

A consciência é santa, intangível, como um altar ou como um cálice consagrado. Por isso, o homem deve contemplá-la com reverência. Porque é ela santa? Porque está unida, no mais íntimo, ao Deus santo: é a voz de Deus no nosso interior, uma voz que nos atrai e adverte, exorta e impele, recompensa e castiga. Por isso, a consciência obriga, e obriga de maneira

plena e absoluta, de tal modo que ninguém pode afastar-se do seu mandamento ou da sua proibição. Ela reclama e obriga com a autoridade do próprio Deus, que fala por seu intermédio. Quem se levanta contra a própria consciência ou contra a consciência alheia levanta-se contra a majestade e a soberania de Deus. A própria consciência reage contra semelhante atentado, porque é sagrada.

Deparamo-nos, contudo, com uma dificuldade que encontramos sempre: a consciência é sagrada e, por isso, obriga em todos os casos, mas não é infalível. Se a consciência fosse a voz direta de Deus, nunca poderia errar. O fundamento da consciência, isto é, a capacidade e a disposição inatas da razão prática para conhecer os primeiros princípios da moral, é, de facto, seguro. É evidente para todos o princípio: «Faz o bem e evita o mal.» Sobre este fundamento da consciência (**synderesis**) constrói-se, mediante o ensino, a experiência e o estudo, a ciência moral (**scientia moralis** enquanto hábito) e a consciência atual, isto é, o juízo concreto e o mandato relativo ao que deve ser feito num dado momento.

Mas, como tanto a ciência moral como a consciência concreta retiram o seu conhecimento de fontes humanas sujeitas ao erro, estão expostas a numerosos enganos. Pode acontecer que a consciência esteja dominada por uma opinião falsa de tal modo que não consiga libertar-se dela (erro invencível); mas existe também o erro vencível, isto é, aquele que o homem pode superar mediante o esforço e o cuidado necessários. Neste caso, nas profundezas da alma, ao lado do juízo acerca da licitude ou ilicitude de uma ação, surge a suspeita de que a consciência possa estar enganada, funcionando como um aviso para reexaminar a questão.

Não se deve, portanto, considerar simplesmente a razão como sendo a voz de Deus. Que fazer? Deve procurar-se superar, tanto quanto possível, o erro vencível, mediante a reflexão pessoal, o conselho de outras pessoas ou a oração. Diferente é o caso do erro invencível. Aqui continua válido o princípio: «Tudo o que não procede da fé é pecado» (isto é, da convicção pessoal e segura de que algo é permitido e correto; cf. Rm 14,23). Deve-se e pode-se seguir uma consciência invencivelmente errônea. Para quem se encontra nesse erro, ações objetivamente boas podem tornar-se moralmente

más; e ações objetivamente pecaminosas podem tornar-se moralmente permitidas e até boas e obrigatórias.

Para agir moralmente bem, é necessário possuir, em cada caso concreto, a certeza de que aquilo que decidimos fazer é permitido. Nunca devemos agir permanecendo na dúvida sobre se uma ação é lícita ou ilícita. Se, ao ponderarmos a licitude ou ilicitude de uma ação, encontrarmos razões sérias tanto a favor como contra a sua legitimidade (dúvida positiva), não nos será permitido agir nesse estado de dúvida, porque nos exporíamos conscientemente ao perigo de pecar. É necessário, portanto, formar antes de agir uma consciência segura, isto é, um juízo certo acerca da licitude ou ilicitude da ação. Refletindo seriamente sobre a questão, implorando o auxílio divino pela oração e procurando conselho e esclarecimento junto de outras pessoas competentes e de bons livros, conseguiremos, em regra, alcançar essa certeza.

3. A consciência é o juízo da razão prática. Esta razão é, por um lado, a razão natural, que retira o seu conhecimento da observação do mundo e da própria existência; e, por outro, a razão iluminada pela fé, que recebe o seu conhecimento da Revelação sobrenatural. Enquanto faculdade cognoscitiva, natural ou sobrenatural, a consciência pode crescer em amplitude, profundidade, clareza e certeza. Uma vez que a sua atividade consiste em aplicar as verdades e os preceitos gerais aos casos concretos, abre-se aqui um vastíssimo campo para o aperfeiçoamento pessoal.

Contudo, a consciência, tanto no seu conhecimento como nos seus possíveis erros, encontra-se sob a influência dos sentimentos, da vontade, da esperança ou do medo, do desejo ou da angústia. Sabemos, pela nossa própria experiência e pela dos outros, como é fácil que os desejos e os sentimentos humanos pretendam seguir um caminho diferente daquele que a consciência exige. É, por isso, de grande importância que a consciência alcance também, no domínio dos sentimentos e da vontade, a maior retidão e fidelidade possíveis.

A formação da consciência tem um duplo aspeto. Um deles é mais negativo e está relacionado com o exame de consciência. Este ocupa-se da culpa e do pecado, mas procura igualmente descobrir os motivos e as causas de onde eles procedem. Contudo, quem leva verdadeiramente a sério a sua

vida interior irá mais longe. Procurará alcançar uma formação positivamente orientada da consciência. Esta tem como objetivo elevar o conhecimento moral até à altura da sabedoria cristã da vida e conduzir o sentido do dever a uma fidelidade, delicadeza de consciência, seriedade e espírito de sacrifício cada vez maiores. Considerada sob outro ponto de vista, pretende fazer da imagem do Deus vivo, revelada em Cristo feito homem, e da santíssima vontade de Deus a norma da vida cristã.

Esta formação geral da consciência constitui uma parte integrante da educação religiosa e moral do cristão. Realiza-se quase sem darmos por isso, sem um método especial, através da oração, da leitura espiritual, do estudo da Sagrada Escritura e da receção dos santos sacramentos. Contudo, nos nossos dias, em que muitas verdades e atitudes religiosas e morais fundamentais caíram quase inevitavelmente no esquecimento sob o ataque do pensamento pagão, secularizado e anticristão, e em que a imagem do Deus vivo e de Cristo se encontra obscurecida e encoberta pelas exigências do espírito do tempo, torna-se necessária uma formação da consciência mais ordenada e sistemática.

Essa formação poderá ser alcançada mediante um exame organizado do estado da nossa consciência. Num verdadeiro espelho da consciência reúnem-se os aspetos mais importantes da vida cristã, seguindo, por exemplo, os Dez Mandamentos da Lei de Deus; mas estes devem ser considerados também no seu conteúdo positivo e à luz da perspectiva cristã.

Ultimamente, muitos preferem orientar esse espelho da consciência segundo os pedidos do Pai-Nosso ou segundo o grande mandamento do amor a Deus e ao próximo. Outros desejam que a formação da consciência, sobretudo na educação da juventude, seja presidida pela ideia da excelência da vida mais elevada para a qual Cristo nos chama e que n'Ele nos foi aberta. O jovem cristão alegrar-se-á ao contemplar a grandeza da vida cristã; dará graças ao Pai por tudo o que, com a graça divina, pode realizar de grande e de nobre. Mas reconhecerá também quão distante ainda se encontra do cume que lhe é revelado. Este conhecimento humilhá-lo-á diante de Deus e torná-lo-á verdadeiramente humilde; ao mesmo tempo, servir-lhe-á de estímulo para lutar generosamente por alcançar esse cume, confiando na graça divina.

É necessário fazer, pelo menos algumas vezes por ano, um exame minucioso do estado da consciência: em dias comemorativos especiais, nos dias de recolhimento espiritual e no início do Advento ou da Quaresma.

SEGUNDA PARTE: REFLEXÕES

1. Fazei penitência

1. «Fazei penitência, porque está próximo o Reino dos Céus.» Assim começou Jesus a sua pregação (Mt 4,17). E assim já antes de Jesus pregava João Batista aos que vinham ouvi-lo: «Fazei penitência, porque está próximo o Reino dos Céus» (Mt 3,2). Assim falou também aos fariseus cheios de presunção e aos saduceus livres-pensadores: «Raça de víboras, quem vos ensinou a fugir da ira que se aproxima, da ira do Messias que vem? Produzi, pois, frutos dignos de penitência. Não digais: Temos Abraão por pai, como se a linhagem, a raça e o sangue bastassem. Já o machado está posto à raiz das árvores. Toda a árvore que não der bom fruto será cortada e lançada ao fogo» (Mt 3).

O Senhor insiste energicamente na necessidade da penitência quando lhe contam que Pilatos derramara o sangue de alguns galileus enquanto ofereciam os seus sacrifícios. «Julgais – pergunta Jesus – que esses galileus eram os maiores pecadores de toda a Galileia, por terem sofrido tal destino? Eu vos digo que não. Mas, se não vos arrependerdes, perecereis todos do mesmo modo. E aqueles dezoito sobre os quais caiu a torre de Siloé e os matou, pensais que eram mais culpados do que todos os habitantes de Jerusalém? Eu vos digo que não; mas, se não vos arrependerdes, perecereis todos igualmente» (Lc 13,1-5). E São Lucas continua: «Disse ainda esta parábola: Um homem tinha uma figueira plantada na sua vinha. Foi procurar nela fruto e não o encontrou. Então disse ao vinhateiro: Há já três anos que venho procurar fruto nesta figueira e não o encontro. Corta-a» (Lc 13,6-7).

A penitência é um mandamento para todos os que pecaram, mesmo para aqueles que não cometeram pecados graves. Até o mais pequeno pecado exige penitência e só pode ser perdoado quando é rejeitado pelo arrependimento.

Sabemos como os santos eram inclinados à penitência, mesmo quando apenas tinham de acusar-se de pecados leves e imperfeições. De São Luís diz-se que Deus «uniu admiravelmente a inocência da vida a uma penitência extraordinária»; e São Pedro de Alcântara foi «iluminado com o dom de uma admirável penitência e da mais alta contemplação» (Coleta).

Santo Agostinho arrependeu-se dos pecados e faltas da sua juventude e como fez penitência por eles, é ele próprio quem o narra nas preciosas *Confissões*.

A penitência é a porta de entrada no «Reino dos Céus» da graça santificante, da filiação divina e, sobretudo, no «Reino dos Céus» da perfeição cristã, do santo amor de Deus, da plenitude dos dons do Espírito Santo e da vida verdadeiramente santa. Quanto maior for a aversão ao pecado e a tudo o que desagrade a Deus, O desonra e O ofende, tanto maior será a união com Deus e tanto mais rica será a vida em graça e em virtude. A penitência consiste precisamente em voltar as costas ao pecado, rejeitá-lo, desde o primeiro movimento de horror até ao seu completo apagamento, juntamente com a culpa, e em tomar a firme resolução de querer o bem, o santo, aquilo que honra e glorifica Deus. O arrependimento é a dor da alma pelo pecado cometido e a vontade decidida de o expiar e de oferecer a Deus satisfação pela ofensa. É uma exigência da justiça: quer eliminar do mundo a injustiça cometida contra Deus pelo pecado e restaurar o direito de Deus, violado pelo pecado, para que O sirvamos, O amemos de todo o coração e com todas as nossas forças e vivamos unicamente para Ele. Quem poderá negar que a virtude da penitência é uma virtude grande e sublime?

2. Também aqueles que não cometeram pecados graves, mas apenas pecados veniais e fraquezas, necessitam de penitência. Infelizmente, exprime uma profunda verdade a grave afirmação de Santo Ambrósio, Doutor da Igreja, quando escreve na sua obra sobre a penitência: «Encontrei mais facilmente pessoas que conservaram a inocência do que pessoas que fizeram verdadeira penitência» (II, 10).

É realmente assim. Nós, os homens, mesmo quando queremos fazer penitência, temos de vencer dentro de nós uma certa resistência. Não gostamos de ouvir falar de penitência e de expiação; e, de facto, hoje em dia ouvimos e lemos muito pouco, nas conferências e publicações religiosas, acerca da penitência. Isto é característico do espírito do nosso tempo. No entanto, todos pecamos, também nós, homens de hoje. E, precisamente por isso, todos temos necessidade de fazer penitência, tanto mais quanto mais desejamos alcançar a perfeita união com Deus, prestar-Lhe um serviço perfeito e viver para Ele de modo total e perfeito.

Mesmo quando já nos libertámos do pecado, a necessidade da penitência permanece. Ainda que Deus já tenha perdoado o pecado, ele pode e deve continuar a ser motivo de arrependimento, porque permanece sempre algo de lamentável, algo que nunca deveria ter acontecido. Nas nossas relações com Deus, o pecado introduziu para sempre algo que nunca deveria ter existido e que não está de acordo com uma vida de verdadeiro e perfeito amor de Deus.

Também pelo pecado já cometido e perdoado podemos oferecer a Deus satisfação e reparação. Nunca podemos saber até que ponto, ao ser-nos perdoada a culpa, também nos foi remitida a pena; quanto ainda teremos de sofrer, quer nesta vida, quer depois dela, no purgatório. Por isso, sentimo-nos naturalmente impelidos a fazer penitência e a oferecer satisfação repetidas vezes, com todas as nossas forças e durante toda a nossa vida; e, com amor compassivo, reparar novamente diante do Senhor as antigas faltas contra o amor, a abnegação, a fidelidade e a sua glória.

Penitência e satisfação pelos pecados que Deus já nos perdoou. Mas não pecamos todos, infelizmente, todos os dias, de uma maneira ou de outra? Não temos, portanto, todos nós, constantemente, novos motivos para nos arrependermos, expiarmos, fazermos penitência, oferecermos satisfação e restaurarmos a honra de Deus, ultrajada pelo pecado?

Todos nós, pois, temos necessidade de fazer penitência. E também por outra razão: a penitência será para nós um auxílio poderoso na luta por alcançar o cume da vida cristã. Um elemento essencial da vida interior é o espírito de humildade, e dificilmente haverá algo que nos torne tão pequenos e humildes diante de Deus, o Santo, o infinitamente puro e excelso, como o conhecimento e o reconhecimento doloroso de O termos ofendido pelo pecado, de termos pecado muitas vezes e gravemente por pensamentos, palavras e obras.

A recordação do pecado e da infidelidade que cometemos e que Deus, na sua misericórdia, nos perdoou, alimenta em nós a gratidão para com Deus, que nos perdoa e perdoou os nossos pecados, e para com o nosso Redentor, que, pela sua Paixão e morte, nos alcançou de Deus esse perdão. «A quem muito foi perdoado, muito ama.»

O espírito de penitência ajuda-nos a levar a nossa cruz de cada dia; faz-nos compreender mais profundamente a vaidade dos prazeres e dos bens deste mundo e desprende-nos interiormente das coisas terrenas. Onde existe espírito de penitência cresce em nós a delicadeza da consciência e a firmeza perante tudo o que é desordenado e perante tudo o que ofende a Deus. E não esqueçamos que a penitência produz na alma uma alegria espiritual profunda, íntima e duradoura, de enorme importância para a vida interior.

3. Fazei penitência. É isto que significa a confissão frequente: fazemos penitência repetidas vezes. Obedientes ao chamamento do Senhor, queremos fazer penitência. Rejeitamos o pecado, até o mais pequeno pecado deliberado. Ao contemplarmos a santidade e a bondade de Deus, esforçamo-nos por compreender cada vez melhor o que é o pecado, ainda que seja apenas venial. Detestamos o pecado com toda a alma e, com vontade deliberada, afastamo-nos completamente dele. Nesta detestação do pecado desaparece a vontade anterior de pecar e elimina-se da alma todo o vestígio desse desejo. Nesta detestação já não somos, quanto à nossa vontade, aqueles que éramos quando pecámos. Erguemo-nos da queda. Da detestação nasce a dor por termos ofendido a Deus. Entristece-nos ter roubado a Deus a sua honra e tê-Lo ofendido.

Por fim, formamos um firme propósito para o futuro: o propósito de evitar o pecado e a vontade de pecar, de oferecer satisfação e fazer penitência pelo pecado, ou de reparar, na medida do possível, os danos que dele resultaram. Do fundo do coração pedimos a Deus perdão e misericórdia, suplicando-Lhe que nos liberte do pecado, o apague e no-lo perdoe.

Com este espírito de penitência aproximamo-nos frequentemente, se possível todas as semanas (como a Santa Igreja prescreve aos religiosos), para nos confessarmos e recebermos o sacramento da Penitência. Quanto mais nos esforçarmos por alcançar um verdadeiro arrependimento, tanto melhor e mais frutuosa receberemos este sublime sacramento.

Oração

Senhor, não me repreendais na vossa ira,
nem me castigueis no ardor do vosso furor.
Porque as vossas setas cravaram-se profundamente em mim,
e a vossa mão pesou sobre mim.
Não há parte sã no meu corpo por causa da vossa indignação;
todos os meus ossos sofrem por causa do meu pecado
Porque as minhas culpas elevaram-se acima da minha cabeça;
como um pesado fardo, tornaram-se insuportáveis para mim.
[...]
Confessarei a minha iniquidade
e andarei sempre contristado por causa do meu pecado
[...]
Senhor, não me abandoneis;
meu Deus, não vos afasteis de mim

(Sl 37)

2. O pecado (1)

«Na verdade, se um inimigo me insultasse, eu suportá-lo-ia; se quem me odeia se levantasse contra mim com arrogância, talvez pudesse esconder-me dele. Mas és tu, homem igual a mim, meu companheiro e meu amigo, tu com quem partilhava tão doce intimidade e com quem caminhava para a casa de Deus... Ah! Que a morte os surpreenda e desçam vivos ao abismo, porque a maldade habita nas suas moradas» (Sl 54,13-16).

1. «Ó tu, meu amigo.» E quem é esse amigo que tudo fez por mim? Foi Ele quem deu o primeiro passo da amizade, «humilhando-Se a Si mesmo, tomando a condição de servo, tornando-Se semelhante aos homens e aparecendo como simples homem» (Fl 2,7). Ele, verdadeiro Filho de Deus, poderia ter feito mais do que descer das alturas da sua divindade até nós, os homens, para Se tornar nosso irmão, verdadeiro homem, um de nós? Sim. «Humilhou-Se a Si mesmo, fazendo-Se obediente até à morte, e morte de cruz» (Fl 2,8). Este foi o segundo passo dado pelo Filho de Deus para estabelecer amizade connosco: um passo infinitamente doloroso, atormentado e cheio de sacrifício. «Amou-me e entregou-Se por mim» (cf. Gl 2,20), até à morte amarga da cruz. «Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida pelos seus amigos» (Jo 15,13). Foi isto que Cristo, o Filho de Deus, fez por nós.

Deu ainda outro passo de amizade ao arrancar-nos ao pecado, libertando-nos do afastamento de Deus pelo santo Batismo, elevando-nos da nossa miséria à sublimidade da sua própria vida, fazendo de nós ramos da Videira e membros do seu Corpo. Poderia ter feito mais por nós? Sim; enquanto o quisermos, faz ainda mais. Na sagrada Comunhão vem todos os dias ao nosso coração. Todos os dias deseja vir a nós para nos comunicar a sua vida e encher-nos da sua santidade, da sua força e do seu Espírito. Não é esta a amizade mais íntima e mais sagrada? E tudo isto não passa de um prelúdio daquela amizade bem-aventurada que nos quer oferecer no Céu: uma convivência eterna e inseparável com Ele, na qual partilhará connosco, com generosidade infinita, todos os seus bens, toda a herança que Lhe pertence como Filho de Deus. «Ó tu, meu amigo.»

2. E nós? «Aquele que eu escolhera como amigo levantou a mão contra os seus íntimos; violou a sua aliança» (Sl 54,21). Isto é o pecado. Com criminosa e indescritível ingratidão, o pecador levanta a mão contra o seu Amigo, com quem no santo Batismo celebrou uma aliança de fidelidade, e viola esse pacto de amizade. Despreza o amor que o Senhor lhe manifestou ao fazer-Se homem. Rejeita com desdém os bens celestes que Cristo lhe adquiriu com a sua vida, a sua Paixão e a sua morte. Quanto dele depende, torna inúteis os incontáveis esforços, trabalhos, orações, a amarga Paixão e a morte do Redentor.

Quebra infielmente as promessas do Batismo: «Renuncio a Satanás, renuncio ao mundo e às suas vaidades.» Um dia, pelo santo Batismo, o Senhor arrancou-o à sua miséria, fez dele um irmão e deu-lhe o poder e a missão de, unido a Cristo, destruir o pecado, glorificar dignamente o Pai e servi-Lo de modo perfeito, como só pode fazê-lo quem foi incorporado em Cristo pelo santo Batismo.

Como o Senhor Se alegrava por encontrar uma pessoa que pensasse como Ele, que tivesse o mesmo ódio ao pecado, que fosse animada pelo mesmo espírito de entrega e de amor ao Pai; uma pessoa que sentisse como Ele, um amigo, um confidente, a quem pudesse comunicar o que tinha de mais íntimo: a sua força, os seus mistérios, a sua própria vida, para que ambos vivessem a mesma vida, tivessem o mesmo pensamento, o mesmo ideal e colaborassem na mesma obra: a grande obra da destruição do mal e da digna e infinita glorificação do Pai. Era este o seu desígnio a nosso respeito; era isto que esperava de nós.

E nós? Pecámos por pensamentos, palavras e obras. Pecámos contra Deus, contra o próximo e contra nós mesmos. E não apenas uma vez na vida, mas muitas vezes, repetidamente. Nós, que no santo Batismo fomos chamados e consagrados para odiar e destruir o pecado e que, com a ajuda do nosso Redentor, devíamos combatê-lo, submetemo-nos antes ao pecado! Em vez de cumprirmos a nossa vocação e glorificarmos o Pai em união com o grande Adorador, Cristo, revoltámo-nos contra Ele, desonrámo-Lo, desprezámos o seu mandamento e a sua santíssima vontade, preferindo-lhes o nosso capricho e o nosso egoísmo.

Minha culpa, minha culpa, minha tão grande culpa. Isto é o pecado: a mais negra ingratidão para com o Senhor, infidelidade à santa aliança que Lhe prometemos, injustiça para com Aquele que possui incontáveis direitos sobre nós, sobre a nossa vida, sobre o nosso pensamento, sobre a nossa vontade e sobre todas as nossas obras.

Na sua essência mais íntima, o nosso pecado é um «não quero servir»; é querer «ser como Deus». O orgulho procura transformar o único Deus em dois deuses: Deus e eu; isto é, procura eliminar, aniquilar e destruir Deus. Mas Deus opõe-Se ao orgulho com toda a a sua força, por assim dizer, com o mais sagrado instinto de conservação, exigido pela necessidade do seu próprio ser. «Deus resiste aos soberbos» (Tg 4,6). Por isso, não é de admirar que exista um inferno eterno. Não é de admirar que Satanás tenha sido precipitado do Céu. É algo tremendo quando o orgulho se coloca contra a própria essência necessária de Deus.

Enquanto nos levantamos orgulhosamente contra Deus — e é isso que fazemos em todo o pecado — tornamo-nos inimigos de Deus e companheiros de Satanás. O pecado é uma realidade tão terrível.

Por isso, ao recebermos o sacramento da Penitência, mesmo tratando-se da confissão frequente, a primeira e mais importante atitude deve ser arrependermo-nos, com todas as nossas forças, dos pecados que cometemos ao longo da vida, detestá-los, persegui-los com ódio decidido e apagá-los da nossa existência.

Oração

Tende piedade de mim, ó Deus, segundo a vossa misericórdia;
e, segundo a abundância das vossas misericórdias, apagai a minha iniquidade.

Lavai-me cada vez mais da minha culpa
e purificai-me do meu pecado.

Porque reconheço as minhas faltas
e o meu pecado está sempre diante de mim.

Contra Vós, só contra Vós pequei;
pratiquei o mal diante dos vossos olhos,

de modo que sois justo na vossa sentença
e irrepreensível no vosso julgamento.

Vede: fui concebido na culpa
e minha mãe concebeu-me no pecado.
Vós amais a sinceridade do coração
e revelais-me os segredos profundos da vossa sabedoria.
Purificai-me com o hissopo e ficarei puro;
lavai-me e ficarei mais branco do que a neve.
Fazei-me ouvir palavras de alegria e de júbilo;
e exultarão os ossos que esmagastes.
Desviai o vosso rosto dos meus pecados
e apagai todas as minhas iniquidades.
Criai em mim, ó Deus, um coração puro
e renovai no meu íntimo um espírito firme.
Não me afasteis da vossa presença
nem retireis de mim o vosso Santo Espírito.
Restituí-me a alegria da vossa salvação
e sustentai-me com um espírito generoso.
Ensinarei aos pecadores os vossos caminhos
e os transviados voltarão para Vós.
Livrai-me do sangue derramado, ó Deus, meu Salvador,
e a minha língua proclamará a vossa justiça.
Senhor, abri os meus lábios
e a minha boca anunciará o vosso louvor.
Se desejásseis sacrifícios, eu vo-los ofereceria;
mas não Vos agradam os holocaustos.
O sacrifício agradável a Deus é um espírito arrependido;
não desprezareis, ó meu Deus, um coração contrito e humilhado.
Senhor, pela vossa bondade, favorecei Sião;
reconstruí as muralhas de Jerusalém.
Então aceitarei os sacrifícios de justiça, as ofertas e os holocaustos;
então serão oferecidos novilhos sobre o vosso altar.

(Sl 50 [51], *Miserere*).

3. O pecado (2)

«Pai, pequei contra o Céu e contra ti; já não sou digno de ser chamado teu filho. Trata-me como um dos teus trabalhadores.» (Lc 15,18-19).

Com espírito leviano, o filho decidiu abandonar o pai. «Dá-me a parte da herança que me pertence.» Reuniu todos os seus bens e partiu para uma terra distante, muito longe da casa paterna.

Assim procede o homem que, pelo pecado mortal, se afasta do Pai.

Com quanto amor Deus o criou e o enriqueceu de dons e capacidades! Com quanto amor, no santo Batismo, o libertou da sua separação de Deus e o incorporou no seu Filho Unigénito, para, em Cristo, o receber como filho e o envolver em todo o seu amor paternal! Que herança magnífica lhe destinou! Nada menos do que as riquezas de Cristo, o «Primogénito entre muitos irmãos» (Rm 8,29): a graça e os méritos de Cristo, a salvação e a redenção de Cristo, a vida e a morte de Cristo, a herança de Cristo no Céu.

«Dá-me a parte da herança que me pertence.» Para quê? Porque já não me agrada permanecer junto do meu Pai. Quero ir para longe. Quero outra coisa que me agrada mais do que o Pai, a sua companhia e os seus bens.

«Partiu para uma terra muito distante e ali dissipou toda a sua fortuna numa vida desregrada. Depois de ter gasto tudo, houve grande fome naquela região» (cf. Lc 15,13-14). O caudal da graça, da filiação divina, da virtude e da grandeza moral, o dom divino da habitação do Pai, do Filho e do Espírito Santo na sua alma, o tesouro da cruz, da santa fé e da nobreza divina da alma, tudo isso ele dissipa numa vida desordenada, entregue à sensualidade e aos prazeres terrenos.

«Então começou a passar necessidade. Foi pôr-se ao serviço de um habitante daquela terra, que o mandou para os seus campos guardar porcos. Desejava encher o estômago com as bolotas que os porcos comiam, mas ninguém lhas dava» (Lc 15,14-16). Um guardador de porcos que procura matar a fome na própria gamela dos porcos! Ele, que tinha sido tão exaltado por Deus, alimentado com o Corpo santíssimo e o Sangue de Cristo, inundado da luz e da força que brotam do coração do Pai.

«Pai, pequei contra o Céu e contra ti.»

2. O pecado, o pecado mortal! O homem volta as costas ao seu Pai e Criador. Já não quer saber d'Ele, já não quer que lhe falem mais d'Ele. Afasta-se do amor que queria torná-lo infinitamente grande e rico. Abandona Deus e troca-O por um desejo baixo, por um impulso animal do homem inferior e irracional.

O pecador recusa a Deus vivo e santo a adoração que Lhe é devida; nega confiança ao seu amor e à sua bondade infinitos; recusa respeito e reverência à sua majestade e santidade invioláveis; e nega amor à sua bondade que supera tudo. Em troca, faz de uma criatura, de um prazer, de uma alegria passageira, da sua própria vontade e de si mesmo o seu bem supremo, o seu deus, aquele a quem quer servir e pertencer.

A nós, homens, Deus concede o bem mais precioso que possui, o mais alto e sublime que existe no Céu e na terra: Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, que não só, enquanto Deus, é digno de louvor por toda a eternidade, mas que, também enquanto homem, reúne em Si toda a dignidade, toda a nobreza e toda a grandeza da criação; mais ainda, contém em Si infinitamente mais dignidade e valor do que toda a criação reunida. Este tesouro precioso é o dom que o Pai nos oferece: dá-nos a pessoa de Jesus, a vida de Jesus, a graça de Jesus, os méritos infinitos de Jesus, a verdade de Jesus, a oração de Jesus, o coração de Jesus, o Corpo e o Sangue de Jesus, a sua divindade e a sua humanidade, absolutamente tudo.

E o homem que peca? Rejeita com desprezo este dom supremo do Pai. Aquilo que para o Pai, para o Céu e para a terra, para os anjos e para os homens é o bem supremo, para o pecador nada vale. O pecador rejeita-o, despreza-o. Porquê? Porque um prazer momentâneo, uma satisfação passageira, a própria vontade, valem para ele mais do que Cristo, o Filho de Deus. Que rebaixamento! Que desprezo por Cristo! Que desprezo por Deus!

O Pai escolheu o homem para ser seu filho, «nascido de Deus» (Jo 1,13); introduziu-o, por meio de Jesus Cristo, no parentesco e na família de Deus; revestiu-o com a nobre veste da graça santificante; chamou-o a participar na vida bem-aventurada do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Aí a alma beberá eternamente, em abundância, nas fontes da verdade e da paz; aí

até o próprio corpo, hoje ainda mortal, animado por uma vida nova e eternamente jovem, será mergulhado para sempre nas puras delícias de Deus. Tudo isto, porém, nada vale para o pecador: despreza-o e lança-o para longe de si. Para quê? Para se deixar agora dilacerar por inquietações e tormentos interiores.

Para ter diante de si uma eternidade inteira separada de Deus, da verdade, da felicidade e da paz; uma eternidade inteira em que será enganado em tudo aquilo que o seu coração deseja incessantemente e com tanto ardor; uma eternidade inteira em que nada encontrará senão aquilo que agora procura no seu pecado: a si mesmo, o homem, com todo o seu vazio e toda a sua solidão; uma eternidade na companhia da escória dos anjos e dos homens, dos demónios e dos escravos dos seus pecados e das suas paixões. É por tudo isto que rejeita a filiação divina, a graça e a bem-aventurança eterna. Que loucura! Que terrível crime, não apenas contra Deus e contra Cristo, mas também contra o próprio pecador, contra a sua própria razão, contra a sua felicidade, contra a sua bem-aventurança eterna, contra a sua alma e contra o seu corpo! «Pai, pequei.»

Um dos meios mais excelentes para evitar o perigo do pecado, fortalecer-nos na resistência contra ele e alcançar a vitória é a confissão frequente. Bem praticada, ela preserva-nos daquele arrefecimento espiritual que, lenta mas seguramente, conduz ao pecado mortal. Dá continuamente novo impulso às boas aspirações e une cada vez mais intimamente a nossa vontade ao bem, a Cristo, a Deus e à sua santíssima vontade.

Oração

Das profundezas clamo por Vós, Senhor;
Senhor, ouvi a minha voz.
Estejam os vossos ouvidos atentos
à voz das minhas súplicas.
Se tiverdes em conta as nossas culpas, Senhor,
quem poderá subsistir na vossa presença?
Mas em Vós encontra-se o perdão;
por isso em Vós coloquei a minha esperança.

...

No Senhor está a misericórdia
e n'Ele é abundante a redenção.
É Ele quem há de resgatar Israel
de todas as suas iniquidades.

(Sl 129 [130], *Das profundezas*).

4. O pecado venial (1)

Existem pecados mortais, isto é, pecados que, pela sua própria natureza, separam o homem de Deus e da vida e que, se não forem expiados e perdoados durante esta vida terrena, separarão eternamente de Deus o pecador. Existem também pecados veniais, isto é, pecados que, pela sua natureza, não separam o homem de Deus nem o tornam prisioneiro da separação eterna de Deus, da condenação eterna e da morte. Esta é a doutrina da Santa Igreja contra os exageros de *Calvino* e de *Bayo* (Dz 1020).

Com efeito, a Sagrada Escritura diz: «Sete vezes cai o justo [isto é, muitas vezes], mas torna sempre a levantar-se» (Pr 24,16). E noutro lugar afirma: «Não há homem justo sobre a terra que faça sempre o bem e nunca peque» (Ecl 7,20). E São João escreve: «Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós» (1 Jo 1,8).

A própria experiência o confirma. Mesmo quando sabemos que estamos livres de pecados graves, todos os dias temos de confessar humildemente e suplicar: «Perdoai-nos as nossas ofensas.» E também: «Confesso a Deus todo-poderoso, à bem-aventurada Virgem Maria e a todos os santos que pequei por pensamentos, palavras e obras.»

Nem sempre se trata de pecados veniais plenamente deliberados, cometidos com plena advertência e inteira vontade, como, por exemplo, a negligência consciente dos deveres do próprio estado, a perda de tempo, as leviandades de toda a espécie, a falta de sinceridade nas conversas e no trato com os outros, o orgulho e a vaidade dissimulados, a dureza de coração nos pensamentos, nas palavras e nas obras, etc.

Existem também pecados veniais semidelibrados, que não foram cometidos com plena advertência nem com inteira liberdade, mas por precipitação ou surpresa. Há ainda pecados de omissão. Quem não terá de se censurar por, muitas vezes, tendo procurado o bem, ter ficado alguém dele, por não ter feito, rezado, sacrificado ou lutado consigo mesmo tanto quanto deveria?

Permanece válida a palavra da Sagrada Escritura: «Não há justo sobre a terra que faça o bem e nunca peque.» Uma só criatura teve o privilégio de não cometer, durante toda a sua vida, o mais pequeno pecado: a Virgem Maria, Mãe de Deus. Esta é a fé da Igreja (Concílio de Trento, Sessão VI, cân. 23; Dz 833).

2. O pecado venial é também verdadeiro pecado, embora seja essencialmente diferente do pecado mortal. Este último é de tal modo dirigido contra Deus que separa irrevogavelmente d'Ele o pecador e conduz à separação eterna de Deus; o pecado venial, pelo contrário, não desvia o homem da sua orientação fundamental para Deus. Apesar do pecado venial, o homem continua no caminho de Deus e pode alcançar a sua posse.

É um erro prejudicial, hoje difundido em certos meios católicos, considerar o pecado venial deliberado como algo inofensivo, como uma insignificância, como se não tivesse importância alguma, como se o pecado venial não fosse proibido, mas apenas «tolerado» por Deus. Não. O pecado venial, por mais diferente que seja do pecado mortal, continua a ser pecado; isto é, uma transgressão consciente e voluntária de um mandamento de Deus numa matéria de menor gravidade.

Numa questão que, em si mesma, não é grave, dizemos uma mentira. Com isso agimos contra o mandamento de Deus: «Não levantarás falso testemunho.» Sabemos, experimentamos e sentimos naquele momento: não devo mentir, nem sequer numa coisa sem importância; contudo, para evitar um incômodo ou uma situação desagradável, dizemos uma mentira. Nesse instante, a nossa vantagem, a nossa honra, valem para nós mais do que o mandamento divino.

Que fazemos, então, ao cometer um pecado venial? Antepomos o nosso desejo, o nosso interesse e a nossa satisfação ao mandamento de Deus, ao interesse de Deus. É isto o pecado venial: a preferência dada ao nosso interesse próprio em detrimento do mandamento e da vontade de Deus; uma ofensa a Deus, uma injustiça contra Deus, um ultraje contra o Deus grande e santo, uma ingratidão para com Aquele de quem tudo recebemos, uma desobediência para com Aquele a quem devemos servir e amar com todo o nosso ser.

Por causa do nosso pecado, Deus já não nos pode amar como poderia e desejaria amar-nos se nos tivéssemos abstinido de violar o seu mandamento. Obrigamo-Lo, por assim dizer, a privar-nos das graças mais preciosas que nos destinava. Sabemo-lo muito bem, mas ignoramo-lo. Estimamos menos a graça e o amor de Deus do que uma satisfação momentânea dos nossos desejos desordenados e do nosso amor-próprio. Amamos tão pouco a Cristo que não sabemos negar-nos a nós mesmos nem vencer-nos generosamente. O nosso amor não é perfeito; não se entrega totalmente; falta-lhe zelo, fidelidade e delicadeza. Tal é o pecado venial.

É certo que o pecado venial não pode extinguir na alma a vida, isto é, a graça santificante, nem destruir a união com Deus; nem sequer a pode diminuir em si mesma. Tão pura é a graça santificante, verdadeiro raio da luz celeste, que não pode ser destruída pelo nosso pecado. Mas o pecado venial, sobretudo quando é cometido frequentemente e não é seguido de um arrependimento sincero nem combatido seriamente, causa à alma graves prejuízos.

Enfraquece a ação da graça, diminuindo a sua eficácia. Afrouxa aquela tensão interior que impele continuamente para os atos de amor. Diminui a prontidão para fazer, em cada momento, o que agrada a Deus. A chama interior do amor vai-se extinguindo e toda a vida da graça e da virtude, sobretudo a vida de oração, enfraquece. Entre Deus e a alma que reza interpõe-se como que um espesso nevoeiro.

O pecado venial torna a alma desagradável a Deus. Como poderia Deus contemplar com agrado esse jogo da alma com aquilo que é proibido, essa hesitação entre Ele e aquilo que deve odiar? Não haveria isso de Lhe causar repugnância? E então? Vamos afastando-nos cada vez mais da influência benéfica do sol da graça. A delicadeza da consciência, a pureza do coração e a sensibilidade fina para Deus e para os seus valores vão diminuindo. Sem nos apercebermos, vamos descendo; habituando-nos aos pecados veniais, caímos num estado de tibieza e acabamos por nos encontrar na miséria espiritual.

Que importância devemos, pois, dar à confissão frequente! Ela é, de facto, um dos meios mais excelentes para combater o pecado venial e alcançar a vitória sobre ele.

Oração

Ó Deus, que sempre tendes compaixão e perdoais, acolhei as nossas fervorosas súplicas e libertai-nos, a nós e a todos os vossos servos, dos laços do pecado. Ámen.

5. O pecado venial (2)

«Assim como o Pai Me amou, também Eu vos amei. Permanecei no meu amor.» (Jo 15,9).

Eis um apelo singular do Salvador: «Permanecei no meu amor»; isto é, deixai-Me amar-vos, não Me impeçais de vos manifestar o meu amor e de vos dar provas dele. O Salvador deseja amar-nos com o mesmo amor com que o Pai O amou.

E como O amou o Pai! Quem poderá compreender esse amor infinito com que o Pai comunicou, na geração eterna, ao Filho todo o seu ser e toda a sua vida, toda a sua majestade divina e toda a sua felicidade? «Tudo o que o Pai tem é meu» (Jo 16,15). E quando o Filho assumiu no seio da Virgem a natureza humana, o amor com que o Pai até então envolvera o seu Filho estendeu-se, inteiro e indiviso, ao Filho feito homem, a Cristo.

«Assim como o Pai Me amou, também Eu vos amei.» Na plenitude do Espírito que recebe do amor do Pai, Cristo inclui-nos também a nós, para nos comunicar a sua vida, a sua riqueza e a sua glória. Entrega-Se a nós. Foi por isso que, no santo Batismo, nos uniu tão intimamente a Si.

Estávamos mortos na ordem sobrenatural. Ele arrancou-nos da morte e introduziu-nos na sua própria vida, assim como o Pai introduzira o homem Jesus na participação da vida divina. Agora Cristo quer ser a nossa posse e a nossa riqueza. Tudo o que não seja Ele é demasiado pouco para nós; é como se nada fosse. Quer ser o conteúdo da nossa vida: Ele, com a sua vida infinitamente preciosa, com o seu poder sobre o pecado, com as suas virtudes e com o esplendor da sua santidade. Sendo nós, por nós mesmos, tão pobres, tornámo-nos agora infinitamente ricos em Cristo.

«Permanecei no meu amor.» O Senhor tem apenas um receio: que nos queiramos afastar do seu amor. Isso causar-Lhe-ia uma dor infinita. Por isso, suplica-nos que O deixemos amar-nos, que Lhe permitamos tornar-nos participantes da sua vida e da sua glória. E, no entanto, quantas vezes nós, os homens, a quem Ele ama com amor divino, rejeitámos esse amor e nos afastámos d'Ele!

«Permanecei no meu amor.» Quando cometemos conscientemente um pecado venial, renunciamos, pelo menos em parte, a Cristo e à sua obra redentora; rejeitamos e desprezamos, não totalmente, mas em parte, o ato de amor infinitamente grande do Filho de Deus feito homem; recusamos parcialmente os seus mandamentos, os seus desejos e os seus interesses; rejeitamos também, em parte, as graças que Ele nos mereceu e destinou, e assim recusamos a herança que nos preparou no Céu. Quanta ingratidão, quanto desprezo, quanta frieza e falta de amor por Jesus encerra o pecado venial!

«Permanecei no meu amor.» Evitai todo o pecado, mesmo o pecado venial consciente. Como seria feliz o Senhor se Lhe permitíssemos comunicar-nos a sua vida, inteira e sem divisão! Então poderia, por nosso intermédio, destruir eficazmente o pecado, confundir Satanás e triunfar sobre o mal. Seria um triunfo da sua verdade, da sua ação, da sua Paixão e morte e da sua Igreja. Mas os nossos pecados veniais impedem-no.

Como seria feliz se pudesse infundir em nós a sua graça e a sua vida sem encontrar obstáculos! Quão fecunda seria a sua graça em nós! «Quem permanece em Mim e Eu nele, esse dá muito fruto.» A graça poderia desenvolver plenamente a sua força; submeteria completamente a natureza, com as suas capacidades, inclinações e aspirações, colocando tudo ao seu serviço. Tudo seria santificado; tudo seria realizado em Cristo e com Cristo. Tudo seria tão fecundo para o tempo e para a eternidade, para nós e para toda a santa Igreja!

Como seria feliz se pudesse fazer florescer, sem qualquer impedimento, em nós e por nosso intermédio, a sua vida de oração, a sua obediência ao Pai, a sua pureza, o seu amor à pobreza e ao sofrimento, a sua caridade para com os homens! Ele, a videira; nós, os ramos!

Quão rica, valiosa, grande e elevada seria toda a nossa vida, com as suas obras e sofrimentos! Mas o pecado venial... Não deveríamos, pois, fazer tudo o que está ao nosso alcance para eliminar completamente da nossa vida o pecado venial e, sobretudo, o pecado venial deliberado?

Este é o objetivo que devemos propor-nos na confissão frequente: que o amor a Cristo seja tão eficaz em nós que, pela sua força, evitemos o pecado

venial deliberado. Quanto mais o amor de Cristo predominar em nós, tanto maior será a segurança com que nos defenderemos do pecado venial. Purificando-nos dos pecados veniais, estabelecemos as condições e lançamos os fundamentos daquela vida a que nos comprometemos pelo juramento do santo Batismo. Pela confissão frequente queremos preparar o caminho para o amor perfeito a Cristo. Quanto mais puros estivermos do pecado, tanto melhor poderemos corresponder ao apelo do Senhor: «Permanecei no meu amor.»

Oração

Senhor Jesus, concedei-nos a graça de corresponder, por meio do sacramento da Penitência, com perfeição cada vez maior, ao vosso apelo: «Permanecei no meu amor.» Ámen.

6. A vitória sobre o pecado venial deliberado

«Asseguro-vos que este é o ponto mais importante da vida espiritual e que todas as práticas de piedade, sejam elas quais forem, não vos poderão conduzir a Deus enquanto não tiverdes alcançado o último grau desta pureza [isto é, a isenção dos pecados veniais deliberados].» (*Pergmayr*).

É assim que os santos consideram o pecado venial. Toda a nossa vida religiosa e sobrenatural depende da medida em que conseguimos eliminar da nossa vida o pecado venial. Daí nasce a importante questão: como e por que meios conseguiremos dominar o pecado venial, especialmente o deliberado?

Na luta pela vitória completa sobre o pecado venial deliberado devemos seguir uma certa ordem. Naturalmente, começaremos por combater aqueles pecados que, em si mesmos ou devido a determinadas circunstâncias — sobretudo pelo escândalo, pela frequência ou pelo apego que lhes temos —, são mais graves. Será sempre importante eliminar, antes de mais, as faltas exteriores, pois são mais fáceis de identificar e também mais fáceis de vencer.

Depois, será necessário recorrer aos meios adequados. Entre eles, damos especial importância aos meios positivos. A escuridão afasta-se fazendo entrar a luz. Do mesmo modo devemos proceder na luta para eliminar os pecados veniais e as suas raízes: as paixões, as inclinações desordenadas, os maus hábitos...

O modo de combater os pecados veniais consiste em preveni-los mediante um esforço constante, ordenado e consciente, destinado a adquirir liberdade e independência interiores, através da renúncia generosa às coisas e a si próprio, do domínio dos sentidos interiores e exteriores, das paixões e da língua. Pode rejeitar-se a palavra «mortificação», mas aquilo que ela significa é algo importante e sagrado para todo o cristão que leva a sério a sua vida espiritual. A forma mais eficaz de prevenir os pecados veniais consiste em evitar as ocasiões de pensamentos, impulsos, palavras e ações desordenadas.

Trabalharemos positivamente para vencer os pecados veniais, rezando com fervor para que Deus, na sua misericórdia, nos conceda a força e a graça de nos purificarmos cada vez mais dos pecados veniais e de os evitarmos sempre. Sozinhos nunca o conseguiríamos. Esta é obra da graça. Mas a graça é-nos concedida em resposta à oração. «Pedi e recebereis» (Mt 7,7). Por isso suplicamos incessantemente, dia e noite: «Perdoai-nos as nossas ofensas. Não nos deixeis cair em tentação. Livrai-nos do mal» (isto é, do pecado venial); preservai-nos dele.

É muito importante, na prática, formar uma ideia correta acerca da natureza e do alcance dos pecados veniais. Se olharmos com os olhos da fé, veremos claramente que o pecado venial, sendo uma desobediência e uma ofensa ao Deus santo, constitui para nós e para a comunidade da nossa família, da nossa paróquia, do nosso mosteiro, da Igreja e da própria humanidade um verdadeiro mal e um prejuízo real. Quanto mais retamente julgarmos e avaliarmos o pecado venial, tanto mais o rejeitaremos e mais o venceremos.

Não é menos importante possuírmos uma ideia justa e princípios corretos acerca das chamadas «pequenas coisas», dos pequenos preceitos e dos pequenos deveres. Facilmente nos persuadimos de que se trata de coisas sem importância, de prescrições e normas que podem ser negligenciadas sem dano, das quais podemos dispensar-nos sem escrúpulos, que devem ser encaradas com critérios amplos e às quais não precisamos de dar importância. Facilmente pensamos que Deus não é tão exigente nem olha para essas minudências. Este é um erro muito perigoso.

Como se pudessem existir, na vida da alma, prescrições ou deveres sem importância! Quando contemplamos estas pequenas coisas à luz da fé, elas crescem diante dos nossos olhos. Em cada prescrição e em cada regra, por mais insignificante que pareça, manifesta-se, para quem vive da fé, a vontade de Deus. E não se fica apenas pela realidade exterior; com os olhos da fé, por detrás da forma exterior da regra, do dever, da missão recebida ou do pedido que lhe foi dirigido, descobre a realidade interior: a vontade de Deus, o mandamento de Deus, o desejo e a exigência de Deus. Então responde, com toda a alma: «Sim, Pai, porque assim Vos aprouve.»

A fé torna fácil, e até necessária, a fidelidade nas pequenas coisas, nas mínimas, por amor de Deus. O pequeno não torna a alma mesquinha nem escrupulosa; pelo contrário, engrandece-a. Se isto vale para todas as circunstâncias e situações da vida cristã, aplica-se de modo especial à vida religiosa. Quanto mais os religiosos respeitarem e observarem fielmente os seus votos e as suas regras, com espírito de fé e de amor a Deus, cuja voz escutam em toda a ordem e disposição, tanto mais crescerá neles o homem interior e tanto mais fortes se tornarão para vencer as infidelidades, as transgressões e os pecados veniais.

Neste esforço por vencer os pecados veniais é da maior importância saber como proceder perante os pensamentos e impulsos que continuamente surgem: impaciência, falta de caridade, orgulho, inveja, ciúme, etc. Não é um procedimento correto limitar-se a «rejeitar» ou «combater» esses pensamentos e impulsos. É certo que devemos combatê-los, mas de que modo? Indiretamente.

Logo que nos apercebamos de um desses pensamentos ou impulsos, voltemo-nos para Deus, para Cristo, suplicando-Lhe que nos ajude, ou façamos um ato de confiança na sua graça e no seu auxílio. Quando as dificuldades, os fracassos ou os contratempos estiverem prestes a irritar-nos, recorramos imediatamente ao Senhor com um ato de abandono à sua vontade: «Seja feita a vossa vontade», «para vossa glória». Deste modo, os pensamentos que poderiam tornar-se ocasião de pecado tornam-se inofensivos logo no momento em que aparecem. Mais ainda: aproveitaremos uma tentação de impaciência ou de irritação como ocasião de oração, transformando-a num ato de paciência e de entrega a Deus e aos seus desígnios. Como seria fácil, assim, evitar os pecados veniais!

O decisivo é esforçarmo-nos por fomentar o amor de Deus e de Cristo. À medida que cresce a santa caridade, o pecado venial vai perdendo terreno. O amor de Deus impele a alma a entregar-se inteiramente a Deus e à sua santíssima vontade; então já não encontra apoio uma desobediência consciente a Deus ou a qualquer dos seus mandamentos. Para o amor, acima de tudo estão Deus, os interesses de Deus e a glória de Deus. O amor nada pode negar a Deus; não pode responder com um «não» a nenhum desejo

seu, a nenhuma disposição da sua vontade, por mais insignificante que pareça.

É também o amor que inspira na alma a aspiração aos ideais mais elevados da união com Deus, da vida com Deus e para Deus. Aí já não há lugar para o pecado venial. O amor traz consigo todas as virtudes. A caridade «é paciente, é benigna, não tem inveja, não procede com precipitação nem com imprudência, não é arrogante, não é ambiciosa, não procura os seus próprios interesses, não se irrita, não suspeita mal, tudo crê, tudo espera e tudo suporta» (1 Cor 13,4-7). Não será este o caminho mais seguro, mais reto e mais fecundo para evitar os pecados veniais?

«Agora permanecem estas três virtudes: a fé, a esperança e a caridade; mas a maior delas é a caridade... Procurai alcançar a caridade» (1 Cor 13,13; 14,1). Portanto, o decisivo na vida interior é que o amor de Deus nos encha e nos conduza. Quanto mais o amor prevalecer em nós, tanto mais perderá terreno aquela luta meramente negativa e pouco fecunda contra os pecados veniais. Já não haverá tanta necessidade de um exame de consciência que desça aos mais pequenos pormenores, nem de formular tantos pequenos propósitos. A alma torna-se mais ampla, mais livre e mais simples. Dedica-se a crescer na caridade. Esta torna-a sensível a qualquer falta, por mais pequena que seja, de modo que a reconhece imediatamente e retoma, com fidelidade ainda maior, o caminho do bem. A caridade dá à alma a força necessária para realizar os sacrifícios e as renúncias indispensáveis a uma vida que deseja conservar-se pura de todo o pecado venial deliberado. Finalmente, a caridade é a inimiga eficaz do amor-próprio, essa fonte permanente da maioria das infidelidades e faltas. Procurai alcançar a caridade.»

A confissão frequente obriga-nos precisamente a combater, com todas as nossas forças, o pecado venial deliberado. Esta deve ser a nossa atitude e a nossa resolução firme, se nos é concedida a graça de nos confessarmos frequentemente. É igualmente evidente que a confissão frequente só manifestará verdadeiramente a sua bondade e fecundidade se esta atitude perante o pecado venial se enraizar cada vez mais em nós. O esforço generoso e perseverante por vencer os pecados veniais conscientes e as

infidelidades de toda a espécie é o verdadeiro barómetro pelo qual podemos avaliar quão séria e frutuosamente praticamos a confissão frequente.

Oração

Nós Vos suplicamos, ó Deus: purificai-nos e visitai-nos continuamente com a vossa graça. *Ámen.*

7. O pecado de fraqueza

«E, para que me não exaltasse com a grandeza das revelações, foi-me dado um espinho na carne, um mensageiro de Satanás para me esbofetear. Por três vezes pedi ao Senhor que o afastasse de mim. Mas Ele respondeu-me: “Basta-te a minha graça, porque é na fraqueza que a minha força manifesta plenamente o seu poder.” De boa vontade, pois, gloriar-me-ei nas minhas fraquezas, para que habite em mim a força de Cristo.» (2 Cor 12,7-9).

1. Muitas pessoas conseguiram chegar ao ponto de lhes ser praticamente impossível cometer até o mais pequeno pecado consciente e deliberado. Contudo, todos os dias têm de censurar em si mesmas, em maior ou menor grau, certas faltas que as oprimem e humilham, que as comprometem diante dos outros e podem tornar-se motivo de escândalo. E isto apesar das melhores intenções, da melhor vontade e de todos os esforços para se libertarem dessas faltas.

Não se trata de faltas nascidas da má vontade, nem de ofensas cometidas de olhos bem abertos, com plena consciência ou com inteira liberdade da vontade. Também não resultam de uma atitude que considere o pecado venial uma simples bagatela, algo sem importância. São «pecados de fraqueza», isto é, pecados, faltas que nascem da fraqueza humana e que, em última análise, são consequência do pecado original.

Estas faltas são, objetivamente consideradas, transgressões de um mandamento. Assim, por exemplo, pronunciar levianamente o nome de Deus. Contudo, visto do ponto de vista daquele que, de modo totalmente irrefletido, pronunciou o santo Nome, isso não constitui verdadeiro pecado, porque faltam as condições necessárias para que exista pecado: a consciência, a advertência e o consentimento plenamente livre da vontade. Estas condições ou faltam completamente — como no caso de pronunciar irrefletidamente o santo Nome — ou a liberdade da vontade encontra-se tão limitada e diminuída que não se pode falar de verdadeiro pecado.

2. Os pecados de fraqueza são pecados de inadvertência ou de debilidade da vontade: faltas de distração, de precipitação, de falta de

reflexão; faltas provocadas por um sobressalto, por uma surpresa ou por uma momentânea perturbação do espírito. Não nascem de uma atitude fundamental da vontade; pelo contrário, estão em contradição com ela e são, por assim dizer, acontecimentos exteriores e acidentais, consequência de uma situação concreta e passageira; são pecados do momento, não pecados da disposição habitual da alma.

Cometemos frequentemente estes pecados de fraqueza apesar da melhor vontade. Enquanto a intenção não for culpável de algum modo, não existe propriamente pecado nessas fraquezas. Todavia, não permanecemos indiferentes nem passivos perante elas. Logo que notamos, por exemplo, que dissemos uma palavra imprudente por precipitação, pedimos desculpa e propomo-nos ser mais prudentes numa ocasião semelhante. Se causámos escândalo, procuramos repará-lo.

Algo de semelhante acontece nas fraquezas que provêm de certa debilidade da vontade. Em explosões repentinas, por exemplo de impaciência ou de ira, muitas vezes damos conta de que não procedemos bem. Mas a vontade deixa-se arrastar pela força espontânea da vida instintiva: falha, é demasiado fraca para oferecer suficiente resistência ao impulso momentâneo; a um impulso de sensualidade, de curiosidade, de amargura, de ciúme, de suscetibilidade, de espírito crítico, de descontentamento, de desejo desordenado de sobressair, de parecer importante e interessante, de se distinguir dos outros, ou de outras tendências semelhantes.

Nesta vida nunca conseguiremos eliminar completamente as faltas de fraqueza nem torná-las impossíveis. A própria Santa Igreja ensina-o expressamente (Concílio de Trento, Sessão VI, cân. 23; Dz 839). «Todos tropeçamos em muitas coisas» (Tg 3,2). Também os santos confessaram sempre, com toda a sinceridade, que «pecavam». Mesmo neles se verifica que a perfeição nesta terra nunca é tão grande e absoluta que não possam ocorrer hesitações e faltas.

É um grande conforto saber que estas faltas e fraquezas, quando enfrentadas corretamente, não só não nos prejudicam, como até se tornam um caminho para Deus, uma verdadeira graça. O critério supremo do elevado grau da vida espiritual não é o número de pecados e de faltas, mas

o grau do amor de Deus. O crescimento na caridade pesa mais do que os ocasionais pecados de fraqueza, que, além disso, não impedem esse crescimento; pelo contrário, favorecem-no.

Com efeito, o homem retira três benefícios das suas fraquezas quotidianas. Em primeiro lugar, reconhece e experimenta de modo palpável que a sua limitação, a sua insuficiência e os seus fracassos são um remédio contra a autossuficiência, contra uma espécie de orgulho espiritual, de complacência consigo mesmo e de falsa justiça própria; são um caminho para a humildade. E o grau de humildade determina a medida da graça que Deus nos concede.

Ao reconhecimento humilde da própria fraqueza junta-se a convicção de que nada podemos esperar de nós mesmos, mas tudo devemos esperar de Deus, até os dons mais elevados. «A minha força manifesta plenamente o seu poder na fraqueza [do homem]. De boa vontade, pois, gloriar-me-ei nas minhas fraquezas, para que habite em mim a força de Cristo... Quando sou fraco, então é que sou forte» (cf. 2 Cor 12,9-10). A nossa fraqueza, quando a aceitamos com humildade, torna-se precisamente um título para receber a graça de Deus. Deste modo, essas faltas fortalecem em nós a confiança em Deus.

A estes dois benefícios acrescenta-se um terceiro: as fraquezas têm positivamente a missão de nos reconduzir continuamente, ao longo de todo o dia, para Deus e para Cristo, mediante frequentes elevações do pensamento para Deus e pequenas invocações pelas quais nos arrependemos, pedimos auxílio, damos graças pela ajuda recebida e renovamos diante de Deus a nossa fidelidade e o nosso propósito. Assim, as fraquezas, se reagirmos corretamente a elas, mantêm-nos num contacto espiritual contínuo com Deus e sustentam e alimentam a nossa vida de oração e a nossa união com Ele.

Seria um erro considerar estas faltas, no seu conjunto, como algo sem importância, que podemos simplesmente descurar e ignorar. Não. Estas faltas são algo que desagrade à santidade de Deus. Por isso, não podemos permanecer neutros perante elas. Pelo contrário, devemos esforçar-nos sinceramente por as rejeitar e diminuir o seu número.

Como? Antes de mais, aproveitando positivamente o seu valor e transformando-as num caminho que nos conduza a Deus. Nas nossas fraquezas, vistas com os olhos da fé, descobrimos uma cruz que Deus nos impôs para toda a vida. Submetemo-nos a essa cruz, aceitamo-la e suportamo-la com paciência por amor de Deus. Humilhamo-nos diante de Deus, diante de nós mesmos e diante daqueles que são testemunhas das nossas fraquezas. Servimo-nos delas para elevar frequentemente o olhar para o Senhor, implorando o seu auxílio, abandonando-nos a Ele e confiando n'Ele.

O decisivo é o amor de Deus. À medida que este cresce em nós, vai perdendo força e influência o amor-próprio desordenado, que é a raiz mais profunda e a fonte de quase todas as nossas faltas e fraquezas. Crescerá igualmente o amor de Deus e de Cristo, o amor ao próximo, a capacidade de sermos pacientes, de perdoarmos, de sofrermos e de nos vencermos a nós mesmos. Crescerá também o desapego interior em relação aos valores, às alegrias e aos bens terrenos, às pessoas e às coisas. Do mesmo modo aumentará a simplicidade cristã, que olha unicamente para Deus, para a sua honra, para a sua vontade e para os seus interesses, sem se deixar dominar pelo respeito humano.

É o amor que seca as fontes, não apenas dos pecados veniais, mas também das faltas de fraqueza. É o amor que conduz mais rápida e seguramente ao objetivo proposto: diminuir e eliminar essas faltas. Muitas vezes, certas fraquezas humanas acarretam-nos humilhações da parte daqueles que nos rodeiam; expiaremos essas faltas submetendo-nos humildemente às consequências do nosso fracasso. Assim aproveitaremos plenamente as nossas diversas fraquezas, transformando-as num caminho para o bem, para o serviço de Deus e para a virtude.

Por fim, descobrimos as fontes mais profundas das faltas que cometemos por precipitação e fraqueza. Essas fontes são a nossa vida afetiva desordenada e a debilidade da vontade. Mas estas não podem ser curadas sem uma séria educação de si mesmo, sem oração e ascese, nem sem a graça salvadora de Deus; isto é, sem uma medida abundante da graça santificante e das virtudes teologais da fé, da esperança e da caridade, que com ela são infundidas na alma.

3. À medida que progredirmos na vida interior, chegaremos gradualmente a um ponto em que quase já não teremos de confessar outros pecados senão os pecados de fraqueza. É precisamente neste domínio que a confissão frequente deve demonstrar toda a sua eficácia. Quem pratica frequentemente este santo sacramento assume, perante si mesmo e perante a Igreja, a obrigação de levar muito a sério a tarefa de reduzir as suas fraquezas.

Diz-se, com razão, que os «beatos de sacristia» são os piores inimigos do Cristianismo, de Cristo e da Igreja, porque não vivem verdadeiramente a sua religião nem a sua devoção. Apesar da confissão e da comunhão frequentes, pela sua falta de domínio de si, pelas suas quedas no campo da caridade, pela sua instabilidade e suscetibilidade, tornam-se motivo de escândalo e, na prática, não manifestam a força que a fé católica e os santos sacramentos possuem para transformar o homem, formando nele o homem novo que, em tudo, representa e encarna o espírito e a vida de Cristo.

Quem não leva realmente a sério a luta contra as faltas quotidianas cometidas por precipitação e fraqueza abusa da confissão frequente. Para que a confissão frequente seja eficaz e frutuosa relativamente a estas faltas, é necessário que sejamos perseverantes e procedamos segundo uma ordem bem definida.

Antes de mais, devem ser objeto da confissão frequente aquelas faltas que se manifestam exteriormente, que incomodam os outros, causam escândalo e desacreditam a piedade. Devemos ser consequentes, segundo este princípio fundamental: pouco, mas bem. É preferível examinar poucas faltas, ou até apenas uma, mas com verdadeiro arrependimento e um propósito claro e bem definido, procurando atingir, nesse propósito, a raiz mais profunda dessa falta.

Naturalmente, em tudo isto pediremos a Deus a graça de vencermos cada vez mais aquela mesma falta que, de modo perseverante, constante e decidido, durante semanas e meses, fizemos objeto da nossa confissão. A própria confissão aprofunda e fortalece na nossa alma a graça santificante e traz consigo abundantes graças de auxílio. Assim aumentam em nós as energias do homem novo, superior e espiritual; e tanto a vida instintiva e afetiva como a força da vontade são curadas e fortalecidas. Deste modo, a

confissão frequente adquire uma importância muito grande para a formação e estruturação da nossa vida cristã. Para o cristão que aspira sinceramente à perfeição, a confissão frequente é uma verdadeira ajuda, uma autêntica graça.

Oração

Deus eterno e onnipotente, lançai o vosso olhar misericordioso sobre a nossa fraqueza e estendei a destra da vossa majestade para nos proteger, por Cristo, nosso Senhor. Ámen.

8. A vida perfeita

1. Nestes tempos decisivos que hoje vivemos, em que os homens sofrem e se lamentam, perguntam e se agitam, em que tudo aquilo que até agora vigorava parece deixar de vigorar, em que se pretende renovar tudo — o Estado, a política, a economia, a vida social, o direito, a moral, toda a vida cristã e até a própria Igreja e a fé —, em que se apresentam as mais variadas propostas e se recomendam os mais diversos meios para alcançar a salvação e a renovação, torna-se mais necessário do que nunca abrir o coração ao único chamamento que verdadeiramente mostra o caminho da salvação e da restauração: «Renovai-vos no espírito da vossa mente» (Ef 4,23).

O mal fundamental de que sofre o nosso tempo — como, aliás, todos os tempos — consiste no enfraquecimento da vida interior da humanidade, mesmo entre os cristãos. A salvação não está em seguir as máximas do mundo nem em adaptar-nos à chamada opinião pública ou às correntes ideológicas passageiras. A salvação está em recolhermo-nos dentro de nós mesmos, tomarmos consciência da força sobrenatural que Deus colocou em nós e fazermos com que essa força se desenvolva plenamente, até se traduzir num modo de pensar e de agir inteiramente cristão.

O que falta ao nosso tempo são homens novos, homens íntegros, novos cristãos, verdadeiros cristãos espirituais, perfeitos, que empreguem todas as suas forças para corresponder ao apelo do Senhor: «Sede perfeitos, como o vosso Pai celeste é perfeito» (Mt 5,48).

Que ideal tão elevado! O Senhor desenvolve-o demoradamente no Sermão da Montanha. Começa por afirmar: «Se a vossa justiça não superar a dos escribas e dos fariseus, não entrareis no Reino dos Céus» (Mt 5,20). Depois, por seis vezes, contrapõe a perfeição nova e cristã à antiga: «Foi dito aos antigos... Eu, porém, digo-vos...».

O Reino de Deus, a perfeição cristã, não consiste em palavras, não consiste em dizer: «Senhor, Senhor», mas nas obras, em manifestar e demonstrar a sua força; consiste em sermos pobres em espírito, mansos, famintos e sedentos de justiça, pacificadores e inclinados para a reconciliação; consiste em sacrificarmos resolutamente até as coisas mais

queridas quando se tornam ocasião de pecado para nós; consiste em amarmos os inimigos, olharmos para eles com benevolência e fazermos-lhes o bem; consiste em fazermos aos irmãos tudo aquilo que deles esperamos para nós (cf. Mt 5,1-42).

O Sermão da Montanha não contém apenas bons conselhos destinados a alguns privilegiados ou escolhidos, mas uma lei válida para todos. Temos de o levar verdadeiramente a sério. É preciso coragem para sermos diferentes dos outros, para não nos compararmos com a multidão, para suportarmos a incompreensão, sermos mal interpretados, mal julgados, condenados e ridicularizados. Mas Cristo encoraja-nos:

«Entrai pela porta estreita, porque larga é a porta e espaçoso o caminho que conduz à perdição, e são muitos os que entram por ele. Como é estreita a porta e apertado o caminho que conduz à vida! E como são poucos os que o encontram!» (Mt 7,13-14).

«Acautelai-vos dos falsos profetas, que vêm até vós disfarçados de ovelhas, mas por dentro são lobos vorazes. Pelos seus frutos os conhecereis. Colhem-se, porventura, uvas dos espinhos ou figos dos cardos? Assim, toda a árvore boa produz bons frutos, e toda a árvore má produz maus frutos. A árvore boa não pode dar maus frutos, nem a árvore má dar bons frutos. Toda a árvore que não produz bom fruto será cortada e lançada ao fogo» (Mt 7,15-20).

O Senhor fala com grande seriedade no seu Sermão. «Todo aquele que ouve estas minhas palavras e não as põe em prática será semelhante ao homem insensato que edificou a sua casa sobre a areia. Caiu a chuva, engrossaram os rios, sopraram os ventos e investiram contra aquela casa; ela caiu, e grande foi a sua ruína» (cf. Mt 7,26-27). Pelo contrário, aquele que escuta as suas palavras e as põe em prática assemelha-se ao homem prudente que edificou a sua casa sobre a rocha. A sua casa permaneceu firme (cf. Mt 7,24-25).

O Senhor exige muito; chama ao heroísmo. Como poderemos corresponder a estas exigências? Também no que diz respeito ao Sermão da Montanha existe um começo, um progresso e uma meta. O verdadeiro cristão trabalha sem descanso para atingir as elevadas metas propostas no

Sermão da Montanha. Devemos lutar incessantemente, trazendo no coração uma santa insatisfação. Nunca podemos dizer: «Já o consegui.» Antes, com São Paulo, correremos em direção à meta para a alcançar.

«Não penso ter já alcançado o fim da corrida. Faço apenas uma coisa: esquecendo o que fica para trás e lançando-me para o que está diante de mim, corro para a meta, para alcançar o prémio ao qual Deus me chama do alto, em Cristo Jesus» (Fl 3,13-14).

2. Em que consiste a perfeição cristã? Não está fora dos outros deveres do cristão, nem acima deles. Não consiste em deveres especiais, mas unicamente no esforço por cumprir integralmente, com toda a seriedade e em toda a sua extensão, aquilo que somos obrigados a fazer e a sacrificar, na Igreja e no Estado, como homens e como cristãos, em casa e em público, na ordem natural e na sobrenatural. Ela é o resumo de todos os deveres.

A vida perfeita não consiste na quantidade de exercícios religiosos, de orações ou de devoções, nem apenas em obras exteriores, nem em manifestações de espírito de sacrifício ou de virtude, nem em difíceis atos de renúncia ou de penitência. A vida perfeita reside no interior. É um modo de pensar; é uma atitude interior; é, sobretudo, a atitude de perfeito amor para com Deus, o cumprimento do grande mandamento: «Amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças, e ao teu próximo como a ti mesmo» (cf. Mt 22,37).

Somos perfeitos na medida em que alcançamos a união e a semelhança com Deus. Ora, essa união realiza-se pelo amor. É o amor que nos une a Deus e nos torna semelhantes a Ele. «Quem se une ao Senhor constitui com Ele um só espírito» (1 Cor 6,17), como duas chamas que permanecem unidas.

Somos perfeitos na medida em que amamos. O amor, a caridade, está presente em todo aquele que vive em estado de graça santificante, isto é, em quem guarda os mandamentos de Deus e não comete pecado grave. Mas será, por isso, já perfeito? Não. Só seremos verdadeiramente perfeitos quando a caridade se tornar em nós tão forte e eficaz que nos eleve acima de toda, ou quase toda, infidelidade, transgressão e pecado venial consciente e deliberado.

Sim, só alcançaremos a verdadeira perfeição quando o amor de Deus nos tornar e conservar tão fortes e vigilantes que, tanto quanto possível, evitemos até os pecados e faltas cometidos por precipitação e fraqueza, reduzindo cada vez mais o seu número e a sua gravidade. Mas isto constitui apenas o lado negativo da vida perfeita.

A perfeição revela toda a sua grandeza e plenitude quando a contemplamos pelo seu lado positivo. Ela realiza todo o bem, isto é, cumpre tudo aquilo que Deus manda e que não pode ser omitido sem pecado e sem ofensa a Deus. Mais ainda: a caridade vai além do que Deus estritamente manda e exige; na medida em que lhe é possível, faz muito mais do que o mandado, muito mais do que aquilo que poderia omitir ou realizar de outro modo sem pecado.

Não faz apenas o que é bom e justo; procura fazer o que é melhor, aquilo que mais honra a Deus, que mais favorece os seus interesses e mais Lhe agrada. Esta é a caridade no seu auge, na sua perfeição: não exclui apenas tudo o que desagrada a Deus; exclui também tudo aquilo que Lhe agradaria menos, para se orientar sempre para aquilo que mais O agrada, mais O glorifica e mais O honra.

A perfeição faz tudo bem. E fá-lo, interiormente, unicamente por amor de Deus, por Ele, para O honrar e cumprir a sua santíssima vontade. Exteriormente, realiza tudo com inteira fidelidade, pontualidade, atenção e cuidado. E faz tudo isto não apenas durante alguns dias ou alguns meses, mas de modo constante, dia após dia, mês após mês, durante toda a vida, sem desanimar e com um esforço sempre renovado por alcançar uma perfeição, uma pureza e uma santidade cada vez maiores.

A vida perfeita, no seu crescimento e plenitude, não é tanto fruto do nosso próprio trabalho como fruto da ação da graça. É o próprio Deus quem a realiza em nós para nos elevar à perfeita união consigo. Para isso, toma nas suas mãos o martelo e o cinzel e trabalha a nossa alma, a fim de a tornar completamente pura, inteiramente bela e digna d'Ele. «São tantas e tão profundas as trevas e os trabalhos, tanto espirituais como temporais, por que ordinariamente passam as almas bem-aventuradas para chegarem a este estado de perfeição, que nem o conhecimento humano basta para os

compreender, nem a experiência para os descrever» (SÃO JOÃO DA CRUZ, *Subida do Monte Carmelo*, Prólogo).

Trata-se da vitória completa sobre o amor-próprio, a sensualidade e a preguiça, sobre a impaciência, sobre os impulsos da natureza, sobre a atividade meramente natural e, sobretudo, sobre tudo aquilo que se opõe ao espírito de fé, à confiança em Deus e ao amor puro. Isto não se alcança sem muitas dores, sofrimentos e provações, tanto interiores como exteriores; sem grandes e penosas secas espirituais, trevas, angústias da alma e até sem experimentar a impressão de estar rejeitado e abandonado pelo próprio Deus. Só depois de atravessar estas dolorosas «purificações» é que a alma se encontra madura para a perfeita união com Deus. Então Deus comunica-Se a ela de modo maravilhoso e transforma-a: Deus e a alma tornam-se um só, como o vidro e o raio de sol, como o carvão e o fogo.

3. A perfeição é vida, uma vida rica, a verdadeira vida; um bem infinitamente superior a todo o génio natural, a tudo o que a terra e esta vida podem oferecer.

A perfeição é plenitude; é o desenvolvimento completo da caridade. E, com a caridade, todas as virtudes cristãs atingem o seu pleno desenvolvimento, unem-se firmemente entre si e fortalecem-se mutuamente na sua força e na sua ação. Só então as obras da alma perfeita são verdadeiramente aquilo que devem ser.

A perfeição é, em última análise, a suprema glorificação de Deus: um louvor contínuo e santo da sua bondade, do seu poder, do seu amor, da sua pureza e santidade; uma homenagem constante e perfeita aos seus mandamentos, à sua santíssima vontade, a cada um dos seus desejos e a cada impulso da sua graça. É um contínuo: «Sim, Pai», a tudo o que Ele pede, a tudo o que dá e a tudo o que tira. «Sim, Pai, porque assim Vos aprouve» (cf. Mt 11,26).

É isto, acima de tudo, que o nosso tempo necessita: cristãos íntegros, verdadeiros religiosos, almas perfeitas que levem realmente a sério o Sermão da Montanha. Como é possível que tantos sacerdotes, religiosos e «almas piedosas» vivam de modo tão natural, se queixem quando são repreendidos ou tratados com menos delicadeza, sejam tão sensíveis à

estima e aos aplausos dos homens, amem tanto o conforto e procurem aquilo que lisonjeia o seu orgulho? Antes de mais, porque os seus pecados veniais e as suas numerosas imperfeições impedem a ação do Espírito Santo nas suas almas, uma vez que não se esforçam suficientemente por libertar-se dos pecados veniais e das suas raízes. A primeira tarefa deve ser, portanto, vencer o pecado venial.

Vemos, assim, mais uma vez a importância da confissão frequente, cuja finalidade própria é precisamente vencer os pecados veniais. Será por acaso que a Santa Igreja exige precisamente daqueles que têm obrigação de aspirar à perfeição cristã — sacerdotes, seminaristas e religiosos — a confissão frequente ou semanal (Código de Direito Canónico, cânones 125, 595 e 1367)? Não. Segundo o sentir da Santa Igreja, a confissão frequente é um meio especialmente eficaz para alcançar a perfeição cristã.

O nosso Santo Padre Pio XII recomenda precisamente a confissão frequente «com grande insistência», para «progredir cada dia com maior fervor no caminho da virtude. Pela confissão frequente arrancam-se os maus hábitos, combate-se a tibieza e a indolência espiritual, purifica-se a consciência e fortalece-se a vontade» (Encíclica *Mystici Corporis Christi*).

Também para nós, portanto, a confissão frequente é um meio particularmente precioso na luta pelo fim que nos propomos alcançar. Estimemos a confissão frequente, esforcemo-nos por fazê-la bem e mostremos àqueles que nos rodeiam o poder deste sacramento mediante uma séria aspiração à perfeição cristã.

Oração

Senhor, Vós que, pela graça do Espírito Santo, infundistes nos corações dos vossos fiéis o dom da caridade, concedei-nos a graça de Vos amar com todas as nossas forças e de realizar, com todo o amor, aquilo que Vos agrada. Ámen.

9. As imperfeições

«Procurai alcançar a caridade.» (1 Cor 14,1).

1. O Evangelho apresenta-nos um ideal elevadíssimo: «Convém que cumpramos toda a justiça» (Mt 3,15). O Senhor recomenda o celibato «por causa do Reino dos Céus» (Mt 19,12). Ao jovem rico diz: «Se queres ser perfeito, vai, vende o que tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro no Céu; depois vem e segue-Me» (Mt 19,21). E ensina-nos: «Não resistais ao homem mau. Pelo contrário, a quem te bater na face direita, apresenta-lhe também a outra. Ao que quiser levar-te a tribunal para ficar com a tua túnica, deixa-lhe também o manto. Se alguém te obrigar a caminhar uma milha, acompanha-o duas. Dá a quem te pede e não voltes as costas a quem te quiser pedir emprestado» (Mt 5,39 ss.). Àquele que queria segui-Lo, mas antes desejava sepultar o pai, respondeu: «Deixa que os mortos enterrem os seus mortos; tu vai anunciar o Reino de Deus» (Lc 9,60).

«Tudo quanto quiserdes que os homens vos façam, fazei-o também vós a eles» (Mt 7,12). Aquilo que ensinou, praticou-o Ele próprio da maneira mais perfeita.

Não basta combater o pecado. É preciso fazer o bem, e fazê-lo perfeitamente. A nossa vida quotidiana é constituída por ações, pensamentos, desejos e obras que são bons ou moralmente indiferentes. Escrevo, por exemplo, uma carta; leio um bom livro; estudo; descanso do trabalho realizado; sento-me à mesa e tomo o alimento necessário; aproveito uma ocasião favorável para dar um passeio; permito-me um momento de conversa. Tudo isto, em si mesmo, não é pecado; é permitido e não merece qualquer censura moral.

Fazemos, portanto, o bem. Mas muitas vezes não o fazemos tão bem como poderíamos nas circunstâncias concretas. E, muitas vezes, nem sequer fazemos todo o bem que essas circunstâncias nos permitiriam realizar. Poderíamos fazer ainda melhor; e aquilo que fazemos poderia ser realizado de forma mais perfeita.

Fazemos aquilo que, diante de Deus e da nossa consciência, somos obrigados a fazer; cumprimos o que Deus nos manda. Não cometemos,

portanto, pecado. Contudo, agradaria mais a Deus, honrá-Lo-ia e glorificá-Lo-ia mais, se fizéssemos ainda mais bem; e até o bem que fazemos poderia ser realizado de forma melhor.

Poderíamos rezar mais e melhor; poderíamos dominar-nos mais, vencer-nos mais, fazer mais sacrifícios; poderíamos renunciar a certos prazeres legítimos; poderíamos desprender-nos ainda mais das coisas deste mundo e dos bens sensíveis; poderíamos abandonar hábitos, relações e ocupações que facilmente se ligam a alguma imperfeição. O bem que fazemos poderíamos realizá-lo com mais zelo, mais perseverança, maior decisão, alegria e espírito de sacrifício.

Poderíamos amar ainda mais o próximo, mostrar-nos mais prestáveis, mais cordiais e mais afetuosos do que aquilo que o simples preceito da caridade exige. Nós, religiosos, poderíamos observar os nossos santos votos com maior perfeição e fidelidade.

Agimos perfeitamente quando, em quantidade, realizamos todo o bem possível nas circunstâncias em que nos encontramos; isto é, quando aproveitamos todas as ocasiões de fazer o bem e reconhecemos todas as oportunidades que se nos apresentam, todos os dias e a toda a hora.

A perfeição exige, além disso, que façamos tudo também qualitativamente da melhor maneira possível: tanto as coisas grandes como as pequenas; o melhor possível na intenção e também na execução; com pontualidade, no momento oportuno e da forma mais correta.

Mas, se tivermos de reconhecer que o bem que fizemos poderia ter sido realizado de forma melhor — tanto interiormente, quanto à intenção, como exteriormente, quanto à execução da própria obra —, então teremos certamente procedido bem e retamente; teremos feito aquilo que Deus nos manda; não teremos transgredido nenhum mandamento divino; não teremos pecado. Contudo, poderíamos ter agido ainda melhor. Isto significa que agimos de modo moralmente bom, mas não de modo perfeito; agimos, portanto, de maneira imperfeita.

2. Em que consiste a ação imperfeita? Fazemos algo que é bom ou, pelo menos, moralmente indiferente; não fazemos nada de mau nem de

pecaminoso. Aquilo que realizamos não constitui, portanto, em si mesmo, nenhum pecado, nenhuma transgressão de um mandamento divino. Contudo, muitas vezes não deixa de existir um defeito na causa de onde procede essa ação imperfeita.

Essa causa pode ser um apego desordenado a uma pessoa, a um trabalho, à saúde, ao dinheiro ou às riquezas; pode ser uma certa sensualidade, o medo do sacrifício, o amor ao conforto, alguma forma de egoísmo desordenado ou, no fundo mais íntimo, uma tendência desordenada da vontade. É precisamente por causa desta orientação desordenada da vontade, da qual nasce a imperfeição, que esta pode tornar-se objeto da santa confissão.

E ainda que a imperfeição não seja, em si mesma, um pecado, ela é, contudo, de importância decisiva para a formação e o desenvolvimento da vida interior. Continua a ser o adiamento de um desejo de Deus, de algo que, humanamente falando, Deus espera de nós; uma complacência ou um apego que se apodera do nosso coração. Deus não me manda fazer determinada coisa, mas recomenda-me e deseja que a faça de certa maneira. Contudo,¹ eu não atendo ao seu desejo porque prefiro aquilo que mais me agrada.

Bebo um copo de água para matar a sede. O motivo determinante que me leva a beber é apenas o desejo de matar a sede. Esqueci-me completamente de Deus. Fiquei fechado em mim mesmo, na minha satisfação. O meu eu, a minha necessidade, vêm primeiro; Deus fica em segundo lugar. Será isto pecado? Não. Será um ato imperfeito? Poderia ser melhor, mais perfeito? Sim, poderia e deveria.

Isto é uma imperfeição: procuramo-nos a nós mesmos antes de procurarmos a honra de Deus, mesmo em ações boas ou moralmente indiferentes, sem que haja uma ofensa direta a Deus. É uma desordem, uma inversão da verdadeira ordem, que exige que Deus ocupe o primeiro lugar e eu o segundo.

Assim, a imperfeição é sempre uma diminuição do bem que poderíamos realizar; é uma desvalorização de toda a nossa vida, formada por ações boas ou moralmente indiferentes. Por isso, mediante a nossa conduta imperfeita,

privamo-nos de muitas graças e de muitos impulsos espirituais. Toda a vida religiosa fica retardada e impedida no seu desenvolvimento. Permanecemos atrasados no crescimento e assemelhamo-nos a um homem que não chegou ao pleno desenvolvimento: um anão, uma figura deformada.

Deveríamos trabalhar com cinco talentos, mas produzimos apenas como se nos tivessem sido confiados dois. Poderá Deus sentir-Se satisfeito connosco? Devemos, portanto, empenhar-nos seriamente em elevar as nossas ações, tantas vezes imperfeitas.

Como? Educando-nos para uma visão profunda da santidade e da grandeza das realidades sobrenaturais; para uma elevada estima daquilo que é melhor e mais perfeito; isto é, em última análise, da glória de Deus e do louvor de Deus.

Graças a uma profunda estima pelo que é perfeito, pelo Céu e pela glória de Deus, conseguiremos não ficar presos nem confundidos pelos motivos puramente naturais e humanos, como habitualmente acontece. Elevar-nos-emos acima do medo do castigo de Deus e da esperança da recompensa do Céu, isto é, acima dos motivos da caridade imperfeita.

Acima de tudo, procuraremos seguir sempre o caminho do amor perfeito a Deus e a Cristo. Não sufocando, certamente, os impulsos e motivos naturalmente nobres, mas subordinando-os, naquilo que têm de bom e de nobre, ao grande motivo da caridade perfeita e colocando-os ao seu serviço. Deus, a sua glória, a sua vontade, o seu desejo e os seus interesses serão aquilo que mais nos importa. Em tudo e através de tudo caminharemos para Ele com um olhar profundo de fé e um coração cheio de amor.

Quanto mais nos deixarmos guiar e determinar pela caridade perfeita para com Deus, tanto mais nos purificaremos das imperfeições e nos elevaremos a um modo perfeito de agir, a uma glorificação plena e total de Deus. Só então se realizará plenamente o sentido da vida cristã, cumprindo o mandamento: «Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente» (Mt 22,37).

3. Podem as imperfeições ser confessadas? Em si mesmas, não, porque a ação imperfeita não constitui, por si, um pecado. Uma oração feita com distração involuntária e sem plena advertência não é pecado; mais ainda, se existe intenção sincera, essa oração continua a ser boa e agradável a Deus, enquanto quem reza não se aperceber da distração.

Em contrapartida, as causas que dão origem às ações imperfeitas podem, essas sim, ser matéria de confissão. Essas causas são o apego desordenado a si mesmo, a determinadas criaturas, a trabalhos ou ocupações; o amor ao conforto, o medo do sacrifício, a sensualidade, a frivolidade e, em geral, toda a disposição desordenada da vontade.

Tanto em relação a estas causas como à natureza e aos efeitos prejudiciais das ações imperfeitas, é importante que levemos a sério as nossas imperfeições. Por isso, na santa confissão, tanto no exame de consciência como na acusação dos pecados, devemos aprofundar as fontes e as causas do nosso modo imperfeito de agir.

Formemos, então, um propósito positivo e plenamente deliberado: farei todo o bem que me for possível nas circunstâncias em que me encontro, segundo o meu conhecimento e capacidade; fá-lo-ei de maneira que Deus, nosso Salvador, seja mais honrado, que mais Lhe agrade, com todo o zelo e o maior espírito de sacrifício; todo o bem que fizer procurarei realizá-lo por amor perfeito, de modo que todos os outros motivos naturais legítimos, bem como os motivos sobrenaturais ainda imperfeitos, sejam sustentados e elevados pelo motivo da caridade perfeita.

Quando procedemos assim, cortamos a influência das causas do nosso agir imperfeito e alcançamos o fim desejado. O essencial é o amor, o motivo do amor e a correta subordinação de todos os outros motivos ao motivo fundamental da caridade. É evidente que, para isso, necessitamos de graças abundantes e poderosas. Devemos implorá-las a Deus com oração humilde e fervorosa.

Um grande auxílio para nós pode e deve ser o confessor. Também para ele o essencial é que cheguemos aos cumes da vida perfeita e que todo o bem que fazemos o realizemos plenamente, com perfeição.

Deste modo, aproveitamos este grande meio que é a confissão frequente para alcançar, com a graça de Deus, que toda a nossa vida seja um verdadeiro e harmonioso «Glória ao Pai, e ao Filho, e ao Espírito Santo», sem qualquer dissonância.

Oração

Alargai o meu coração no amor, Senhor, para que, no íntimo da minha alma, aprenda a saborear quão doce é amar e deixar-me absorver pelo amor. Que o vosso amor me una a Vós e me eleve acima de mim mesmo, cheio de ardente zelo e de santo êxtase.

Fazei que eu cante o cântico do amor. Que siga o meu Amado pelos caminhos que conduzem ao Céu. Que toda a minha vida se desdobre em vosso louvor, jubilosa de amor.

Fazei que Vos ame mais do que a mim mesmo; e que só me ame a mim por amor de Vós; e que ame em Vós todos aqueles que verdadeiramente Vos amam, conforme manda a lei do amor.

(KEMPIS, *Imitação de Cristo*, livro III, capítulos 5 e 6).

10. O amor-próprio

1. Santo Agostinho escreve, na sua obra *A Cidade de Deus*, XIV, 28: Dois amores diferentes edificaram as duas cidades, a cidade de Deus e a cidade do demónio, a cidade do mundo: o amor de si mesmo levado até ao desprezo de Deus edificou a cidade do mundo; o amor de Deus levado até ao desprezo de si mesmo edificou a cidade de Deus. Em torno destas duas formas de amor gira toda a vida e o destino do homem e da humanidade.

Existe um amor por nós mesmos que é bom, recto e ordenado; mas existe também um amor por nós mesmos desordenado, pecaminoso e perverso.

O amor ordenado por nós mesmos foi-nos dado como princípio do amor ao próximo: «Amarás o teu próximo como a ti mesmo» (Mt 19, 19). E São Paulo escreve: «Ninguém jamais odiou a sua própria carne; antes a alimenta e dela cuida, como Cristo faz com a Igreja» (Ef 5, 29). A Igreja defende a legitimidade do amor ordenado por si mesmo, rejeitando as diversas heresias que pretendem considerar pecado fazer ou deixar de fazer alguma coisa tendo em vista a própria felicidade. Declara igualmente impossível que procuremos sempre e continuamente a nossa própria perfeição, virtude e felicidade apenas por amor de Deus, excluindo toda a consideração pelo nosso desejo de felicidade (cf. Dz 1330 ss., 1345). Não; é-nos permitido amar-nos a nós mesmos, desejar-nos o bem e devemos até amar-nos a nós mesmos; é isso que a nossa natureza exige, pois nela está profundamente enraizado o desejo da felicidade. Não poderemos, e não deveremos, amar também Deus, o próximo, a virtude e a felicidade eterna precisamente porque são um bem para nós, porque correspondem ao nosso impulso natural para a felicidade, aos nossos desejos mais profundos? Sim; este amor por nós mesmos constitui a premissa natural, a condição prévia e a base natural do nosso amor a Deus, segundo as palavras de São Bernardo: «Primeiro, o homem ama-se a si mesmo por si mesmo; depois vê que isso não basta e ama Deus, não por amor de Deus, mas por amor de si mesmo; depois aprende a penetrar mais profundamente em Deus e a amar Deus por amor d'Ele e não por amor de si mesmo» (*De dilig. Deo*, 15, 39). É-nos permitido desejar os bens naturais: talento, sabedoria, grandeza de carácter,

nobre humanidade, força de vontade. Podemos também amar o nosso corpo e cuidar directamente dele, mas de tal modo que a principal atenção seja dedicada à nossa alma, para que ela seja senhora e mestra do corpo e da carne, cresça na virtude, se aproxime de Deus e alcance a salvação eterna. O amor por nós mesmos estará perfeitamente ordenado quando nos amarmos por amor de Deus, isto é, como criaturas, como filhos de Deus, como instrumentos da sua glória, capacitados e chamados a servi-Lo, a trabalhar e sofrer por Ele, a receber os seus dons e a sua graça e a utilizá-los para cumprir a sua santa vontade.

Este amor transforma-se numa santa aversão a nós mesmos. Com efeito, há muito na nossa humanidade que deve ser detestado: o pecado que cometemos, a inclinação para o pecado e a preguiça para o bem. Odiamonos a nós mesmos quando castigamos em nós o pecado cometido; quando combatemos a inclinação para o mal mediante a renúncia e a ascese; e quando procuramos o bem com todas as nossas forças. Detestamos especialmente o nosso corpo na medida em que o disciplinamos, subordinamos e sujeitamos às leis do espírito e da razão, bem como aos mandamentos e normas do Evangelho. Esta aversão por nós mesmos foi-nos confiada como um dever sagrado: «Se alguém vem ter comigo e não odeia a sua própria vida, não pode ser meu discípulo» (Lc 14, 26). «Se alguém quer seguir-me, negue-se a si mesmo» (Mt 16, 24). Esta aversão ao amor-próprio é santa, um pressuposto do autêntico e forte amor de Deus. «Para podermos amar perfeitamente a Deus, devemos odiar-nos perfeitamente a nós mesmos», diz um mestre espiritual. Assim procederam os nossos amados santos. Para São João da Cruz, este santo ódio de si mesmo, pelo qual declarou guerra a si próprio como ao seu maior inimigo, foi o ponto de partida da sua grandeza e da sua extraordinária santidade. «Castigo o meu corpo e reduzo-o à servidão» (1 Cor 9, 27). Oxalá também nós fôssemos cheios deste santo horror por nós mesmos, e especialmente pela nossa carne e pelos seus apetites desordenados!

2. Chamamos egoísmo ou amor-próprio excessivo ao amor desordenado por nós mesmos, causa última e origem de todos os pecados e faltas da nossa vida. Também o pecado do Paraíso foi consequência do amor-próprio desmedido. Toda a história dos crimes, das guerras, dos cismas, das divisões e da falta de caridade, desde os primeiros dias da humanidade até

ao momento presente, não é senão a manifestação contínua do egoísmo e do amor-próprio que habitam no coração humano. É a raiz de todas as paixões. Indescrevíveis são os males que causa à humanidade, aos povos, às famílias e a cada um dos seus membros em particular.

O amor-próprio atinge também os cristãos que se esforçam por viver uma vida digna de Deus e de Cristo. Faz-nos experimentar uma satisfação e um prazer exagerados com aquilo que julgamos ser os nossos méritos. Deste modo afasta-nos do amor de Deus e do próximo. Não é raro dar prioridade ao corpo, à saúde, ao bem-estar, ao conforto corporal, à força física e à beleza em detrimento do bem da alma, preocupando-nos de modo desproporcionado com estes valores de segunda ordem. Na vida religiosa e espiritual, aspira indevidamente a uma virtude maior e à ausência de toda a falta e «fraqueza», por um secreto desejo de «ser alguém», nascido do orgulho e da vaidade.

Torna a alma inquieta, descontente e impaciente quando, na oração e na piedade, as coisas não correm segundo os seus desejos, quando sofre distrações e não consegue rezar tão «bem» como queria e imaginava. O amor-próprio manifesta-se de modo especial no comportamento perante o ambiente que nos rodeia: torna a pessoa susceptível, irritável, áspera, desejosa de notoriedade e inclinada à crítica; torna-a fria, indiferente, reservada, invejosa, injusta nos juízos e afirmações, depreciativa, roubando-lhe a paz interior, que é a alma da vida espiritual; gera um conceito exagerado da nossa própria importância, destruindo assim a humildade; faz regressar ao plano meramente natural, torna-nos cada dia mais irritáveis, agitados, incapazes de amar e mergulha-nos numa vida de completa distração, sem atenção profunda nem verdadeira às coisas divinas. Até mesmo nas práticas de piedade pretende ser superior aos outros, nega-lhes as suas boas qualidades, vê apenas os seus defeitos e atribui-lhes intenções torcidas. Na vida da comunidade, da família, da paróquia ou do convento, manifesta-se na tentativa de seguir quanto possível os próprios caminhos e de desprezar os da comunidade, em ser, em certos aspectos, mais rigoroso do que prescreve a regra e do que são os outros na sua vida. Gosta do extraordinário, quer distinguir-se, valer, mandar, dirigir, dar-se importância. Gosta de sair da obediência, é propenso à crítica, ao descontentamento e à falta de caridade para com os iguais e os superiores.

O amor-próprio é a raiz das perturbações interiores, da falta de tranquilidade, dos receios, dos desânimos, de tantas «boas intenções» e projectos que impedem o espírito de alcançar a serenidade e lhe roubam a paz interior. É a causa última e mais profunda de todos os nossos pecados, infidelidades e faltas. O mundo, o demónio e a carne só nos podem prejudicar encontrando em nós um aliado, um inimigo interior.

É inimigo de Deus, porque gira em torno do próprio eu, vive para si mesmo e não para Deus. É o adversário declarado de Deus e do santo amor de Deus. Como inimigo do amor a Deus, é também inimigo do amor cristão ao próximo. O verdadeiro amor, a caridade, diz-nos o Apóstolo, «é paciente, é benigna, não tem inveja, não procura os seus próprios interesses...».

O amor-próprio é inimigo de toda a nobreza de sentimentos, de toda a rectidão de coração; torna o homem perverso, sem carácter nem sinceridade, caprichoso, hipócrita, mesquinho e está, em grande parte, na origem de estados e comportamentos histéricos. «O verdadeiro amor ao próximo vive da vida de milhares de almas; o amor de si mesmo vive apenas de uma, e essa é estreita, mesquinha e miserável», diz um escritor moderno. Quanto mais alguém se ama desordenadamente, mais se torna inimigo de si próprio.

É, pois, evidente que toda a nobreza humana e todo o progresso sobrenatural assentam na destruição do amor-próprio. Só sobre as ruínas do amor por si mesmo pode erguer-se o homem naturalmente nobre e, sobretudo, o homem novo, o homem da graça. Por isso, importa libertar-nos do amor desordenado por nós mesmos, do egoísmo. E isto, na medida em que depende dos nossos esforços, faz-se por meio de muita oração, de muito domínio das próprias inclinações e paixões, do orgulho, da vaidade, dos caprichos, do espírito de contradição, da tagarelice e da curiosidade; por uma vida de obediência, de plena integração na vida da comunidade, por uma vida de consciência recta e de abundante caridade para com o próximo. É por isso que a caridade é algo tão belo, tão grande e tão desejável: porque preserva do amor-próprio e o expulsa da alma. Sim, só pela caridade o homem pode libertar-se do amor de si mesmo: quanto mais cresce em nós o

amor a Deus, a Cristo e aos outros, tanto mais diminui o amor por nós mesmos.

Contudo, a tarefa principal na luta contra o amor-próprio deve ser assumida pelo próprio Deus. No seu amor por nós, conduz-nos à sua escola: a escola da dor, da humilhação, dos sofrimentos físicos, das dificuldades, dos fracassos, das desilusões, das doenças, das provações e dos sofrimentos interiores, das perseguições e das tentações de toda a espécie. Com tudo isto, proporciona-nos um conhecimento mais profundo, salutar e experimentado da nossa própria pequenez, da nossa inclinação para o pecado e da nossa falta de firmeza; pouco a pouco afasta-nos da admiração por nós mesmos, da confiança excessiva nas nossas forças, da vaidade e do orgulho secreto. É um processo doloroso, mas absolutamente necessário, se queremos que se forme em nós o homem autêntico e nobre, o cristão, o verdadeiro cristão.

3. «Se alguém vem ter comigo e não odeia o seu pai, a sua mãe, a sua mulher, os seus filhos, os seus irmãos, as suas irmãs e até a sua própria vida, não pode ser meu discípulo» (Lc 14, 26). «Assim, pois, qualquer de vós que não renunciar a todos os seus bens não pode ser meu discípulo» (Lc 14, 33). Com estas palavras, Cristo quer levar-nos a odiar-nos a nós mesmos no sentido evangélico, isto é, a amarmo-nos de modo santo, como Deus quer. Infelizmente, porém, acontece muitas vezes que estamos sempre com pressa de «abandonar, na vida espiritual, o caminho da purificação para entrar no caminho da iluminação e da união, como os noviços que desejam terminar o noviciado e anseiam pela grave responsabilidade dos votos religiosos, esperando depois gozar de maior liberdade» (FABER, *Progress*, cap. 13). Faber observa ainda a nossa especial tendência para «abandonar os humildes temas de meditação». Entre esses temas encontra-se precisamente o amor-próprio. Se observarmos atentamente o mais profundo do nosso interior e deixarmos de nos deixar iludir por esse mundo de amor desordenado por nós mesmos que nos mantém cativos, chegaremos gradualmente ao santo ódio de nós mesmos. Deste modo combateremos o amor-próprio.

Na confissão frequente aprofundamos, semana após semana, o conhecimento de nós próprios. Reconhecemos como somos pouco nobres,

como somos indignos, impuros e falsos, e como estamos acorrentados ao maldito egoísmo. Pouco a pouco cai dos nossos olhos, como se fossem escamas, a venda que os cobria e começamos a ver com clareza: reconhecemos aquilo que realmente somos. Assim, pela confissão frequente, chegamos ao verdadeiro conhecimento de nós mesmos e, por ele, ao ódio santo de nós mesmos, necessário para sermos discípulos de Cristo. Graças à confissão frequente beneficiamos também, de modo especial, da direcção espiritual do confessor. Em certo sentido, nenhum serviço melhor nos pode prestar do que mostrar-nos as máscaras, os artifícios e os mil disfarces sob os quais o amor-próprio costuma ocultar-se. Quem se confessa frequentemente pode pedir e esperar este auxílio do confessor.

Em tudo isto descobrimos a eficácia do sacramento: a força de Cristo que combate connosco contra o pecado. Só Ele, o Senhor, é capaz de vencer triunfalmente o nosso egoísmo. Pelo sacramento da Penitência e pela graça santificante acende em nós a chama da caridade; sobretudo se, pela confissão frequente, nos prepararmos para receber dignamente, todos os dias, a sagrada Comunhão. Onde cresce a santa caridade, o egoísmo dissipa-se como as trevas diante da luz.

Oração

Senhor, tende misericórdia de nós, perdoai-nos as nossas dívidas e conduzi os nossos corações vacilantes para Vós. Ámen.

11. A tibieza

1. Um perigo capital ameaça a vida de devoção: a chamada tibieza. Trata-se de um estado particular. O Senhor concedeu-nos as graças, as forças e os estímulos mais abundantes. Contudo, ficámos estagnados no nosso crescimento espiritual. Já não produzimos fruto das graças recebidas. Tornámo-nos semelhantes à figueira do Evangelho que o Senhor viu à beira do caminho. «Aproximou-se dela e nada encontrou senão folhas. Então disse-lhe: Nunca mais nasça fruto de ti. E a figueira secou imediatamente» (Mt 21, 18 ss.).

É uma realidade assustadora que tantas pessoas tenham começado com zelo e bons resultados e, depois, pouco a pouco, quase sem darem por isso, tenham caído na tibieza. Tíbio é o homem, o cristão, que é paciente enquanto nada tem a sofrer; que é manso enquanto nada o contradiz; que é humilde enquanto não é tocado no seu amor-próprio. Tíbio é aquele que deseja ser santo sem trabalho nem renúncia; que procura adquirir as virtudes sem mortificação, querendo fazer muitas coisas, mas sem exercer violência sobre si mesmo para conquistar o Reino dos Céus. Há tibieza quando sentimos inclinação para abandonar, sem motivo importante, as nossas práticas de piedade: a oração, a meditação, a leitura espiritual, as visitas ao Santíssimo Sacramento. Há tibieza quando realizamos essas práticas com negligência, pela metade, com distração e superficialidade habitual. É sinal de tibieza desprezar as chamadas «pequenas coisas» e deixar passar sem proveito as oportunidades diárias de fazer o bem, sobretudo quando fazemos as pazes com os pecados veniais, pensando inutilmente que basta evitar os pecados graves.

As faltas isoladas não bastam para que alguém seja considerado tíbio. A tibieza é antes um estado caracterizado por não levar verdadeiramente a sério, de forma mais ou menos consciente, os pecados veniais; é um estado sem zelo da vontade. Não é tibieza sentir-se em estado de aridez, de desolação ou de repugnância sensível pelas coisas religiosas e divinas, porque, apesar de todos esses estados, pode subsistir o zelo da vontade e o desejo sincero. Também não é tibieza cair frequentemente em pecados veniais, desde que deles haja arrependimento sério e combate. A tibieza é um estado de falta de zelo consciente e querido, uma espécie de negligência

duradoura ou de piedade morna, fundada em certas ideias erradas: que não se deve ser demasiado minucioso; que Deus é demasiado grande para exigir fidelidade nas pequenas coisas; que os outros também procedem assim; e noutras desculpas semelhantes.

O perigo da tibieza ameaça sobretudo quando não penetramos profundamente nas verdades da fé nem deixamos que elas se apoderem de nós com toda a sua força vital. Deus, a eternidade, a alma, a salvação das almas, a vontade de Deus, agradar a Deus, a vida do espírito e o progresso espiritual tornam-se insuficientes para nós, enquanto tudo o resto — o prazer, o divertimento, a recreação, a rádio, o lucro e a honra — passa a ocupar o primeiro lugar. O tÍbio recolhe-se à sua vida interior com desgosto; uma meditação séria sobre as verdades eternas torna-se para ele quase algo estranho; reza e faz o exame de consciência apenas de forma superficial e apressada; entrega-se facilmente às ocupações exteriores, por enfado da vida interior; procura a sua alegria nos passatempos e nas criaturas. Deste modo vai perdendo, cada vez mais, a luz, o interesse, a compreensão e a verdadeira estima pelas coisas divinas.

A tudo isto juntam-se outras causas que favorecem a tibieza. Antes de mais, a dificuldade das virtudes cristãs perante a resistência da nossa natureza decaída, da concupiscência, dos muitos inimigos e obstáculos, dos repetidos fracassos, derrotas e desilusões que continuamente se experimentam nas aspirações do espírito, bem como das numerosas perturbações causadas pela absorção da alma em toda a espécie de ocupações e deveres. E, por último, influem também os exemplos dos outros, que pouco a pouco nos afastam do bom zelo que possuíamos, levando-nos a acomodar ao seu passo lento e preguiçoso e ao infeliz respeito humano, que costuma produzir em nós danos indescritíveis. Quem deseja viver uma vida de devoção deve ser uma pessoa de carácter.

2. «Porque és morno e não és frio nem quente, estou prestes a vomitar-te da minha boca» (Ap 3, 15 ss.). Tal é a sentença divina pronunciada contra a alma tÍbia. Não deveríamos, portanto, empregar todos os nossos esforços para evitar cair neste estado de tibieza ou, se nele já caímos, procurar sair dele, para não perder tudo, talvez até a salvação eterna?

A tibieza leva-nos a habituar-nos a uma consciência falsa e deformada, pela qual até pecados mais sérios e graves passam a ser considerados simples ninharias, sem importância, meros pecados veniais. Trata-se de uma ilusão de consequências gravíssimas: «Tu dizes: Sou rico, enriqueci e de nada preciso; e não sabes que és infeliz, miserável, pobre, cego e nu» (Ap 3, 17). Do obscurecimento do juízo e da consciência resulta um enfraquecimento crescente da vontade. A pessoa habituou-se a ceder nas pequenas coisas à sensualidade, ao comodismo, aos prazeres do corpo e à susceptibilidade. Assim, naturalmente, deixa também de ser fiel nas coisas importantes. «Quem é fiel no pouco também é fiel no muito; e quem é injusto no pouco também é injusto no muito» (Lc 16, 10). Em breve, a vontade enfraquece de tal modo que qualquer novo esforço se torna pesado. E assim resiste facilmente aos impulsos e inspirações da graça e abre a sua sensibilidade e o seu coração às coisas do mundo e às suas desgraças. A infelicidade torna-se tanto mais fatal e quase incurável quanto este deslizamento para o abismo mal se percebe e se processa muito lentamente. Desta maneira o homem vive em ilusões cada vez maiores e mais perigosas, procurando convencer-se de que tudo isto não tem importância e de que, quando muito, se trata apenas de um pecado venial. Que este estado representa um golpe mortal para a vida do espírito é evidente para todos.

«Tenho, porém, contra ti que abandonaste o teu primeiro amor. Lembra-te, pois, de onde caíste; arrepende-te e pratica as primeiras obras. Caso contrário, virei a ti e removerei o teu candelabro do seu lugar, se não te arrependeres» (Ap 2, 4 ss.).

É esta a lei da natureza: quando a água estagna, corrompe-se. E outra lei diz: a força que não se exercita enfraquece. E há ainda uma lei da graça que afirma: onde não há zelo, não há amor. E outra: parar é recuar.

Sobre a figueira em que o Senhor encontrou apenas folhas e nenhum fruto, pronunciou esta terrível sentença: «Nunca mais nasça fruto de ti.» Assim é, de facto, a tibieza: uma consumpção espiritual que ainda não é morte, mas que conduz até ela.

3. Que Deus nos conceda a graça de nunca cairmos no estado de falta de zelo, de indiferença; a graça da fidelidade nas pequenas coisas, da vigilância, para que nem sequer nas coisas pequenas nos abandonemos a

qualquer negligência. A tibieza começa precisamente aí onde encontra terreno favorável, onde uma pequena negligência cria raízes em nós. Todos incorremos diariamente em pequenas negligências, e estas tendem constantemente a consolidar-se, do mesmo modo que os bacilos da tuberculose se instalam num organismo. Temos de lutar por alcançar um conhecimento exacto das realidades sobrenaturais e dos seus valores. Para isso, foram-nos dados os meios da leitura espiritual, da meditação e da oração.

Um excelente meio para nos defendermos da desgraça da tibieza e protegermo-nos dela, ou para nos arrancarmos do estado de tibieza, é a boa confissão frequente. Nela colabora tudo o que constitui uma salvaguarda contra a tibieza. Antes de mais, somos obrigados a examinar-nos com maior seriedade, a preparar com mais cuidado os actos de arrependimento e de propósito, e a pensar, com plena consciência e decisão, na melhoria da nossa vida. Além disso, aqui, no sacramento, actua em nós o próprio poder de Cristo. O Senhor pôs todo o seu empenho em encher-nos de aversão ao pecado neste santo sacramento, em fortalecer a nossa vontade para a glorificação total do Pai, para uma fidelidade plena ao seu serviço e para uma entrega completa à sua vontade. Finalmente, ajuda-nos também a direcção do confessor, que em cada santa confissão nos anima de novo e nos incentiva a prosseguir, com todo o zelo, o caminho da santidade.

É evidente que uma das principais razões da elevada estima pela confissão frequente reside no facto de que, quando é praticada e bem praticada, torna praticamente impossível um estado de tibieza. Esta convicção pode explicar por que motivo a Santa Igreja recomenda com tanta insistência — para não dizer que impõe como dever aos religiosos — a confissão frequente ou semanal. Por isso, a confissão frequente deve ser para nós algo de importante e sagrado. E, pela mesma razão, devemos esforçar-nos por a praticar sempre bem e cada vez melhor.

Oração

Senhor e meu Deus, Vós que fazeis concorrer para a salvação de todos os que se voltam para Vós, enchei os nossos corações de um amor

inabalável por Vós, para que nenhuma tentação possa extinguir as aspirações que despertastes em nós. Ámen.

12. Os pecados de omissão

«Quem sabe fazer o bem e não o faz, comete pecado.» (Tg 4, 17).

1. Conhecemos a parábola dos talentos. O primeiro servo recebera cinco talentos, negociou com eles e ganhou outros cinco. O segundo recebera dois talentos e, do mesmo modo, ganhou outros dois: «Muito bem, servo bom e fiel...». Aproximou-se também aquele que recebera apenas um talento e disse: «Senhor, sei que és um homem severo, que ceifas onde não semeaste e recolhes onde nada espalhaste. Por isso, cheio de medo, fui esconder o teu talento na terra. Aqui tens o que é teu.» O seu senhor respondeu-lhe: «Servo mau e preguiçoso, sabias que ceifo onde não semeei e recolho onde nada espalhei? Devias, pois, ter entregue o meu dinheiro aos banqueiros, para que, ao regressar, recebesse o que é meu com juros. Tirai-lhe o talento e dai-o ao que tem dez, porque a todo aquele que tem será dado em abundância; mas ao que não tem, até o que tem lhe será tirado. E lançai esse servo inútil nas trevas exteriores; aí haverá choro e ranger de dentes.» (Mt 25, 24-30).

Pecamos não apenas praticando o mal, mas também quando deixamos de fazer o bem que podemos e devemos fazer, ou quando não o fazemos tão bem como poderíamos e deveríamos. Estes chamam-se pecados de omissão: omissão do bem a que estamos, de algum modo, obrigados.

Não basta que a árvore exista: é necessário que produza bons frutos. Caso contrário, recairá sobre ela a sentença: «Toda a árvore que não dá bom fruto é cortada e lançada ao fogo» (Mt 7, 19). Naquele dia, o Senhor dirá aos que estiverem à esquerda: «Apartai-vos de Mim, malditos, para o fogo eterno preparado para o demónio e os seus anjos. Porque tive fome e não Me destes de comer; tive sede e não Me destes de beber; era peregrino e não Me acolhestes...». Então eles responderão: «Senhor, quando Te vimos com fome, ou com sede, ou peregrino, ou doente, ou na prisão, e não Te socorremos?» E Ele responder-lhes-á: «Em verdade vos digo: sempre que deixastes de o fazer a um destes mais pequeninos, foi a Mim que o deixastes de fazer.» (Mt 25, 41-45). Não fizeram mal ao próximo, mas também não lhe fizeram o bem que podiam ter feito. Por isso serão colocados à esquerda «e irão para o castigo eterno...»

2. Não pensamos aqui nos pecados de omissão em que, consciente e deliberadamente, se deixam de cumprir deveres graves e importantes. Pensamos antes nos pecados de omissão dos bons e diligentes cristãos, leigos, religiosos e sacerdotes. Estes pecados têm como característica o facto de, na maior parte das vezes, lhes prestarmos pouca atenção e não avaliarmos devidamente a sua importância para a vida espiritual. Por isso mesmo, são muito mais perigosos para nós.

Infelizmente, acontece que, mesmo aspirando seriamente a uma vida perfeitamente cristã e religiosa, nos tornamos culpados, dia após dia, de alguns pecados de omissão do bem que poderíamos e deveríamos ter praticado. Quantas ocasiões Deus nos oferece para bons pensamentos e bons afectos! Quantas delas deixamos escapar inutilmente, ocupando-nos antes com pensamentos, receios e preocupações inúteis! Como poderia o pensamento de Deus e de Cristo penetrar todo o nosso ser e influenciar os nossos pensamentos e desejos, modelar a nossa caridade e orientar as nossas acções! E, no entanto, não dirigimos para Ele os nossos pensamentos.

Pensem nas nossas omissões relativamente às ocasiões e aos motivos para rezar nos «momentos livres» que nos são oferecidos ao longo do dia. Poderíamos aproveitá-los para fazer actos de oração, e não o fazemos.

Pensem em como nos é necessário aprofundar continuamente os nossos santos deveres de cristãos e de religiosos, aprendendo a conhecê-los cada vez mais plena e perfeitamente; conhecer os santos mandamentos da Lei de Deus e da Igreja, as obrigações assumidas no santo Baptismo e nos votos, as regras e preceitos que nos manifestam a santa vontade divina. Não é de admirar que incorramos em tantas infidelidades e transgressões. Não pode ser de outro modo se, na oração e na meditação, não chegarmos a uma compreensão completa do nosso destino como cristãos, como membros de uma Ordem religiosa. Quem não semeia não pode colher.

Pensem nas inspirações da graça, negligenciadas e não escutadas, nos inúmeros estímulos para o bem. É certo que Deus nos fala por meio deles e nos impele para o bem. Sabemos que «a essência da vida espiritual consiste em reconhecer na nossa alma os caminhos e os impulsos do Espírito Santo e

fortalecer na nossa vontade a decisão de os seguir» (P. LALLEMANT, *Doctrine*, cap. II, 1).

O próprio Padre Lallemant escreve: «Há poucas almas perfeitas porque poucas seguem as orientações do Espírito Santo.» Outro mestre da vida espiritual afirma: «Toda a nossa esperança de progredir no caminho da vida interior depende das inspirações divinas» e da maneira como lhes prestamos atenção e delas tiramos proveito. Tudo isto nós o sabemos muito bem. E, apesar disso, mesmo estando convencidos de quanto delas necessitamos, deixamo-las frequentemente perder-se, e até permitimos que Deus, por causa da nossa negligência, vá deixando pouco a pouco de no-las conceder.

Não podemos imaginar prejuízo maior do que deixar negligenciadas as inspirações e os impulsos da graça. São tão abundantes que, por assim dizer, acompanham continuamente os nossos passos, chegam incessantemente ao mais íntimo da nossa alma, como raios divinos que inundam o nosso coração de uma luz cálida, nos mostram o bem e despertam em nós o desejo de o praticar: iluminam a inteligência e movem a vontade; ora sob a forma de amor, ora de severidade, ora de repreensão, ora de encorajamento; ora como um leve sussurro, ora como uma voz poderosa; ora como um único apelo, ora como um bater paciente e contínuo à porta do nosso coração.

Inspirações não atendidas, dons de Deus rejeitados, graças perdidas! Quantas vezes «não estamos em casa» quando a graça bate à nossa porta! E, estando nós em casa, quantas vezes não lhe abrimos a porta, para não sermos perturbados nos nossos próprios desejos, para podermos seguir os nossos caprichos e vontades! Quantas vezes a graça nos chama para um sacrifício, para uma renúncia, para uma resolução firme! E nós deixamos perder essa graça! Graça desperdiçada, negligenciada, perdida! Pecados de omissão!

Lembremo-nos da parábola divina do semeador que saiu a semear. Uma parte da semente caiu à beira do caminho; outra em terreno pedregoso; outra entre ervas daninhas e espinhos; finalmente, uma quarta parte caiu em boa terra, onde pôde germinar e dar fruto. Três quartos não deram fruto! Não será esta a história e o mistério da inspiração da graça divina e do coração humano, que tão frequentemente não é boa terra?

Reflectamos também, de modo especial, sobre a facilidade com que deixamos perder tantos momentos do tempo que Deus nos concedeu como dom. Cada instante é um presente, um capital precioso.

Consideremos, finalmente, o nosso comportamento para com aqueles que nos rodeiam, para com o nosso próximo. Conhecemos os pecados alheios. Não queremos falar aqui das muitas vezes em que, pela nossa conduta, pelas nossas palavras e observações imprudentes, pelo nosso exemplo, tornamos os outros responsáveis por não aproveitarem a graça que lhes foi oferecida; de quantas vezes lhes damos ocasião para não cumprirem os seus deveres como deviam. Limitemo-nos antes a considerar quanto nos afastamos, no nosso comportamento para com os outros, do cumprimento do nosso próprio dever.

Temos o penoso dever de chamar a atenção do amigo, do filho, do subordinado, dos superiores, dos nossos irmãos e irmãs. Não ousamos fazê-lo. Permanecemos calados perante os pecados dos outros quando poderíamos e deveríamos falar. Deixamos de o fazer por respeito humano. Lavamos as mãos e dizemos: «Isso não me diz respeito.» Sabemos o que devemos ao próximo em matéria de respeito e de caridade cristã. Sabemos qual é o dever da reconciliação: «Perdoai-nos, assim como nós perdoamos.» Sabemos o dever de ajudar o próximo, de lhe sermos úteis quanto possível. «Tive fome, tive sede, era peregrino, estava nu, e destes-me de comer, destes-me de beber, acolhestes-me, vestistes-me.» E conhecemos também as outras obras de misericórdia a que estamos obrigados: ensinar os ignorantes, aconselhar os que pedem conselho, consolar os aflitos, rezar por todos, vivos e defuntos. Quantas ocasiões e quantos deveres! E quantas vezes omitimos o seu cumprimento sem motivo suficiente! Pecados de omissão!

E, além de todos estes, os pecados de omissão para com a comunidade a que pertencemos; para com a família; para com a paróquia; para com a comunidade religiosa; para com o povo; para com a nossa Pátria!

É muito séria a afirmação que o célebre Padre Lacordaire fez num dos seus sermões: «Poucos serão os homens que, no dia do Juízo, poderão apresentar-se diante de Deus sem terem causado a ruína (ou pelo menos algum dano) de alguém por cuja alma eram responsáveis.»

Um pregador sagrado mais recente aconselha: «Esta noite, quando todos na nossa casa estiverem a dormir, percorramos os quartos e imaginemos que aqueles que neles dormem estão mortos. Quantas censuras então nos dirigiriam por acontecimentos que não chegaram a verificar-se, por serviços que não lhes prestámos, por palavras que não pronunciámos, pela caridade que deixámos de praticar!»

3. O que até aqui foi indicado acerca dos diversos pecados de omissão não pretende ser exaustivo. Deve servir-nos apenas para que, ao praticarmos seriamente a confissão frequente, reflectamos sobre o bem que deixamos de fazer e nos examinemos a nós mesmos com a convicção de que «quem nada faz de bom já faz bastante mal» e também de que «é positivamente mau quem nada faz de bom».

A confissão frequente deve ser valorizada precisamente também em relação às omissões. É necessário prestar especial atenção aos deveres negligenciados, ainda que se trate de deveres de «pequena» importância; às inspirações da graça que não foram atendidas; às ocasiões perdidas de praticar o bem; ao tempo desperdiçado; ao amor ao próximo que não foi demonstrado ou o foi de modo insuficiente. Tudo isto deve despertar na alma, perante as omissões, um arrependimento profundo e sincero, bem como uma vontade firme de combater conscientemente até as mais pequenas omissões de que, de algum modo, temos consciência. Se nos aproximarmos da confissão com este propósito, ser-nos-á concedida, na absolvição do sacerdote, a graça de reconhecer melhor as nossas omissões e de as tomar mais a sério. E, sendo sustentados pelo sacerdote nesta luta contra as omissões, a confissão frequente tornar-se-á para nós um dos primeiros e mais eficazes meios para, pouco a pouco, nos preservarmos de toda a espécie de faltas desta natureza.

Oxalá nunca o Senhor tenha de nos dizer aquilo que disse a Jerusalém: «...quantas vezes quis reunir os teus filhos... e tu não quiseste!» (Mt 23, 37). Que pretende Ele quando nos chama, quando nos oferece uma ocasião para praticar o bem, quando nos concede uma iluminação interior, um impulso da graça? O Senhor quer elevar-nos, enriquecer-nos, tornar-nos grandes e felizes. E nós respondemos a esta caridade com uma recusa. Pecados de

omissão, graças negligenciadas, graças desperdiçadas! Teremos alguma vez reflectido seriamente sobre tudo isto?

Oração

Guardai-nos e fortalecei-nos, Senhor, no vosso santo serviço. Vo-lo pedimos: ouvi-nos. Livrai-nos, Senhor, de desprezar as vossas inspirações. Inflamai a nossa alma com o fogo do Espírito Santo, para que Vos sirvamos com pureza de corpo e Vos agrademos com pureza de coração. Ámen.

13. A convicção da própria justiça

«Os publicanos e os pecadores aproximavam-se todos d'Ele para O ouvirem. E os fariseus e os escribas murmuravam, dizendo: Este acolhe os pecadores e come com eles. Então propôs-lhes esta parábola: Qual de vós, tendo cem ovelhas e perdendo uma delas, não deixa as noventa e nove no deserto e vai à procura da que se perdeu até a encontrar? E, quando a encontra, põe-na alegremente aos ombros; e, ao chegar a casa, reúne os amigos e os vizinhos, dizendo: Alegrai-vos comigo, porque encontrei a minha ovelha perdida. Eu vos digo: assim haverá maior alegria no Céu por um só pecador que se arrepende do que por noventa e nove justos que não precisam de penitência.» (Lc 15, 1-7).

1. Os «justos» que não precisam de penitência; os justos que se escandalizam porque o Senhor tem misericórdia dos pecadores e come com eles; aqueles que, na orgulhosa consciência da sua justiça, da ausência de pecado, da sua rectidão e irrepreensibilidade, julgam não precisar de penitência... esses são os que acreditam na sua própria justiça.

Uma das mais odiosas heresias de que fala a história da Igreja foi precisamente a daquela que não tolerava «pecadores» no seu seio, que se orgulhava de ser constituída apenas por «santos», por homens puros de pecado, por justos. Esses santos olham com desprezo para a Igreja de Cristo, que arrasta consigo tanto lastro humano, em vez de exterminar pelo fogo e pela espada tudo o que é mau e pecaminoso. Esses montanistas, maniqueus e cátaros de outros tempos e dos tempos modernos vangloriam-se da sua pureza e da sua santidade. Competem entre si em exigências cada vez mais rígidas e rodeiam a lei de Cristo e da Igreja com barreiras sempre mais apertadas. Proíbem aos seus adeptos o uso da carne e do vinho, proíbem o matrimónio e também os trabalhos humildes e servis; rezam muito, jejuam com severidade e deslumbram as multidões.

São estes os que se julgam justos. Mas também entre os cristãos existem alguns. A confiança exagerada na própria justiça é precisamente o pecado dos cristãos piedosos, diligentes e correctos, que cumprem impecavelmente todos os seus deveres e julgam não ter nada de que se acusar. Gozam, entre

os que os rodeiam e perante os seus superiores, da reputação de cristãos exemplares, e com razão.

Mas quem dera que não estivessem tão convencidos da sua própria rectidão e irrepreensibilidade! Quem dera que não acreditassem tanto nisso, nem pensassem constantemente nisso, alimentando em segredo a sua vaidade! É precisamente aqui que reside o perigo: sabem que nada há a censurar-lhes; eles próprios nada encontram em si que mereça reprovação; nada têm de que se arrepender, nada que corrigir. São os «justos» que não precisam de penitência.

Quanto mais convencidos estão da sua própria justiça, tanto mais prestam atenção aos pecados e faltas dos outros, de todos os que os rodeiam. Observam como uns e outros vacilam no cumprimento dos preceitos, da lei, da Regra; como aqui e ali a infringem; como não cumprem exactamente os seus deveres religiosos e comunitários, tornando-se culpados de toda a espécie de faltas em que eles próprios nunca incorreriam. Indignam-se e amarguram-se; tornam-se pouco caridosos, cheios de desprezo e de repugnância interior para com os menos correctos. Não querem ter nada em comum com eles; evitam-nos quanto podem e mantêm-nos afastados do seu caminho. No íntimo, incensam-se pela sua grande virtude e julgam que todos deveriam reparar no seu comportamento exemplar, elogiá-lo e reconhecê-lo. Tornam-se susceptíveis e fazem-no sentir a todos os que não os admiram. Precisamente eles, os que não precisam de penitência!

Este perigo ameaça o cristão fervoroso e diligente, e ameaça-nos também a nós. A convicção da própria justiça insinua-se quase sem ser notada na consciência e no espírito do crente que combate honradamente e se preocupa seriamente com a sua vida religiosa e com a perfeição cristã. Tanto mais se deve recear quanto é certo que são sempre poucos os que levam a vida cristã verdadeiramente a sério. À sua volta encontra tantos baptizados que se dizem cristãos, mas cuja vida prática apresenta tantas coisas incompreensíveis, tanta imperfeição, tanta contradição entre a vida e a fé que professam, tanta esterilidade apesar de todos os ensinamentos e estímulos que recebem, apesar dos bons exemplos que têm diante dos olhos, dos conselhos e advertências encontrados nos livros e nos textos litúrgicos,

das meditações que fazem e dos santos sacramentos que recebem. Não poucas vezes isto verifica-se até naqueles que, pelo seu estado de vida e pelos seus votos sagrados, estão especialmente obrigados a ser cristãos exemplares e a conduzir os outros às alturas da vida cristã. Também entre eles se encontra tão pouco conhecimento, tanta mediocridade, que não admira que naquele que luta e se esforça surja um certo sentimento de superioridade moral, uma determinada satisfação consigo mesmo, que facilmente degenera numa exagerada convicção da própria rectidão, levando-o a considerar e tratar «os outros» de modo depreciativo, ou com uma certa arrogância e um orgulho disfarçado de compaixão.

«Eu vos digo que haverá maior alegria no Céu por um pecador que faz penitência do que por noventa e nove justos que não precisam de penitência.» Com estas palavras o Senhor pronunciou o seu juízo sobre a convicção da própria justiça. O «justo» não precisa de penitência nem de arrependimento. Como precisaria, se é completamente correcto e irrepreensível? A consciência da sua impecável rectidão fecha-lhe o caminho para o reconhecimento do seu pecado e, por conseguinte, para a penitência. Eis a maldição da convicção da própria justiça: a cegueira. Onde não existe conhecimento de si mesmo, não há disposição nem actos de penitência. E onde falta a disposição para a penitência, aí surge o endurecimento do coração e da vontade. A graça de Deus, as inspirações do Espírito Santo e as advertências exteriores já não produzem qualquer efeito: são «justos que não precisam de penitência», que nada têm de que se arrepender, que sempre que ouvem ou lêem alguma coisa acerca do pecado não pensam minimamente em si mesmos, mas apenas «nos outros».

A convicção da própria justiça nasce do orgulho, e o seu fruto é, por sua vez, o orgulho e a soberba espiritual. O bem que descobre em si atribui-o exclusivamente ao seu próprio esforço. É incapaz de repetir com o Apóstolo São Paulo: «Pela graça de Deus sou o que sou, e a graça que Ele me concedeu não foi estéril; antes trabalhei mais do que todos eles, mas não fui eu, foi a graça de Deus que está comigo» (1 Cor 15, 10). Esquece igualmente estas outras palavras do Apóstolo: «Que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que te glorias como se o não tivesses recebido?» (1 Cor 4, 7). A convicção da própria justiça menospreza a graça e os seus efeitos e, por isso, é injusta para com ela e para com Aquele que

no-la concede. Não acabará semelhante atitude por afastar pouco a pouco essa alma da graça e da benevolência de Deus? «Deus resiste aos soberbos» (1 Ped 5, 5).

Quem se julga justo exalta-se interiormente acima «dos outros». «Ó Deus, dou-Vos graças porque não sou como os outros homens.» Os outros formam a grande multidão com a qual ele não quer ser contado; ele, pelo contrário, considera-se entre os escolhidos. Julga-se puro e perfeito; os outros permanecem muito abaixo dele. «Ó Deus, dou-Vos graças porque não sou como os outros homens.» E qual é o juízo que o Senhor faz daquele que assim se apresenta diante d'Ele? «Digo-vos que este [o publicano] voltou justificado para sua casa, e não aquele. Porque todo o que se exalta será humilhado, e quem se humilha será exaltado» (Lc 18, 14).

«Não sou como os outros homens.» Por eles não sente, no mais íntimo do coração, senão desprezo e repugnância. Desconhece as palavras do Senhor: «Não julgueis, e não sereis julgados; não condeneis, e não sereis condenados; absolvei, e sereis absolvidos. A medida com que medirdes os outros será usada também convosco» (Lc 6, 37-38), tanto nesta vida como na eternidade.

Poderá, então, admirar-nos que haja maior alegria no Céu por um pecador que faz penitência do que por noventa e nove justos que dela não necessitam? Apenas uma coisa pode causar espanto: que entre os cristãos possa realmente existir este vício da convicção da própria justiça; que haja cristãos que cumprem seriamente os seus deveres religiosos, rezam com fervor, recebem os sacramentos e vivem honestamente, mas que, apesar de tudo, permanecem cegos, sem perceber até que ponto, no mais profundo do coração, se julgam justos e irrepreensíveis, orgulhando-se da sua rectidão, da sua fidelidade e da ausência de faltas.

A convicção da própria justiça transforma-se inconscientemente em segurança de si mesmo, como se para a alma piedosa já não existisse qualquer perigo e como se estivesse definitivamente imunizada contra as seduções do mundo, contra as tentações e perseguições do inferno, contra a força das paixões e das más inclinações. Quem confia em si mesmo vive numa segurança de salvação que exclui qualquer dúvida séria. Não quer admitir que também para ele, como para qualquer ser humano, subsista

nesta terra a possibilidade de ser infiel à sua vocação, de fraquejar perante os muitos deveres, sacrifícios e renúncias que a vida impõe, e de abusar da graça de Deus; que a qualquer momento pode falhar e cair em pecados e faltas, se a graça de Deus o não preservar.

Comporta-se como se não lhe dissesse respeito a grave advertência do Apóstolo: «Trabalhai na vossa salvação com temor e tremor. Porque é Deus quem opera em vós tanto o querer como o agir» (Fl 2, 12-13); e como se ignorasse a insistência com que São Paulo recomenda aos Coríntios que meditem nas graças extraordinárias concedidas pelo Senhor ao povo de Israel na travessia do Mar Vermelho e durante a peregrinação no deserto: a libertação das mãos do Faraó, a coluna de nuvem, o maná e a água que brotou do rochedo. «E, contudo — acrescenta o Apóstolo —, da maior parte deles Deus não Se agradou, e ficaram prostrados no deserto, para nossa advertência. Portanto, quem julga estar de pé veja bem que não caia» (1 Cor 10, 2-12).

A confiança em si mesmo leva inevitavelmente aquele que vive uma vida cristã fervorosa e piedosa a seguir os seus próprios caminhos; e assim, sem dar por isso, mas com inteira segurança, acaba por enveredar por caminhos errados. Quem confia em si mesmo já não precisa que ninguém o ilumine nem o admoeste: basta-se a si próprio e apoia-se na sua própria ciência e prudência. No seu orgulho manifesta-se o espírito maligno, que se revela precisamente nessa autoconfiança. Mas Deus não permite que a sua ordem seja violada sem castigo: «Deus resiste aos soberbos.» E: «Quem se exalta será humilhado» (Lc 14, 11).

É assustador verificar como até um Apóstolo, que viveu na maior intimidade do Senhor, chegou a tornar-se um «filho da perdição» (Jo 17, 12).

3. Perante o perigo da convicção da própria justiça, que ameaça aquele que combate honradamente, encontramos um poderoso auxílio na confissão frequente, feita com sinceridade. Quanto melhor a praticarmos, tanto mais seguro será para nós o caminho para um conhecimento mais profundo de nós mesmos, para o reconhecimento da nossa imperfeição e da nossa inclinação para o pecado. Ela revela-nos as feridas da nossa alma e leva-nos a reconhecer que, na verdade, todos «pecamos em muitas coisas» (Tg 3, 2),

e que nunca teremos motivo para nos considerarmos justos e perfeitos ou para desprezarmos os outros e a sua vida religiosa. Se, além disso, tivermos a ajuda de um confessor inteligente e compreensivo para aprofundar e tornar mais frutuosa a nossa confissão, então a confissão frequente produzirá em nós disposições cada vez mais perfeitas para a penitência e um vivo desejo de completa pureza e caridade.

Oração

Senhor, que é o homem para Vos lembrardes dele? Que fez o homem para merecer a vossa graça? Só uma coisa posso pensar e dizer com verdade: nada sou, Senhor, nada posso, nada de bom possuo por mim mesmo; em tudo me reconheço fraco e caminho sempre para o nada. E, se não for ajudado e interiormente instruído por Vós, torno-me inteiramente morno e dissipado.

«Graças Vos sejam dadas, de quem procede todo o bem, sempre que alguma coisa me corre bem. Porque diante de Vós sou vaidade e nada, homem inconstante e débil. De que me poderei, pois, gloriar? Na verdade, gloriar-se de si mesmo é a maior loucura. Porque, quando o homem se compraz em si próprio, desagrada-Vos. A verdadeira glória e a santa alegria consistem em gloriar-se em Vós e não em si mesmo; alegrar-se no vosso nome e não na própria virtude. Seja louvado o vosso nome e não o meu; sejam engrandecidas as vossas obras e não as minhas. Vós sois a minha glória; Vós, a alegria do meu coração. Em Vós me gloriarei e Vos louvarei todos os dias; de mim nada tenho de que me gloriar, senão das minhas fraquezas.»

(Tomás de Kempis, A Imitação de Cristo, livro III, capítulo 40).

14. O arrependimento (1)

«Pedro lembrou-se das palavras que Jesus lhe tinha dito: Antes de o galo cantar, negar-Me-ás três vezes. E, saindo para fora, chorou amargamente.» (Mt 26, 75).

«E, saindo para fora, chorou amargamente.» Pedro, o homem que, ainda há pouco, ardia de santa devoção ao seu Senhor e Mestre; aquele que, no jardim do Getsémani, interveio impetuosamente em defesa de Jesus; que, por amor fiel e zeloso, seguira o Prisioneiro até ao pátio do sumo sacerdote; esse mesmo Pedro acabava de negar Jesus. «Não conheço esse homem!» (Mt 26, 72-74). «Então o Senhor voltou-Se e olhou para Pedro; e Pedro lembrou-se da palavra do Senhor» (Lc 22, 61). O olhar de Jesus abriu-lhe os olhos. Agora compreende o que fez. Que lhe resta fazer?

«E, saindo para fora, chorou amargamente.» Agora vê como se comportou para com o seu Senhor, Aquele que outrora confessara solenemente como o Cristo, o Filho de Deus (Mt 16, 16); o mesmo que, entre todos os Apóstolos, o escolhera como pedra sobre a qual queria edificar a sua Igreja. E agora fingira não O conhecer, precisamente Aquele a quem até então seguira por toda a parte com alegre fidelidade, cujos milagres os seus olhos tinham contemplado, que vira transfigurado em toda a sua glória no monte Tabor e com quem acabava de celebrar a Última Ceia. «Não conheço esse homem.»

«E, saindo para fora, chorou amargamente.» Agora reconhece o que fez. Sente finalmente o que é o pecado e já não consegue suportar o seu peso. Sente-o arder na sua alma como uma ferida dolorosa. E sente também o impulso de fugir; por isso afasta-se da ocasião do pecado.

Tem de expiar a sua culpa; tem de fazer penitência. Como o atormenta, como o fere a chaga da sua alma, como tudo o que o levou ao pecado lhe causa agora repugnância!

2. Que é o arrependimento? Serão, porventura, as lágrimas de Pedro? Não; o arrependimento está no seu íntimo. Consistirá talvez na profunda humilhação que Pedro sente por ter podido cair tão baixo, na vergonha perante si mesmo e perante os outros? Não. Será o seu arrependimento o

receio de que o Salvador o prive da prometida missão de supremo pastor para a confiar a outro Apóstolo mais fiel? Também não.

O arrependimento é a dor da alma pelo pecado cometido, unida ao firme propósito de não tornar a cometê-lo. O pecado insurge-se contra a santidade de Deus. O arrependimento, pelo contrário, penetra a vontade que ousou violar a lei de Deus com uma dor profunda por se ter revoltado contra Deus e por O ter ofendido. Lamenta ter calcado aos pés os mandamentos de Deus, lamenta o pecado, lamenta ter ofendido Deus, e resolve renunciar ao seu acto desordenado e às ideias que lhe deram origem, ainda que isso lhe custe um grande sacrifício.

O verdadeiro arrependimento não é apenas um «quem dera... quem dera não o tivesse feito». Não é um simples sentimento, uma sensação física de dor, algo perceptível pelos sentidos ou necessariamente experimentado de modo sensível. É um acto da vontade, um acto puramente espiritual, quer se sinta ou não sensivelmente a dor do arrependimento; é uma mudança verdadeira e sincera de pensar, tal como aconteceu com São Pedro. A vontade, que antes se inclinava para o pecado, afasta-se agora dele, detesta-o, sente por ele repugnância e horror, e, se pudesse, aniquilaria ou desfaria o mal cometido. O arrependimento traz consigo, necessariamente, a vontade de não voltar a cometer o mesmo mal e de empregar os meios necessários para o evitar no futuro (propósito de emenda).

O arrependimento constitui a essência mais profunda da penitência e é o mais importante de todos os actos necessários para receber o sacramento da Penitência. Sem ele não há perdão dos pecados, nem confissão digna e frutuosa. Se muitos dos que se confessam frequentemente se aplicassem com maior empenho a fortalecer o seu arrependimento, tanto maior seria o fruto das suas confissões.

«O Senhor voltou-Se e olhou para Pedro.» O olhar da graça de Jesus teve de tocar o coração do pobre Pedro. Só então aconteceu que «saindo para fora, chorou amargamente». O verdadeiro arrependimento nasce sob o impulso e a influência da graça; é fruto, não da nossa actividade natural nem dos nossos esforços puramente humanos, mas da graça e da oração. Por isso, na sua origem, é sobrenatural e deve ser pedido na oração.

O verdadeiro arrependimento é também sobrenatural pelos motivos que o inspiram. Quem lamenta o pecado e a infidelidade apenas por causa da sua fealdade, por ser algo indigno de um homem, de um cristão, de um religioso ou de uma religiosa, ou porque traz consigo humilhação, faz perder a estima dos que o rodeiam, etc., possui apenas uma dor natural pelo pecado, não o verdadeiro arrependimento que é necessário para o perdão dos pecados.

«E, saindo para fora...» O arrependimento de São Pedro é efectivo; é um arrependimento que se traduz em actos. Pedro afasta-se do ambiente que o levava ao pecado e não volta para ele. Foge do lugar onde traiu a fidelidade ao seu Senhor e, através do seu zelo perseverante por Cristo e pela sua causa, repara o seu pecado com a vida e com a morte.

3. Objecta-se contra a confissão frequente que, precisamente por causa da sua frequência, ela tende quase inevitavelmente a tornar-se mecânica e rotineira, perdendo assim a sua eficácia. É verdade: esse perigo existe. Mas o mesmo sucede com a comunhão frequente e diária, com a celebração quotidiana da Santa Missa, com a recitação diária do Breviário e com as demais orações habituais. Deveríamos, por isso, evitar o perigo da rotina comungando menos vezes, celebrando menos frequentemente a Santa Missa ou rezando menos o Breviário? Certamente que não. Também na confissão frequente o perigo da mecanização será evitado, dando menos importância à simples acusação dos pecados e concentrando toda a energia em aprofundar e despertar o arrependimento (e o propósito de emenda). Em geral, dificilmente poderemos variar muito a acusação; com o tempo, teremos sempre, mais ou menos, «as mesmas coisas» para confessar. E, precisamente por isso, torna-se ainda mais importante desenvolver bem o arrependimento.

Para esse efeito, incluamos conscientemente no nosso arrependimento, juntamente com os pecados que temos de confessar, todos os pecados e infidelidades da nossa vida passada. Assim poderemos facilmente dar à nossa confissão frequente uma forma que a preserve de toda a rotina, tornando-a verdadeiramente boa, vivificante e fecunda.

Oração

Nós Vos suplicamos, Senhor, ouvi benignamente as nossas humildes preces. Manifestai-nos a vossa inefável misericórdia e livrai-nos de todos os nossos pecados e dos castigos que por eles merecemos. Ámen.

15. O arrependimento (2)

1. «Depois de o juiz Me ter condenado à infame morte de cruz e de terem colocado sobre os meus ombros todo o peso do madeiro, fui exposto à vergonha e entregue ao escárnio público. Por onde quer que as marcas ensanguentadas dos meus pés deixavam rasto, os judeus gritavam até fazer ressoar os ares: Crucifica-o! Crucifica esse malfeitor! Fui conduzido ao lugar da execução juntamente com criminosos e ladrões. Ali fui despojado das minhas vestes e estendido sobre a cruz. Esticaram-Me os braços e as pernas e depois pregaram-nos cruelmente ao madeiro; assim fiquei suspenso entre o céu e a terra na cruz erguida.

Olha agora para Mim no alto da cruz. A minha mão direita foi trespassada por um cravo; a esquerda também foi perfurada; o meu braço direito deslocado e o esquerdo dolorosamente distendido. O meu pé direito foi trespassado e o esquerdo cruelmente perfurado. Permanecia ali suspenso, sem qualquer apoio; os meus membros divinos estavam mortalmente exaustos; todos eles, delicados, ficaram entorpecidos pelo cruel suplício da cruz. O meu sangue febril escorria continuamente; coberto por ele e avermelhado, o meu corpo agonizante inspirava compaixão.

Contempla este espectáculo doloroso: o meu corpo jovem e florescente começou a definhar, a murchar e a consumir-se... Todo o meu corpo estava coberto de feridas e repleto de dores... Os meus olhos luminosos estavam obscurecidos... Aos meus ouvidos só chegavam escárnios e insultos... Toda a terra não podia oferecer um lugar onde a minha cabeça divina encontrasse um breve descanso, vencida pela dor e pelo cansaço; o meu rosto puro estava manchado de escarros; a minha tez saudável tornara-se pálida. Vê: a minha formosura desfazia-se como a de um leproso, quando Eu era a perfeita encarnação da Sabedoria. Compadecida de Mim, até a luz do céu se extinguiu desde a hora sexta até à hora nona.»

E, encontrando-Me na mais extrema angústia e ansiedade da morte, crucificado e cruelmente maltratado pelos carrascos, levantaram-se contra Mim e lançaram-Me gritos de escárnio, abanando a cabeça em sinal de troça, procurando aniquilar-Me completamente. Mas Eu permaneci firme e roguei amorosamente ao meu querido Pai por eles. Vê como Eu, o Cordeiro

inocente, fui contado entre os culpados. Um dos ladrões insultava-Me, mas o outro suplicou-Me misericórdia. E Eu acolhi-o imediatamente, perdoei-lhe todos os seus pecados e abri-lhe as portas do Paraíso celeste. Sim, na minha inesgotável misericórdia roguei com todo o amor ao meu Pai por aqueles que Me crucificavam, por aqueles que repartiam as minhas vestes... e por todos os que a Mim, Rei dos reis, cumulavam de sofrimento angustioso e de humilhação vergonhosa.

«Escuta ainda esta dor tão profunda: olhei em volta de Mim e vi-Me miseravelmente abandonado por todos os homens; até os próprios amigos que Me tinham seguido permaneceram longe de Mim... Assim foi... Roubaram as minhas vestes. Ali estava Eu... reduzido ao abandono, vencido. Trataram-Me sem qualquer misericórdia... Para onde quer que voltasse o olhar nada encontrava senão dor e sofrimento amargo. Aos meus pés encontrava-Se a Mãe dolorosa, e o seu coração materno sofria tudo aquilo que o meu corpo padecia.

E, estando ali tão desamparado e completamente abandonado, com as feridas a derramarem sangue, os olhos banhados em lágrimas, os braços estendidos, todas as veias dos meus membros inchadas, na agonia da morte exclamei em alta voz para o meu Pai: “Meu Deus, meu Deus, porque Me abandonaste?” Depois de ter derramado quase todo o meu sangue e consumido todas as minhas forças, senti na minha agonia uma sede ardente; mas ainda maior era a minha sede da salvação de todos os homens. Contudo, à minha boca sedenta ofereceram vinagre e fel. Então, depois de ter realizado a salvação da humanidade, disse: “Tudo está consumado!” Cumpri uma obediência perfeita ao meu Pai até à morte. E entreguei o meu espírito nas suas mãos. A minha alma nobilíssima deixou então o meu corpo divino.

Depois disto, o meu lado direito foi trespassado por uma lança aguda; dela brotou uma torrente do meu preciosíssimo Sangue e, juntamente com ele, uma fonte da água da vida, para reanimar tudo o que estava morto e ressequido e para consolar todos os corações sedentos.» (Segundo DENIFLE, *A Vida Espiritual*, II, 2.^a parte, cap. IV.)

2. Reconhece, na presença do teu Salvador crucificado, o que é o pecado. Foi necessária uma expiação tão tremenda por causa do teu pecado.

Nem tu, nem o mundo inteiro, nem o céu nem a terra o poderiam reparar; só um Deus feito homem o podia conseguir. O pecado é um crime de gravidade infinita contra Deus.

Reconhece que foste tu quem O levou à cruz, que foste tu quem Lhe infligiu esses sofrimentos indizíveis e essa morte amarga. Pensa que, com cada pecado mortal, crucificas de novo o Filho de Deus (cf. Heb 6, 6). Era isto que Ele merecia de ti? Reconhece a tua injustiça, a tua ingratidão! Aproxima-te, como Santa Maria Madalena penitente, dos pés do Crucificado e banha-os com lágrimas pelos teus pecados, por todos os pecados de toda a tua vida.

Para esse efeito, incluamos conscientemente no nosso arrependimento, juntamente com os pecados que temos de confessar, todos os pecados e infidelidades da nossa vida passada. Assim poderemos facilmente dar à nossa confissão frequente uma forma que a preserve de toda a rotina e a torne verdadeiramente boa, vivificante e fecunda.

Oração

Nós Vos suplicamos, Senhor, ouvi benignamente as nossas humildes preces. Manifestai-nos a vossa inefável misericórdia e livrai-nos de todos os nossos pecados e dos castigos que por eles merecemos. Ámen.

15. O arrependimento (2)

1. «Depois de o juiz Me ter condenado à infame morte na cruz e de terem colocado sobre os meus ombros todo o peso do madeiro, fui exposto à vergonha e entregue ao escárnio público. Por onde quer que as marcas ensanguentadas dos meus pés deixavam rasto, os judeus gritavam até fazer ressoar os ares: “Crucificai-o! Crucificai esse malfeitor!” Fui conduzido ao lugar da execução juntamente com ladrões e criminosos. Ali fui despojado das minhas vestes e estendido sobre a cruz. Esticaram-Me os braços e as pernas e depois pregaram-nos cruelmente ao madeiro; assim fiquei suspenso, entre o céu e a terra, na cruz erguida.

Olha agora para Mim no alto da cruz. A minha mão direita foi trespassada por um cravo; a esquerda também foi perfurada; o meu braço direito deslocado e o esquerdo dolorosamente estendido. O meu pé direito foi trespassado e o esquerdo cruelmente perfurado. Permanecia ali suspenso, sem qualquer apoio; os meus membros divinos estavam mortalmente exaustos; todos eles, delicados, ficaram entorpecidos pelo cruel suplício da cruz. O meu sangue febril escorria continuamente; coberto por ele e avermelhado, o meu corpo agonizante inspirava compaixão. Contempla este espectáculo doloroso: o meu corpo jovem e florescente começou a definhar, a murchar e a consumir-se... Todo o meu corpo estava coberto de feridas e repleto de dores... Os meus olhos luminosos estavam obscurecidos... Aos meus ouvidos só chegavam escárnios e insultos... Toda a terra não podia oferecer um lugar onde a minha cabeça divina encontrasse um breve descanso, vencida pela dor e pelo cansaço; o meu rosto puro estava manchado de escarros; a minha tez saudável tornara-se pálida. Vê: a minha beleza desaparecia como a de um leproso, quando Eu era a perfeita encarnação da Sabedoria. Compadecido de Mim, até a luz do céu se extinguiu desde a hora sexta até à hora nona.

E, encontrando-Me na mais extrema angústia e ansiedade da morte, crucificado e cruelmente maltratado pelos carrascos, levantaram-se contra Mim e lançaram-Me gritos de escárnio, abanando a cabeça em sinal de troça, procurando aniquilar-Me completamente. Mas Eu permaneci firme e roguei amorosamente ao meu querido Pai por eles. Vê como Eu, o Cordeiro inocente, fui contado entre os culpados. Um dos ladrões insultava-Me, mas o outro suplicou-Me misericórdia. E Eu acolhi-o imediatamente, perdoei-lhe todos os seus pecados e abri-lhe as portas do Paraíso celeste. Sim, na minha inesgotável misericórdia roguei com todo o amor ao meu Pai por aqueles que Me crucificavam, por aqueles que repartiam as minhas vestes... e por todos os que a Mim, Rei dos reis, cumulavam de sofrimento angustioso e de humilhação vergonhosa.

«Escuta ainda esta dor tão profunda: olhei em volta de Mim e vi-Me miseravelmente abandonado por todos os homens; até os próprios amigos que Me tinham seguido permaneceram longe de Mim... Assim foi... Roubaram as minhas vestes. Ali estava Eu... reduzido ao abandono, vencido. Trataram-Me sem qualquer misericórdia... Para onde quer que

voltasse o olhar nada encontrava senão dor e sofrimento amargo. Aos meus pés encontrava-Se a Mãe dolorosa, e o seu coração materno sofria tudo aquilo que o meu corpo padecia.

E, estando ali tão desamparado e completamente abandonado, com as feridas a derramarem sangue, os olhos banhados em lágrimas, os braços estendidos, todas as veias dos meus membros inchadas, na agonia da morte exclamei em alta voz para o meu Pai: “Meu Deus, meu Deus, porque Me abandonaste?” Depois de ter derramado quase todo o meu sangue e consumido todas as minhas forças, senti na minha agonia uma sede ardente; mas ainda maior era a minha sede da salvação de todos os homens. Contudo, à minha boca sedenta ofereceram vinagre e fel. Então, depois de ter realizado a salvação da humanidade, disse: “Tudo está consumado!” Cumpri uma obediência perfeita ao meu Pai até à morte. E entreguei o meu espírito nas suas mãos. A minha alma nobilíssima deixou então o meu corpo divino.

Depois disto, o meu lado direito foi trespassado por uma lança aguda; dela brotou uma torrente do meu preciosíssimo Sangue e, juntamente com ele, uma fonte da água da vida, para reanimar tudo o que estava morto e ressequido e para consolar todos os corações sedentos.» (Segundo DENIFLE, *A Vida Espiritual*, II, 2.^a parte, cap. IV.)

2. Reconhece, na presença do teu Salvador crucificado, o que é o pecado. Foi necessária uma expiação tão tremenda por causa do teu pecado. Nem tu, nem o mundo inteiro, nem o céu nem a terra o poderiam reparar; só um Deus feito homem o podia conseguir. O pecado é um crime de gravidade infinita contra Deus.

Apresenta-te então diante do teu Salvador, que, pela boca do seu representante, te dirigirá estas palavras consoladoras: «Eu te absolvo de todos os teus pecados.»

Oração

Senhor, nosso Deus, enchei misericordiosamente os nossos corações com a graça do Espírito Santo. Fazei que, por meio dela, purifiquemos

as manchas dos nossos pecados com os nossos suspiros e lágrimas e alcancemos o tão desejado perdão. Ámen.

16. O arrependimento (3)

O castigo do pecado venial não é, como o do pecado mortal, eterno, mas temporal, podendo ser expiado pelos sofrimentos e provações desta vida. Aquilo que não for satisfeito na terra acompanha a alma através das portas da morte para ser expiado na outra vida: no Purgatório.

Quão infinitamente sábio e justo é Deus! Ele ama certamente a alma que deixa esta vida em estado de graça. Vê-a redimida pelo Sangue de Jesus. Vê-a infinitamente amada pelo seu Filho, desposada com Ele; por ela Se entregou, e pelo sacramento do santo Baptismo uniu-a intimamente a Si. Vê-a amada pelo Espírito Santo, que Se lhe entregou, fez nela a sua morada e por ela «intercede com gemidos inefáveis» (Rm 8, 26). Tem já preparada para essa alma a bela morada celeste e espera, cheio de alegria, o momento em que poderá recebê-la, introduzi-la no Céu e colocar sobre a sua fronte a coroa da glória. Quer então convidar todo o Céu a alegrar-se com Ele por essa alma bem-aventurada, agora participante da felicidade eterna.

Mas, apesar de todo o amor que lhe dedica e de toda a inclinação que sente por ela, deve, contudo, afastá-la de Si até que tenha pago «o último ceitil» (Mt 5, 26), isto é, até que tenha expiado todo o castigo merecido pelos seus pecados. Deus leva o pecado muito a sério, até mesmo o pecado venial.

2. Que castigo e que expiação! O castigo do fogo! Um fogo que tem a capacidade de atingir o espírito, de penetrar a alma e de a atravessar completamente, fazendo-a experimentar os mais terríveis sofrimentos até ao mais íntimo do seu ser. Um fogo que distingue entre aqueles que pecaram uma só vez e os que pecaram muitas vezes; entre os que pecaram por fraqueza e precipitação e os que o fizeram com deliberada leviandade e plena consciência.

A isto acrescenta-se a «pena de dano». É este o grande martírio espiritual das almas no lugar da purificação. Agora já estão livres dos laços do corpo e dos sentidos, separadas deste mundo com as suas aparências enganadoras, os seus encantos e tentações, os seus divertimentos e prazeres. Agora sentem-se irresistivelmente atraídas para Deus. A alma já nada

conhece senão Deus. Vê claramente que Deus é o seu único bem, a sua única felicidade. Com todo o ardor de que é capaz, deseja lançar-se no coração de Deus, abraçá-Lo e encontrar n'Ele o seu descanso. Mas isso ainda lhe é vedado. Gostaria de voltar atrás, mas as portas fecharam-se. Chama, suplica, implora..., mas tudo em vão; uma inutilidade aterradora. «Até pagar o último ceitil.» Eis o que significa o pecado venial diante da santidade e da justiça de Deus.

Que atracção sente então a alma por Jesus, seu Salvador! Não será Ele agora o seu único pensamento, o seu único anseio? Poder estar com Ele e participar da sua bem-aventurança. «Vinde a Mim todos os que estais cansados e oprimidos, e Eu vos aliviarei» (Mt 11, 28). Mas ela não correspondeu à graça como devia; tornou-se culpada de muitas omissões e imperfeições; não sacrificou tudo inteiramente por amor do seu Salvador. Agora, à luz da eternidade, reconhece a sua ingratidão e a sua infidelidade para com Jesus; reconhece que as suas firmes promessas de O amar, de amar somente a Ele, não correspondiam verdadeiramente à realidade e que os factos desmentiram essas promessas.

Recorda agora, com amarga dor, a sua superficialidade, a sua indecisão, a sua tibieza, a sua cobardia e o seu egoísmo, a sua frieza e a sua ingratidão para com Jesus. Como pesa agora a lembrança da Cruz, do Tabernáculo e dos altares! Quantos meios tão poderosos Deus lhe concedera durante a vida para escapar aos tormentos do purgatório! Não os aproveitou com fidelidade. Poderia tê-lo feito, se o tivesse querido seriamente. Agora é tarde demais.

Este é o castigo do pecado venial. Ah, se as lágrimas de arrependimento ainda pudessem lavar essas manchas, como acontece na vida terrena! Mas, infelizmente, passou o tempo dos méritos. Já não é possível alcançar nova remissão das penas do purgatório; «vem a noite, quando ninguém pode trabalhar» (Jo 9, 4). Já só resta uma coisa: sofrer, apenas sofrer, até que, e somente através dos sofrimentos, seja pago «o último ceitil». A alma reza, mas isso já não lhe aproveita; a alma ama o seu Deus e Senhor, mas esse amor já não suaviza nem encurta os seus sofrimentos; suporta-os com paciência, mas, por maior que seja a sua conformidade e paciência, já não

pode alcançar qualquer alívio nem perdão. Fica entregue aos seus sofrimentos, sem possibilidade de os evitar, «até pagar o último ceitel».

Quanto tempo durará isto? «Até pagar o último ceitel.» Palavras terríveis! Prazo aterrador, cheio de mistério! Tal é o fruto das infidelidades e faltas que nesta terra tantas vezes consideramos insignificantes! Como os nossos olhos se abrirão no purgatório! Oxalá procedamos agora com plena clarividência!

3. Precisamente, a confissão frequente tem por finalidade libertar-nos da culpa e da pena do pecado venial e, assim, poupar-nos aos castigos do purgatório. Sim, libertar-nos do purgatório.

É verdade que nunca conseguiremos eliminar completamente, nesta vida terrena, os pecados de fraqueza. Mas, precisamente porque esses pecados não procedem de um coração corrompido, porque não são pecados deliberados que revelem falta de amor a Deus, extinguem-se já nesta vida, juntamente com as penas que lhes correspondem, pelos muitos actos de amor e pelas demais virtudes que enchem os nossos dias, pelo uso dos santos sacramentos e pelas indulgências da santa Igreja. A confissão frequente, bem feita, impele-nos a empregar todas as nossas forças para nos afastarmos do mal e alcançarmos a caridade perfeita. Se verdadeiramente chegámos a amar Deus acima de todas as coisas, de tal modo que nenhuma criatura tenha para nós mais importância do que Ele, e estivermos dispostos, por amor de Deus, a sacrificar tudo e a renunciar a tudo; se, com a graça de Deus, chegámos a aceitar tudo das suas mãos com santa conformidade, tanto quando nos dá como quando nos tira, riqueza ou pobreza, honras ou desprezos, saúde ou doença; se, por amor de Deus, estivermos prontos até a entregar a vida, se Ele o quiser, então já nada impedirá que alcancemos a bem-aventurada posse de Deus sem necessidade de passar pelo purgatório.

Mas este grau tão elevado de vida espiritual e esta maturidade só podemos esperá-los da confissão frequente e bem feita, unida à comunhão frequente e a uma luta séria e contínua pelo crescimento da santa caridade. Tanto mais se fizermos uso, com profundo respeito e elevada estima, das indulgências que a santa Igreja nos oferece para extinguir, por seu intermédio, as penas temporais, entre as quais se contam as do purgatório. E se, além de tudo isto, Deus ainda nos conceder a graça de receber o

sacramento da Unção dos Doentes, que apaga os últimos vestígios do pecado e nos abre as portas do Céu, então poderemos alimentar uma fundada esperança de escapar ao fogo do purgatório.

Na realidade, é assim que as coisas se apresentam: tal como a vida da graça está essencialmente orientada para a vida da glória, também esta deveria ser o seu termo normal, embora nem sempre frequente: uma disposição completa para receber imediatamente, após a morte, a luz da glória, sem necessidade de purgatório. Pois é apenas por culpa nossa que somos retidos no lugar da expiação, onde já não é possível adquirir méritos (isto é, no purgatório). Esta disposição plena e perfeita para a glória imediata só pode consistir num profundo amor unido a um ardente desejo da visão beatífica. Ela manifesta-se sobretudo depois das dolorosas purificações passivas (cf. capítulo *Vida Perfeita*), que purificam a alma das suas manchas. Como nada de impuro pode entrar no Céu, toda a alma deve passar por essas purificações passivas antes da morte corporal, pelo menos em certo grau; e, depois, ou através dos méritos e do crescimento da graça, ou, na falta destes, experimentando-as após a morte (no purgatório) (GARRIGOU-LAGRANGE, *Perfection*, p. 84).

Quanto pode a confissão frequente contribuir para que alcancemos esta profunda caridade, a fim de que, juntamente com os outros meios — os sacramentos e as indulgências —, não só escapemos ao purgatório, mas também alcancemos uma vida que honre e glorifique Deus muito mais, por toda a eternidade, atingindo este cume da caridade! Quanto nos pode ajudar a confissão frequente, se soubermos compreendê-la e praticá-la bem!

Concedei-nos, Senhor, a graça de amar o que ordenais e de desejar o que nos prometeis, para que, no meio das vicissitudes deste mundo, os nossos corações permaneçam firmes no caminho da verdadeira felicidade. *Ámen.*

17. A contrição

«Um coração contrito e humilhado, ó Deus, não o desprezareis.»

1. Um precioso fruto da confissão frequente é, naturalmente, o espírito e a vida de contrição, a dor constante da alma pelos pecados cometidos. Os mestres da vida espiritual sublinham a grande importância da contrição para a vida e o pensamento cristãos. Conhecem o grande valor desta atitude, graças à qual permanece, transformado em hábito, o arrependimento dos pecados cometidos, mesmo muito tempo depois de Deus os ter perdoado.

É comovente ver como São Paulo, o grande Apóstolo, diz do seu Senhor Jesus Cristo, que o considerou fiel e o chamou ao ministério: «A mim, que outrora fui blasfemo, perseguidor e violento; mas alcancei misericórdia, porque procedi por ignorância, na minha incredulidade; e a graça de nosso Senhor superabundou com a fé e a caridade que há em Cristo Jesus. É digna de fé e merece inteira aceitação esta palavra: Cristo Jesus veio ao mundo para salvar os pecadores, dos quais eu sou o primeiro» (1 Tim 1,12-15). Como São Paulo conserva viva a dolorosa recordação do que fez muitos anos antes! «Eu sou o menor dos Apóstolos e nem sequer sou digno de ser chamado Apóstolo, porque persegui a Igreja de Deus» (1 Cor 15,9). Quanto maior é a consciência de que outrora perseguiu o Senhor (cf. Act 9), tanto mais se sente obrigado a consagrar todas as suas forças ao serviço do Senhor e dos seus interesses, a dar tudo por Ele, até ao fim, até o próprio sangue e a própria vida.

Daquele que era o príncipe dos Apóstolos, São Pedro, conta a tradição que chorou durante toda a vida o pecado cometido ao negar o seu Senhor no átrio do sumo sacerdote. A dor do seu pecado transformou-se num estímulo para o serviço sacrificado de Cristo e da sua Igreja, para a fidelidade inabalável ao seu ministério de Apóstolo, como chefe da Igreja que Cristo lhe confiou, até dar ao seu Senhor o supremo testemunho do seu sangue.

A nossa santa Igreja, na celebração quotidiana do sacrifício eucarístico, nunca se cansa de manter o sacerdote e os fiéis que participam no sacrifício no espírito de contrição; procura-o no gradual, no ofertório, depois da consagração («Também a nós, vossos servos...»), antes da sagrada

comunhão («Senhor, eu não sou digno...»). A Igreja sabe que Deus não despreza um coração contrito. Por isso nos faz rezar: «Recebei-nos, Senhor, porque nos apresentamos diante de Vós com espírito humilhado e coração contrito...»

Encontramos esta mesma orientação da santa Igreja, dia após dia, no Ofício Divino que somos obrigados a rezar no breviário: nos salmos, nas leituras, nas orações. A Igreja sabe o valor da dor contínua da alma pelos pecados cometidos.

Os nossos santos seguiram os ensinamentos da Santa Mãe Igreja. Uma alma tão pura como a de Santa Gertrudes rezava: «Meu Senhor e meu Deus, entre as maravilhas que realizais, considero muito especial que a terra ainda me sustente sobre si, a mim, pecadora indigna.» Assim se revela Santa Gertrudes como autêntica discípula de São Bento, o pai dos monges do Ocidente. Ele aconselha os seus discípulos a «reconhecerem todos os dias, na oração diante de Deus, com lágrimas e gemidos, as más acções praticadas e a corrigirem as suas faltas» (Regra, cap. 4). «Devemos saber que não é pela abundância de palavras, mas pela pureza do coração e pelas lágrimas de contrição que seremos atendidos» (ibid., cap. 20).

São Bernardo descreve assim a atitude do monge: «Considere-se sempre carregado com a culpa dos seus pecados e indigno de comparecer diante de Deus» (cap. 7, décimo segundo grau da humildade). Muito semelhante é o que diz o grande Doutor da Igreja, Santo Agostinho: «Deus vê as nossas lágrimas. Os nossos gemidos não são ignorados por Aquele que tudo criou pela sua palavra e não necessita das nossas palavras humanas.» Por isso, a oração consiste, mais do que em muitas palavras, em «gemidos e lágrimas» (Epist. 180, 10).

O Papa São Gregório Magno escreveu a uma senhora que não o deixava em paz enquanto não lhe garantisse, em nome de Deus, que os seus pecados tinham sido perdoados. São Gregório respondeu-lhe que não se considerava digno de receber revelações de Deus; além disso, seria mais útil para a salvação da sua alma que, até ao último momento da sua vida, nunca estivesse absolutamente certa do perdão; que, até à sua hora suprema, vivesse numa contrição contínua, sem deixar passar um só dia sem afogar as suas faltas em lágrimas (Epist. 7, 25). Assim pensam as almas santas.

Santa Teresa tinha sempre na sua cela, diante dos olhos, as palavras do salmista: «Não entreis em juízo, Senhor, com o vosso servo» (Sl 142,2). Nestas palavras de contrição parecia resumir-se toda a oração de Santa Teresa, a grande mestra da vida interior e da oração: não numa afirmação de segurança, mas num clamor de contrição. E não se trata de um acto passageiro e isolado de arrependimento, de um breve sentimento de dor, mas de uma atitude interior permanente, que se manifesta também exteriormente. «A dor dos pecados», diz a própria Santa Teresa, «cresce tanto mais quanto mais se recebe do nosso Deus; e tenho para mim que, enquanto não estivermos onde nada possa causar dor, esta não desaparecerá» (Castelo Interior, Sextas Moradas, cap. 7). Palavras dignas da mais atenta consideração: «A dor do pecado cresce tanto mais quanto mais se recebe do nosso Deus.» Quanto mais cultivarmos o espírito de penitência e de contrição, tanto mais graças receberemos de Deus.

2. Que é a contrição, esta dor contínua pelos pecados cometidos? A própria Santa Teresa responde: a alma «não se lembra da pena..., mas de quão ingrata foi para com Aquele a quem tanto deve e que tão digno é de ser servido; porque, nestas grandezas que Ele lhe comunica, compreende muito mais quem Deus é; espanta-se de ter sido tão ousada; chora a sua falta de respeito; parece-lhe tão desmedida a sua loucura que nunca acaba de sofrer quando se recorda das coisas vis em que deixou uma tão grande Majestade» (ibid.).

Quanto mais uma alma se aproxima de Deus, tanto mais reconhece as suas faltas e defeitos e com tanto maior clareza compreende o que foi o pecado cometido outrora: o pecado grave, o pecado leve, os pecados de fraqueza e as imperfeições. De dia para dia lamenta mais ter pecado e adquire tal horror por tudo o que possa desagradar a Deus que se torna cada vez mais incapaz de cometer uma infidelidade, uma falta consciente, seja ela qual for. Alcança uma sensibilidade e delicadeza tão grandes diante de Deus que já não consegue viver senão de acordo com a sua santa vontade.

A contrição, esta dor contínua da alma pelos pecados cometidos, consiste num sentimento e numa consciência permanentes de que somos pecadores, mesmo quando não pensamos em nenhum pecado concreto. Consiste em pedir perdão com confiança e sem cessar. «Lavai-me cada vez

mais da minha culpa e purificai-me do meu pecado» (Sl 50, 4). Consiste em manter uma vigilância constante sobre o pecado já perdoado, isto é, em conservar a consciência da grande facilidade com que podem renascer os antigos desvios e erros, expondo-nos de novo ao perigo de pecar. Consiste sobretudo num aumento progressivo e contínuo do ódio ao pecado, mesmo ao mais pequeno e à mais leve infidelidade, e numa delicadeza de consciência cada vez maior. Aproximamo-nos tanto de Deus que, à sua luz, vemos com mais clareza tudo o que em nós é imperfeito, interior e exteriormente, indigno e desagradável a Deus. Reconhecemos cada vez mais as nossas faltas e sentimo-nos impelidos a agir cada vez mais movidos pela caridade. E, com tudo isto, cresce o nosso amor e a nossa gratidão para com Deus, que nos perdoou os pecados, e para com Cristo, que deles nos redimiui.

A contrição nasce da consciência de que, pelos nossos pecados, ofendemos Deus, Bondade infinita. Fomos injustos para com Ele. Preferimo-nos a nós mesmos, ao nosso egoísmo; prejudicámos os seus interesses e a sua glória. Por isso, a contrição não é senão a expressão do nosso perfeito arrependimento, uma das formas mais autênticas do amor de Deus. É, por isso mesmo, o estímulo permanente para reparar o passado mediante uma fidelidade cada vez maior. A alma contrita, por amor agradecido a Deus, que misericordiosamente lhe perdoou as infidelidades passadas, esforça-se por alcançar a entrega voluntária e total de si mesma e uma alegre firmeza na prática do bem. Não permite qualquer relaxamento diante de Deus, não tolera a menor negligência, procura receber os santos sacramentos com maior fruto, tornando-se cada vez mais humilde e reverente.

A contrição fortalece-nos em todas as provações interiores e exteriores a que Deus nos submete e concede-nos a coragem e a perseverança necessárias para os esforços voluntários, os sacrifícios, as renúncias e os sofrimentos. A contrição não é uma dor de morte, mas uma dor de vida: duradoura, serena, sobrenatural e fonte de caridade. Esta dor é suave e sabe agir delicadamente sobre o nosso amor-próprio, sem nos tornar frouxos nem desanimados. É humilde, mas nunca abatida pelas próprias faltas. Alimenta-se do santo respeito pelos insondáveis juízos de Deus; dá alegria à oração; está cheia de fé na misericórdia divina, de caridade e de santa gratidão.

Esta dor nascida da caridade suaviza o nosso carácter, torna-nos profundamente compassivos e compreensivos para com os outros; torna-nos tolerantes; faz-nos ver as faltas e fraquezas alheias tal como são e julgá-las com benevolência. Concede-nos o dom da piedade e preserva-nos de realizarmos mecanicamente as nossas obras e orações. Defende-nos contra a leviandade perante o pecado e é o meio mais eficaz para uma vida de pureza. Dá, em particular, às nossas aspirações e aos nossos combates uma santa perseverança e firmeza, protegendo-os das perigosas hesitações interiores que tantas vezes comprometem o progresso espiritual. É o grande instrumento para dar à vida espiritual uma estrutura sólida e duradoura.

3. Grande coisa é, pois, a contrição do coração. Tanto mais lamentável é que hoje, em certos ambientes, a palavra «contrição» e o seu verdadeiro conteúdo sejam pouco conhecidos ou até rejeitados. Dá-se mais atenção ao «positivo», à misericórdia. E com razão. É essencial fazer chegar à consciência e à prática, sobretudo na educação religiosa da juventude, a verdade que nos eleva, nos liberta e nos enche de alegria, a beleza e o carácter triunfante da fé católica. O Papa Pio XII reconheceu expressamente esta aspiração na sua mensagem à Conferência Episcopal de Fulda, em 1940. Mas, acrescenta ele, «seria um lamentável erro pensar que este efeito poderia ser aumentado diminuindo a vigilância e a oração que o Divino Mestre nos recomenda com tanta insistência e solenidade» (cf. Mc 14, 38: «Vigiai e orai, para não cairdes em tentação»).

É bom e importante acentuar os aspectos positivos da piedade, da caridade, da oração, da consciência de sermos filhos adoptivos de Deus e de estarmos em Cristo. Mas seria muito perigoso esquecer que tudo isto só é concebível numa alma purificada do pecado, dos hábitos pecaminosos e da inclinação desordenada para si mesma ou para qualquer criatura; numa alma que se esforça incessantemente por estancar, mediante uma vida de vigilância e domínio de si, as fontes do pecado e das imperfeições.

É um facto doloroso que a vida religiosa de muitas pessoas piedosas, mesmo de almas consagradas a Deus, esteja sujeita a grandes oscilações; que muitos aspirem sinceramente às alturas da vida espiritual e tão poucos lá cheguem; que muitos sejam chamados à união com Deus e tão poucos respondam ao chamamento; que tantos comecem a construir com generoso

entusiasmo e, ao morrerem, deixem a construção inacabada ou, pior ainda, em ruínas. Pergunta-se qual será a causa destes e de outros fenómenos semelhantes. Um mestre da vida espiritual dedicou longos anos ao estudo desta questão e acabou por descobrir que a raiz da instabilidade interior da nossa disposição de espírito, responsável pelo atraso do progresso espiritual e por tantos fracassos no nosso desenvolvimento interior, é a falta do espírito de contrição. Pelo menos isto é absolutamente certo: o meio mais eficaz para dar à vida espiritual uma estrutura sólida, duradoura, serena e estável é o espírito de contrição, a dor sobrenatural e permanente pelo pecado cometido. «Tudo concorre para o bem daqueles que amam a Deus» (Rm 8, 28); até mesmo o pecado, quando dele sempre nos arrependemos e por ele voltamos continuamente a sofrer. «Ó feliz culpa!»

Este espírito de contrição deve estar presente em nós como fruto especial da confissão frequente. Para o alcançar, importam sobretudo duas coisas:

Primeiro, que nós, a quem foi concedida a graça de nos confessarmos frequentemente, nos oponhamos com firmeza e decisão a certas correntes que minimizam e reduzem a importância do pecado venial, como se ele, por sua própria natureza, não tivesse verdadeira importância para a glória e os interesses de Deus e de Cristo, nem para a nossa vida e vocação sobrenaturais; como se, segundo a opinião de um moderno teólogo católico, o pecado venial não fosse proibido por Deus, mas apenas «tolerado». É evidente que, com semelhante maneira de pensar, quase já não resta lugar para a confissão frequente nem para o espírito de contrição.

Segundo, que na santa confissão demos especial relevo ao arrependimento. E, para tornar esse arrependimento tão perfeito quanto possível, procuremos referi-lo, ao menos de modo geral, a todos os pecados de toda a nossa vida. Quanto mais cultivarmos o arrependimento na confissão frequente, tanto mais crescerá em nós a dor contínua da alma pelos pecados cometidos. Se, além disso, fomentarmos e aprofundarmos essa mesma dor no recolhimento e no exame de consciência de cada noite, poderemos esperar que Deus infunda no nosso coração o verdadeiro espírito de contrição.

Será de grande importância habituarmo-nos a contemplar o Crucificado, que, em nosso favor, apazigua a justiça de Deus. Deve acontecer connosco o que aconteceu à bem-aventurada Ângela de Foligno, a quem o Senhor disse: «Não te amei por brincadeira.» «Estas palavras — escreve Ângela — trespassaram a minha alma com uma dor mortal. O seu amor era de uma seriedade tremenda. Então, todo o meu amor por Ele me pareceu uma pesada zombaria, uma mentira. Nunca Vos amei senão por brincadeira e com hipocrisia; nunca quis levar a cruz convosco.» Ângela é possuída pelo espírito de contrição: já não pode fazer outra coisa senão amar e sofrer por amor. Este é o ensinamento do Crucificado e, para nós, um auxílio para alcançarmos o espírito de contrição e tornarmos a confissão frequente mais frutuosa e mais profunda.

Oração

Lavai-me cada vez mais das minhas culpas. Aspergi-me com o hissope e ficarei puro. Desviai o vosso rosto dos meus pecados e apagai todas as minhas iniquidades. Criai em mim, ó Deus, um coração puro e renovai dentro de mim um espírito reto. Não me afasteis da vossa presença nem retireis de mim o vosso Espírito Santo. O meu sacrifício, Senhor, é um espírito contrito. Um coração contrito e humilhado, ó Deus, não o desprezareis.

18. A satisfação sacramental

«Castigo o meu corpo e reduzo-o à servidão, para que, depois de ter pregado aos outros, não venha eu próprio a ser reprovado.»

1. É d oigma de fé da santa Igreja que Deus perdoa ao pecador a culpa do pecado grave e, juntamente com a culpa, a pena eterna, isto é, a pena do inferno. Permanece, porém, uma pena temporal pelos pecados, pena essa que deve ser expiada pela penitência nesta vida ou, se não for devidamente satisfeita, mediante os sofrimentos da vida futura, no lugar de purificação, isto é, no purgatório.

Assim aconteceu com os nossos primeiros pais. O pecado e a pena eterna merecida foram-lhes perdoados; contudo, Adão e Eva foram ao mesmo tempo condenados a penas temporais. A Eva disse Deus: «Multiplicarei os sofrimentos das tuas gravidezes; darás à luz os teus filhos com dor.» E a Adão: «Maldita será a terra por tua causa. Com fadiga dela tirarás alimento todos os dias da tua vida. Ela produzirá espinhos e cardos. Comerás o pão com o suor do teu rosto, até voltares à terra, de onde foste tirado; porque és pó e ao pó voltarás» (Gn 3,16-19).

Algo semelhante narra a Sagrada Escritura acerca de Moisés e Aarão. O povo de Israel vagueava pelo deserto sem água, ameaçado de morrer à sede. Então Moisés e Aarão recorreram a Deus em oração. Moisés recebeu esta ordem: «Toma a vara e reúne a assembleia, tu e Aarão, teu irmão; falai ao rochedo diante deles, e ele dará as suas águas. Farás brotar água do rochedo para dar de beber à assembleia e aos seus rebanhos.» Moisés tomou a vara da presença do Senhor, conforme lhe fora ordenado. Reunindo o povo diante do rochedo, disse-lhes: «Escutai, rebeldes! Será porventura deste rochedo que vos faremos sair água?» Depois levantou a mão e feriu duas vezes o rochedo com a vara. A água jorrou em abundância e beberam a assembleia e os seus rebanhos. Então o Senhor disse a Moisés e a Aarão: «Porque não acreditastes em Mim e não Me santificastes diante dos filhos de Israel, não conduzireis este povo à terra que lhes dou» (Nm 20,8-12). A culpa do pecado foi-lhes perdoada por Deus; mas, por terem duvidado do seu poder, foram castigados com a pena de não entrarem na Terra Prometida.

Com grande seriedade, o apóstolo São Paulo escreve aos Coríntios: «Há entre vós muitos fracos e doentes, e muitos já morreram.» O Senhor julga-os deste modo, «mas, sendo julgados pelo Senhor, somos corrigidos para não sermos condenados com o mundo» (1 Cor 11,30-32). Mesmo quando o pecado é perdoado, permanece uma pena que deve ser expiada por meio de diversas enfermidades e, por fim, pela amargura da morte.

Isto aplica-se ao pecado grave, mas também, de certo modo, ao pecado venial. Na confissão frequente, Deus, pela absolvição concedida pelo sacerdote como seu representante, perdoa-nos a culpa dos pecados leves de que nos arrependemos e que confessámos e, juntamente com essa culpa, remite pelo menos uma parte da pena temporal merecida por esses pecados. Todavia, muitas vezes Deus deixa subsistir uma parte dessas penas temporais, e fá-lo por motivos cheios de sabedoria. O pecado venial não nos separa totalmente de Deus, como sucede com o pecado mortal. Continuamos a caminhar para Deus e conservamos a nossa orientação para Ele.

Mas inclinamo-nos de modo desordenado para uma criatura, em última análise para o nosso aparente proveito, para uma satisfação ou para um prazer desordenado. Esse apego desordenado ao que é criado, a nós próprios ou ao prazer, merece ser castigado e exige reparação. E essa reparação realiza-se quando Deus nos priva daquilo a que nos prendemos, daquilo que procurámos e utilizámos desordenadamente, enviando-nos sofrimentos, doenças, perdas e provações de toda a espécie, sendo assim «corrigidos para não sermos condenados com o mundo» (1 Cor 11,32). Aquilo a que nos entregámos de forma desordenada é-nos retirado ou torna-se para nós motivo de aversão. E isto é um verdadeiro bem. Assim permanece viva em nós a consciência da gravidade da nossa culpa; somos mantidos numa vigilância constante e, pela aceitação humilde dos sofrimentos expiatórios, tornamo-nos mais livres, mais puros e mais decididos a praticar o bem. As obras de expiação tornam-nos especialmente semelhantes ao Senhor e Salvador sofredor, a Cristo, nossa Cabeça, unem-nos a Ele e recebem d'Ele toda a força e eficácia da nossa penitência.

2. É doutrina de fé da Igreja que o sacerdote, em virtude da autoridade de juiz que exerce no sacramento da Confissão, tem o direito de impor

determinadas obras de expiação para satisfação das penas temporais devidas pelos pecados: é a chamada penitência sacramental. Mais ainda, tem o dever de o fazer, por força da sua solicitude pastoral pela alma daquele a quem absolve, pois, através do seu ministério, deseja ardentemente que, ao mesmo tempo que lhe são perdoadas as culpas, lhe seja também remitida a pena devida pelos seus pecados. Por isso, é obrigação do penitente aceitar de boa vontade e cumprir fielmente a penitência imposta pelo confessor. Onde existe verdadeiro arrependimento e sincera renúncia interior ao pecado, existirá sempre também a vontade de fazer penitência, de reparar e de cumprir a penitência imposta pelo confessor. Se faltar esta vontade de satisfação, falta algo de essencial ao sacramento da Penitência; porém, se por negligência ou esquecimento alguém deixar de cumprir a penitência recebida, o sacramento continua, apesar disso, a ter sido validamente recebido.

As penitências que o sacerdote habitualmente nos impõe na santa Confissão não costumam ser pesadas. Contudo, também aqui vale mais, na balança de Deus, a força de Cristo que atua na satisfação sacramental do que a importância material da obra realizada.

«Esta satisfação que oferecemos pelos nossos pecados não é nossa de tal modo que não seja realizada por Jesus Cristo... É n'Ele que satisfazemos, produzindo frutos dignos de penitência que recebem d'Ele a sua força; por Ele são oferecidos ao Pai e, por meio d'Ele, aceites pelo Pai.» (Concílio de Trento, Sessão XIV, cap. 8; Dz 904).

O Salvador comunica, por meio do santo sacramento da Penitência, a sua força expiatória e reparadora às obras de penitência que o confessor nos impôs. Ele próprio toma nas suas mãos essas obras de penitência e faz delas as suas próprias obras de expiação e de satisfação. Como poderiam então deixar de ser remitidas, mediante esta penitência aceite e sinceramente cumprida, as penas temporais devidas pelos nossos pecados?

Mas a eficácia do santo sacramento da Penitência vai ainda muito mais longe. É um grande consolo verificar que o sacerdote não nos despede sem antes dizer: «A paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, os méritos da Santíssima Virgem Maria e de todos os Santos, todo o bem que tiveres feito e todo o mal que tiveres sofrido te sirvam para o perdão dos teus pecados,

aumento da graça e recompensa da vida eterna.» Que riqueza encerra a Confissão frequente! Pode ser pequena a satisfação imposta pelo confessor, mas esse pequeno ato participa da força expiatória e reparadora da satisfação infinitamente preciosa do Salvador crucificado e agonizante.

Essa satisfação une-se às orações, aos sacrifícios, às boas obras e aos sofrimentos da Mãe de Deus e de todos os Santos, recebendo deles um novo aumento da sua força expiatória e reparadora. Além disso, participa igualmente da eficácia da satisfação sacramental realizada pelo próprio Cristo, de modo que todo o bem que fizemos e todos os sofrimentos que suportámos nas adversidades e contradições — e não é pouco — são assumidos pela força do santo sacramento e, pela virtude de Cristo que nele atua, tornam-se fecundos para o perdão dos nossos pecados, para a edificação positiva da nossa vida em Cristo e para alcançarmos a perfeição na glória do Céu.

É verdadeiramente inefável a grandeza do coração da santa Igreja e do auxílio que ela nos concede; admirável é o poder confiado ao sacerdote no sacramento da Penitência, admirável é o poder do próprio sacramento. E esta eficácia será tanto maior em nós quanto mais frequentemente e com melhores disposições recebermos este santo sacramento, sob a ação da sua graça.

Pela Confissão frequente, toda a nossa vida — as nossas orações, as nossas obras e os nossos sofrimentos — é transformada em satisfação pelos nossos pecados, pela força expiatória de Cristo. Não poderemos então esperar tudo de Deus, inclusive a remissão de toda a pena temporal e, com ela, também a libertação do purgatório? E tanto mais quanto melhor praticarmos a Confissão frequente.

3. Infelizmente, acontece muitas vezes que damos pouca importância à penitência sacramental, como se fosse algo secundário. Certamente, a Confissão frequente não tem por finalidade que nos sejam impostas «penitências pesadas» para aprofundar o valor do sacramento. Esse aprofundamento da penitência deve nascer de outro lugar: deve brotar do nosso interior, de nós próprios que recebemos o sacramento da Penitência. Se a penitência imposta pelo sacerdote quiser ter verdadeiro significado e produzir fruto, se quiser estar organicamente e intimamente unida à

Confissão, deve apoiar-se numa autêntica vontade de reparação e de penitência, numa sincera disposição penitencial.

Esta disposição para a penitência deve tornar-se a atitude lógica e permanente da nossa alma depois de termos pecado e à medida que compreendemos cada vez melhor o que é o pecado, quem é Deus, o que significa a santidade de Deus e o direito absoluto que Ele tem à nossa entrega e ao nosso amor. Esta disposição penitencial consiste num descontentamento permanente, sério e vivo pelos pecados cometidos; no firme propósito de nunca consentir em nada que seja contrário a essa disposição; na prontidão para aceitar de bom grado as consequências do pecado, os sofrimentos, os trabalhos e as amarguras, quer venham diretamente de Deus, quer indiretamente através das circunstâncias da vida ou dos homens; e ainda na decisão de nos impormos voluntariamente determinadas obras de reparação. Quando esta disposição permanente anima verdadeiramente a nossa alma, então também a penitência imposta pelo sacerdote adquire todo o seu significado e toda a sua fecundidade.

Graças a esta disposição, a Confissão frequente torna-se muito mais do que um ato isolado e passageiro, muito mais do que uma simples «prática piedosa»: transforma-se num caminho fecundo de expiação e de penitência, revestindo-se da maior importância para toda a nossa vida.

O fruto da Confissão frequente deve manifestar-se precisamente no crescimento e aprofundamento do espírito de penitência, fortalecendo-nos para suportar as dificuldades e renúncias de cada dia, para cumprir fiel e conscienciosamente todos os nossos deveres e para nos crucificarmos verdadeiramente com o Senhor crucificado, tornando-nos vítimas de expiação que se consomem pela glória de Deus, pelos interesses de Cristo, da Igreja e das almas.

E ainda mais. Vivemos na comunhão da Igreja. Foi-nos concedido poder oferecer satisfação a Deus também pelos pecados dos outros, mediante uma penitência vicária. Nisto se manifesta o nosso zelo por Deus, por Cristo, pela Igreja e pelas almas.

Sabemos, contudo, que todo o valor e toda a eficácia dos nossos atos de penitência e das nossas satisfações procedem de Cristo, da união com a sua

Paixão e com o seu sacrifício expiatório na Cruz. Quanto mais oferecermos ao Pai os sofrimentos de Cristo, unindo-lhes o pouco que nós próprios podemos fazer em identificação com esses sofrimentos, numa entrega plena da nossa vontade ao Pai, tanto mais valiosa e eficaz será a nossa penitência e expiação. «Sem Mim nada podeis fazer» (Jo 15,5).

Oração

Senhor, olhai benignamente para o santo zelo do vosso povo e concedei que nós, que somos atribulados no corpo, sejamos fortalecidos espiritualmente pelos frutos das boas obras. Ámen.

19. A graça sacramental

1. Cada um dos santos sacramentos da Nova Aliança tem como efeito imediato a graça santificante. Se quem recebe o sacramento já se encontra, como habitualmente dizemos, em «estado de graça», então o sacramento produz um aumento dessa graça, um «crescimento da graça santificante». Este é o fruto primordial e próprio da confissão frequente: ela proporciona um aumento da graça, da vida nova que possuímos em Cristo e por Cristo, da pureza da alma, da luz, da fortaleza, da semelhança e da união com Deus; um aumento desta vida nova e superior, deste novo modo de existir, deste conhecimento e desta vontade que estão muito acima da existência puramente natural e humana: um mundo cheio de majestade e de elevação divinas.

2. A vida da graça! O homem natural, não redimido, está reduzido a si mesmo, à sua interpretação individualista e orgulhosa da própria experiência e do próprio destino; ao seu egoísmo insaciável e ao seu egocentrismo desordenado; ao seu ódio contra todos os que se atravessam nos seus desígnios. É o homem miserável de quem foi escrito: «O querer o bem está ao meu alcance, mas não o praticá-lo. Pois não faço o bem que quero, mas o mal que não quero... Quando quero fazer o bem, é o mal que se me apresenta... Miserável homem que eu sou!» (Rm 7, 18-24). Quem poderá ajudá-lo? Quem lhe poderá trazer a salvação? Não a natureza, mas unicamente a graça.

Aquilo que nos é concedido na confissão frequente é, antes de mais, um aumento da graça salvífica. Pelo pecado abriu-se no homem um triplo abismo.

O primeiro é o que existe entre Deus e o homem. Este é a razão e a causa dos outros dois. O homem afastou-se de Deus, separou-se d'Ele. «Tornaram-se vãos nos seus raciocínios e o seu coração insensato obscureceu-se... Por isso Deus entregou-os aos desejos dos seus corações, à impureza, de modo que desonraram os seus próprios corpos... entregou-os a paixões vergonhosas... E, como não se importaram de reconhecer Deus, Deus entregou-os a uma inteligência pervertida, para praticarem o que não

convém: cheios de toda a injustiça, malícia, avareza e perversidade... inventores de maldades, rebeldes aos pais, insensatos, desleais, sem afecto, sem misericórdia» (Rm 1, 21-31). Eis o retrato do homem afastado de Deus.

O segundo abismo encontra-se no próprio homem, entre o que nele há de mais baixo e o que nele há de mais elevado. «Quando quero fazer o bem, é o mal que se me apresenta; porque sinto prazer na lei de Deus segundo o homem interior, mas vejo outra lei nos meus membros que combate contra a lei da minha razão e me torna prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros. Miserável homem que eu sou!» (Rm 7, 21-24).

O terceiro abismo separa o homem do homem, os povos dos povos. Ódio, inimizade, má vontade, ausência de caridade, inveja, ciúmes, homicídios e guerras: eis o espectáculo e a história do homem não redimido, da humanidade sem Deus, afastada de Deus. Quem poderá fechar este triplo abismo? A graça, e somente a graça.

A ruptura entre Deus e o homem é fechada pela graça, que nos foi alcançada por Jesus Cristo na sua morte, para que nos tornássemos filhos de Deus. Ela faz de nós filhos do Pai, «eleitos de Deus, santos e muito amados» (Cl 3, 12).

O segundo abismo é fechado lenta e laboriosamente sob a acção contínua da graça mediante a ascese, isto é, mediante a sujeição das faculdades e dos impulsos inferiores ao domínio e à direcção do homem superior, do homem da graça, unido a Cristo e a Deus, do homem sobrenatural, do cristão. Passo a passo recuperamos a paz, a ordem primitiva, clara e harmoniosa do nosso interior, como fruto da graça.

A ruptura entre homem e homem, entre um povo e outro, também só a graça a pode curar. Todos os que vivem da vida de Cristo vivem, embora em diferentes graus, a mesma vida sobrenatural e bebem da mesma fonte, «de um só Espírito» (1 Cor 12, 13), que lhes é infundido pela graça santificante. Esta graça une-nos interiormente, para que «todos sejam um» (Jo 17, 21), não por uma comunidade de sangue nem por uma aliança biológica passageira e efémera destinada apenas à conservação da vida, mas por uma verdadeira e duradoura comunhão de vida pessoal, por um vínculo e uma unidade interiores. É precisamente no plano espiritual que possuímos

esta unidade: aí onde a corrente vital de Cristo banha todos os homens; aí onde, de modo sobrenatural mas igualmente real, somos os ramos da única videira que é Cristo, que a todos irriga e comunica a seiva da sua vida; aí onde a força do Espírito Santo vive em todos nós e reina pela graça santificante.

A graça é a graça da salvação, que fecha este triplo abismo. É a graça que eleva, enriquece e enobrece interiormente o homem, unindo-o a Deus. Ela eleva-o à unidade, à pureza, à plenitude e à fecundidade da própria vida divina. Onde a graça santificante estabeleceu a sua morada no homem, realizam-se as consoladoras palavras do Apóstolo: «O amor de Deus foi derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado» (Rm 5, 5). «Se alguém me ama, guardará a minha palavra; meu Pai amá-lo-á, e viremos a ele e faremos nele a nossa morada» (Jo 14, 23).

«A nossa comunhão é com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo» (1 Jo 1, 3). Comunhão de vida com o Deus grande, santo e onipotente, que habita em nós como Pai, Filho e Espírito Santo. Agora somos filhos de Deus, infinitamente mais do que servos e escravos de Deus. A graça abre-nos a porta da amizade e da intimidade com Deus. Ele vem ao nosso encontro com a ternura e a solicitude de um amigo; nós podemos aproximar-nos d'Ele com a liberdade e a confiança de um amigo. Tão maravilhosa é a beleza da graça, que conquista o coração de Deus e O atrai para um amor inefável por nós. Não pode ser de outro modo.

Amamo-nos mutuamente de modo divino. O seu amor é divinamente forte e invencível; um amor pelo qual Deus não só nos tem continuamente diante dos seus olhos e sempre presentes no seu pensamento, mas permanece também connosco com toda a sua essência, habita em nós, inclina-Se amorosamente para nós e entrega-Se a nós. É um amor que se dirige a cada um de nós como se Deus nada mais pudesse amar em todo o universo; um amor inesgotável e insaciável, que nunca Se cansará de nós enquanto encontrar em nós o imenso bem da graça.

Pela obra da graça, a nossa alma torna-se um espelho límpido da beleza de Deus, reflectindo-a em toda a sua incomparável pureza e plenitude. Torna-se templo de Deus, trono de Deus, maravilhosamente construído e adornado pelo próprio Deus. Pela força da graça somos «filhos da luz»,

«luz no Senhor» (Ef 5, 8), iluminados até ao mais íntimo da alma pela beleza celeste e pelo esplendor divino, que esclarecem sobrenaturalmente o olhar do espírito; agora, pela luz da fé; um dia, na eternidade, pela inefável luz da glória.

Pela acção da graça floresce dentro de nós um belo paraíso numa primavera eterna, que não conhece inverno, que continuamente produz novas flores sem deixar murchar as primeiras; um jardim cuja beleza e seiva encantam os olhos e o coração de Deus, sobre o qual Ele derrama as suas mais abundantes bênçãos. Com a graça, rainha majestosa, entra também na nossa alma o seu rico séquito: todas as virtudes sobrenaturais — a fé, a esperança e a caridade, a justiça, a prudência, a fortaleza e todas as demais virtudes — juntamente com os dons do Espírito Santo e com a graça actual, que diariamente nos é concedida como iluminação do entendimento e fortalecimento da vontade. Que riqueza incomparável! «Todos os bens me vieram juntamente com ela, e nas suas mãos encontrei riquezas incalculáveis. É um tesouro inesgotável para os homens, e os que dele se aproveitam tornam-se participantes da amizade de Deus» (**Sab** 7, 11.14).

Aumento da graça salvífica e aumento da graça que nos eleva: eis o que nos concede a confissão frequente.

Mas também os outros santos sacramentos — a Confirmação, a Sagrada Comunhão, etc. — nos concedem um aumento da graça, quando são recebidos em «estado de graça». Contudo, o efeito da santa Confirmação ou da Comunhão é diferente do da confissão frequente. Com efeito, a própria graça santificante apresenta, nos diversos sacramentos, qualidades e características distintas, próprias de cada um deles. A esta natureza interior e força da graça santificante, que é essencialmente una, mas assume uma modalidade própria em cada sacramento, chamamos graça sacramental. É a graça santificante tal como é produzida, na sua natureza e força características, por este ou aquele sacramento: pela santa Confirmação, pela Comunhão ou pelo sacramento da Penitência.

A graça sacramental que recebemos na confissão frequente consiste no aumento da graça santificante próprio daquele sacramento, cuja missão e força especiais são apagar os pecados veniais cometidos. Embora o pecado venial nada possa, em si mesmo, contra a graça santificante da alma,

embora não a possa diminuir nem privar de um só grau da sua beleza e plenitude, mancha-a e desfigura-a, cobrindo de tal modo o fogo sagrado que este já não pode arder livremente e com toda a sua força. Enfraquece o ardor e a fecundidade da graça, sufoca-lhe a força vital, dificulta o seu crescimento e a sua eficácia. Na confissão frequente recebemos um aumento de graça. Esta graça possui o poder especial de purificar a alma das suas manchas, para que a graça volte a resplandecer em toda a sua beleza e pureza; tem o poder de arrancar pouco a pouco da alma tudo aquilo que impede e trava o ardor e a eficácia da graça, bem como tudo o que dificulta o progresso do homem interior; tem a força de submeter plenamente as nossas energias naturais à ação da graça e de as orientar para o divino e sobrenatural; tem o poder de nos encher do espírito de penitência e de uma contínua dor sobrenatural pelos pecados cometidos, fortalecendo-nos e tornando-nos mais seguros contra novas faltas e infidelidades; concede-nos a força para combater eficazmente, com o poder de Cristo, tanto as causas e os motivos dos pecados leves como também as suas consequências; comunica à alma novo vigor, novo alento para subir e progredir; e, segundo a opinião de muitos teólogos, confere-nos um título para receber todas as graças atuais de auxílio, as iluminações, inspirações e impulsos, interiores e exteriores, de que necessitamos para colher todo o fruto possível da confissão frequente.

Não deverá, pois, a confissão frequente ser-nos querida e santa? Não deveremos empenhar-nos com todas as nossas forças em participar plenamente de toda a sua eficácia?

Oração

Bendiz, ó minha alma, o Senhor, e não esqueças nenhum dos seus benefícios. Ele perdoa todas as tuas culpas e derrama sobre a tua cabeça a graça e a misericórdia. Quanto os céus se elevam acima da terra, tanto é grande a sua misericórdia para com aqueles que O amam. Quanto o Oriente dista do Ocidente, assim afasta de nós as nossas faltas. Ámen.

20. O temor de Deus

«Vivei no temor durante o tempo da vossa peregrinação» (1 Ped 1, 17).

1. Na nossa relação com Deus, nós, cristãos, temos duas atitudes fundamentais que se unem e se completam mutuamente: o amor e a reverência, a confiança e o temor humilde, a proximidade e a distância. «Estremeço e inflamo-me; estremeço por quanto sou diferente d'Ele; inflamo-me por quanto me tornei semelhante a Ele» (Santo Agostinho, *Confissões*, XI, 9). São Bernardo diz com razão: «O que nos santifica é a santa disposição do coração, e esta é dupla: o santo temor de Deus e a santa caridade. São os dois braços com que abraçamos Deus» (*De consideratione*, V, 15). A santa Igreja manda-nos rezar assim: «Senhor, fazei que ao mesmo tempo Vos temamos e Vos amemos» (oração do domingo dentro da oitava do Corpo de Deus).

Deus, plenitude de bondade, de pureza, de felicidade e de paz, atraí-nos; diante de Deus, absolutamente sublime, excelso, majestoso e inacessível, inclinamo-nos humildemente; guardamos diante d'Ele uma santa distância, tememo-Lo, elevamos-Lhe as nossas orações, submetemos-Lhe a nossa vontade e receamos os seus justos castigos.

«O temor de Deus é o princípio da sabedoria» (Sl 110, 10). «O temor do Senhor é glória e honra; alegra o coração, produz contentamento, alegria e longa vida» (Sir 1, 11 ss.). O temor do Senhor traz consigo esta promessa: «O Senhor satisfaz os desejos dos que O temem; escuta o seu clamor e salva-os» (Sl 144, 19). O próprio Cristo nos adverte: «A vós, meus amigos, digo: não temais os que matam o corpo e depois nada mais podem fazer. Eu vos mostrarei a quem deveis temer: temei Aquele que, depois de tirar a vida, tem poder para lançar na geena. Sim, digo-vos, é esse que deveis temer» (Lc 12, 4-5).

É sobretudo quando se trata de vencer o pecado, de lhe pôr termo e de levar a sério a vida espiritual, que sentimos a necessidade do temor. «Trespassei a minha carne com o vosso temor» (Sl 118, 120): com o temor da inexorável santidade e da justa punição de Deus, capaz de aniquilar e destruir mundos, povos e civilizações inteiras por causa do pecado; com o

temor da justiça divina, que não poupou os anjos pecadores e que castiga os homens, por causa do pecado, com tantas misérias e sofrimentos e, como fruto mais amargo do pecado, com a morte a que todos estamos sujeitos; com o temor dos castigos da justiça de Deus no purgatório e, sobretudo, no inferno, com o tormento sem fim e a eterna separação de Deus. Sim, «ó Deus, trespassai a minha carne com o vosso temor». Este temor deve gravar-se tão profundamente no mais íntimo do nosso ser que continuamente nos afaste do mal e nos impulsione a perseverar no combate contra o pecado.

Mas não apenas antes da conversão. Também depois de nos termos voltado completamente para Deus e de termos rompido com o pecado mortal, devemos conservar-nos penetrados do temor de Deus. O temor impele-nos a fazer penitência pelos pecados cometidos e preserva-nos dos pecados e faltas futuras. O temor dos castigos que os nossos pecados mereceram dá-nos coragem para aceitar os esforços quotidianos, as renúncias e os combates sem os quais não podemos libertar-nos do pecado nem unir-nos perfeitamente a Deus. Temos sempre motivo para nos deixarmos penetrar pelo temor de Deus, diante das numerosas ocasiões de pecar, da nossa fraqueza, da força dos maus hábitos e vícios, da inclinação da nossa natureza para seguir a corrente, das seduções da concupiscência e do mundo, das muitas faltas, omissões e imperfeições que diariamente cometemos.

Muitos subestimam o temor de Deus porque lhes parece demasiado egoísta, quase indigno de um cristão. Desejam que reine apenas o puro amor. Não têm razão. É verdade que uma devoção fundada no amor perfeito deve ser preferida à que se baseia no temor; mas seria um exagero insensato considerar legítima apenas a devoção do puro amor. O temor de que aqui falamos não é o temor servil, próprio do escravo. Este funda-se unicamente na ideia do castigo: se não houvesse castigo, pecaria sem qualquer escrúpulo; esse temor deixa intacta a vontade de pecar, a disposição interior para o pecado; renuncia apenas ao acto exterior, mas não à vontade íntima.

O temor de que aqui se trata receia a indignação de Deus e o castigo, mas de tal modo que conduz à renúncia do pecado e ao afastamento dele; rompe com o pecado precisamente por causa do castigo que lhe está ligado.

Este temor extingue o apego voluntário ao pecado. É um temor moralmente bom, nobre e salutar, ainda que esteja muito abaixo do temor filial, que o Concílio de Trento ensina explicitamente ser «dom de Deus e impulso do Espírito Santo». O temor filial é o temor próprio do amor perfeito a Deus, do amor de filho; está intimamente unido a esse amor e é, ao mesmo tempo, a sua garantia e a sua expressão. O temor filial e o amor formam uma única atitude, orientada por dois pólos: a contemplação da bondade de Deus inflama o amor; a contemplação da majestade e da justiça de Deus, bem como da nossa própria miséria, desperta o temor de perder o Deus amado por causa dos nossos pecados.

O temor é apenas o começo; mas é um começo indispensável, um apoio essencial e um poderoso estímulo permanente. «Feliz o homem que teme o Senhor.» «O temor do Senhor afasta do mal» (cf. Pr 8, 13). Arranca-nos da nossa falsa e enganadora tranquilidade. O maior dos males não é tanto o pecado em si mesmo, mas a permanência tranquila no pecado, a leviandade e a superficialidade. O temor é a salvaguarda da nossa fraqueza. Em geral, será sobretudo o temor que nos preservará dos pecados futuros.

Apesar de todas as vantagens do amor perfeito sobre o temor, serão sempre relativamente poucos aqueles que, apesar de todas as dificuldades, conseguem manter-se durante muito tempo livres do pecado, mesmo do pecado venial, apenas pelo puro amor. Permanecerá sempre verdadeira a afirmação da *Imitação de Cristo*: «Se queres fazer progressos, permanece no temor de Deus e não procures demasiada liberdade. Não existe verdadeira liberdade nem alegria sólida fora do temor» (I, 21). E ainda: «Quem abandona o temor de Deus não poderá permanecer muito tempo no bem, mas depressa cairá nos laços de Satanás» (ibid., I, 24).

O temor e o amor de Deus pertencem um ao outro. Quem quer que prevaleça apenas o amor corre o risco de relaxar no esforço moral, por uma confiança desordenada na bondade de Deus (quietismo); quem conhece apenas o temor do juízo de Deus fecha a si mesmo a entrada no amor de Deus (jansenismo). Mas, mesmo quando agimos por motivos nobres e perfeitos, o temor nunca pode ser eliminado; permanece, ainda que em segundo plano, exercendo a sua importante função e continuando a ser uma garantia contra a nossa fraqueza moral.

O temor é um motivo imperfeito para amar Deus. Com ele amamos Deus, mas ainda em referência a nós mesmos, porque tememos o castigo que nos espera se não O amarmos e não guardarmos os seus mandamentos. Todavia, este temor pode e deve elevar-se ao temor filial, isto é, ao amor perfeito de Deus. Neste grau, desperta um vivo sentimento da grandeza e da santidade de Deus e, conseqüentemente, um profundo horror até ao mais pequeno pecado. Torna-se o temor do filho que ama sinceramente o seu pai e a quem o amor pelo pai torna impossível causar-lhe desgosto ou ofensa. Neste receio de entristecer um Deus que é Pai amoroso e intimamente amado, conseguiremos evitar o pecado com pouca dificuldade e dar alegria a Deus, nosso Pai. Assim, o temor servil de Deus, embora ponha demasiada ênfase no próprio eu e seja imperfeito, constitui um princípio indispensável e um caminho que conduz ao temor filial e ao amor perfeito de Deus.

4. Quando nos aproximamos da santa confissão, muitas vezes pode ser-nos verdadeiramente útil que o nosso arrependimento e o sentimento da nossa culpa se apoiem conscientemente no motivo do temor de Deus. É certo que, para receber validamente o sacramento da Penitência, bastaria este arrependimento imperfeito, a chamada atrição ou arrependimento por temor, mesmo para alcançar o perdão dos pecados mortais confessados. Mas não nos contentaremos com esta dor imperfeita; elevemo-nos antes ao temor filial, isto é, ao arrependimento nascido do amor, à dor proveniente do amor perfeito a Deus. Assim, a recepção do sacramento da Penitência tornar-se-á verdadeiramente para nós uma fonte de bênção.

Para dar vida e profundidade à confissão frequente, bem como à piedade cristã em geral, é importante que deixemos actuar continuamente na nossa alma, com fé viva e profunda, aquelas verdades que consolidam em nós o santo temor de Deus: a nossa total dependência de Deus, o sentimento da nossa culpa, a nossa fraqueza moral, as nossas quedas diárias, apesar de toda a ajuda e graça recebidas de Deus; a santidade inviolável de Deus, a sua pureza, a sua justiça e os seus juízos sobre os pecadores no tempo e na eternidade.

A tudo isto se junta a vida e a paixão de Cristo, que mais do que qualquer outra realidade nos ensinam o que são a santidade de Deus e o nosso pecado. É um facto inegável que Deus leva o pecado a sério e que

deve castigá-lo, porque é santo, porque é a própria Santidade. Perante o pecado, por mais pequeno que ele nos possa parecer, Deus não pode permanecer indiferente. E também é um facto que Cristo não está diante de nós apenas como o Senhor glorificado, que vive na bem-aventurança do Céu, mas antes de mais como o Cristo histórico, o Senhor humilhado e crucificado, suspenso na cruz entre o desprezo e a dor, em expiação dos nossos pecados, dos meus pecados. Tão grande como é a santidade e a justiça de Deus, assim é horrível o pecado do homem.

Não acontece hoje, entre nós católicos, que nos interessemos de forma demasiado unilateral pelo Senhor exaltado e glorificado, deixando quase de contemplar o Senhor sofredor, que expia os nossos pecados? Isso dificulta verdadeiramente a recta compreensão da santidade e da justiça de Deus, que castiga o pecado; prejudica a nossa formação no santo temor de Deus, que, no entanto, é o princípio da sabedoria e o fundamento de toda a vida verdadeiramente religiosa e santa; prejudica um conhecimento mais profundo do pecado, até mesmo do pecado venial, da santa confissão e da vida de penitência. Que a graça de Deus nos preserve misericordiosamente de todas estas concepções unilaterais.

Oração

Senhor, fazei que sempre Vos tenhamos e ao mesmo tempo Vos amemos, a Vós que sois o Deus santo, pois nunca abandonais aqueles que firmemente sustentais no vosso amor. Ámen.

21. O amor de concupiscência

«Quem tenho eu no Céu senão a Vós? E fora de Vós nada desejo sobre a terra. Vós sois o Deus do meu coração e a minha herança para sempre» (Sl 72, 25-26).

1. Há algo de sublime no amor perfeito de Deus. O amor perfeito ama Deus, ama Cristo por Si mesmo, sem qualquer referência consciente ao nosso próprio interesse nem à nossa salvação temporal ou eterna.

Diferente é o chamado amor de concupiscência. Com ele amamos Deus, mas por causa de nós mesmos, isto é, porque vemos garantida em Deus, e somente em Deus, a felicidade a que sempre e necessariamente aspiramos, e queremos possuí-la n'Ele. Amamos Deus porque agora, e depois no Céu, Ele é a nossa felicidade, o nosso bem, e porque n'Ele encontramos a nossa bem-aventurança, a plena realização de todos os nossos desejos e aspirações.

Este amor de concupiscência, enquanto ama Deus não por Si mesmo, mas por causa de nós, é um amor imperfeito e ainda marcado pelo amor-próprio, tal como o amor de Deus fundado no temor de O perder ou no receio do castigo. O amor de concupiscência, também chamado amor de esperança, é igualmente um verdadeiro amor de Deus, mas referido a nós mesmos, à nossa salvação eterna, que esperamos de Deus e encontramos em Deus. É um amor que, embora ainda relacionado com o próprio eu, não significa que tenhamos os olhos postos apenas na nossa felicidade, que encontramos em Deus; significa antes que amamos verdadeiramente Deus, precisamente porque Ele é a nossa felicidade e a nossa salvação no tempo e na eternidade. O motivo deste amor é a esperança da felicidade eterna.

Será este amor de concupiscência, ainda marcado pelo amor de si mesmo, moralmente irrepreensível, moralmente bom e digno do cristão? Não merece Deus um amor perfeito, um amor que O ame por Si mesmo e não por causa de nós? Como pode este amor de concupiscência conciliar-se com o mandamento de amar a Deus com todo o coração e com toda a alma, isto é, de O amar perfeitamente?

Com efeito, não faltaram aqueles que condenaram este amor de concupiscência (tal como o amor motivado pelo temor do castigo), considerando-o moralmente reprovável e até proibido. Entre eles encontravam-se não apenas hereges, como Calvino e Lutero, mas também homens profundamente religiosos dentro da Igreja Católica, como, por exemplo, o bispo Fénelon, com a sua teoria do «amor desinteressado». Segundo Fénelon, as almas perfeitas amam Deus de modo constante e ininterrupto com um amor tão puro que dele está excluído qualquer movimento de amor interessado. Consequentemente, quem alcançou a perfeição da vida cristã não deveria praticar qualquer acto de esperança da vida eterna, mas permanecer sempre indiferente em relação à própria salvação. «Nem o temor do castigo nem o desejo da recompensa têm lugar neste estado. Ama-se Deus, não pela recompensa, nem pela própria perfeição, nem porque n'Ele se encontra a felicidade. Todos os motivos “interessados” do temor e da esperança ficam excluídos.»

Estas ideias foram expressamente rejeitadas e condenadas pela santa Igreja como «perniciosas». Ainda hoje se encontra, por vezes, uma certa tendência para menosprezar o amor de concupiscência como algo de valor inferior e para apresentar como desprezível todo o esforço por crescer na vida interior, na virtude e na perfeição, adquirindo méritos para a vida eterna; como se o cristão, e sobretudo o cristão perfeito, só pudesse aspirar a um amor completamente desinteressado de Deus, a um amor que não estivesse de modo algum unido a um amor de si mesmo, moralmente bom, saudável e ordenado; como se todo o amor de si fosse já, por natureza, desordenado ou até pecaminoso e, por isso, incapaz de servir de caminho e preparação para o amor desinteressado de Deus.

2. Segundo a doutrina católica, a esperança é, juntamente com a fé e a caridade, uma virtude teologal. Tem por objecto directo Deus, enquanto Ele constitui a nossa felicidade eterna. Pela virtude teologal da esperança esperamos, com firme confiança, os bens que Deus nos prometeu; antes de mais, a bem-aventurança eterna, enquanto fruto da graça divina e dos nossos próprios méritos. Pois nós, segundo a palavra do Apóstolo, fomos «escolhidos para o conhecimento da verdade, na esperança da vida eterna» (cf. Tit 1, 2).

Noutro lugar escreve São Paulo: «O Deus de nosso Senhor Jesus Cristo, o Pai da glória, vos conceda um espírito de sabedoria e de revelação para O conhecerdes plenamente, iluminando os olhos do vosso coração, para compreenderdes qual é a esperança a que fostes chamados, quais as riquezas da glória da sua herança entre os santos e qual a extraordinária grandeza do seu poder para connosco, os que acreditamos, segundo a eficácia da sua poderosa força» (Ef 1, 17-19). E ainda: «Também nós gememos interiormente, aguardando a adopção filial, a redenção do nosso corpo» (Rm 8, 23). «Por Cristo tivemos acesso, pela fé, a esta graça na qual permanecemos firmes, e gloriamo-nos na esperança da glória de Deus» (Rm 5, 2).

A nossa esperança não deve aspirar apenas à felicidade eterna, mas também a muitos outros bens, na medida em que contribuam para essa felicidade. Esperamos de Deus todos os auxílios sobrenaturais, todas as inspirações, iluminações, moções interiores e graças que nos sejam necessárias ou úteis para alcançarmos a salvação eterna. Esperamos o auxílio de Deus nos nossos combates, sofrimentos e dificuldades, para podermos resistir às tentações, levantar-nos do pecado, praticar a virtude cristã e, desse modo, chegar a uma vida santa. Pois o Senhor veio «para que tenham vida e a tenham em abundância» (Jo 10, 10). Até os próprios bens temporais podem ser objecto da nossa esperança, desde que sejam meios necessários ou úteis para a salvação: a vida, a saúde, os bens materiais, a honra.

Não é o próprio Senhor quem promete àquele que deixar casa, irmãos, irmãs, pai ou mãe por amor do seu nome que receberá «cem vezes mais e herdará a vida eterna»? (cf. Mt 19, 29). Aos trabalhadores da sua vinha promete e concede a recompensa (cf. Mt 20, 1 ss.). Aos pobres em espírito promete o Reino dos Céus; aos que têm fome e sede de justiça promete que serão saciados; aos puros de coração assegura que verão Deus. «Bem-aventurados sois quando vos insultarem e perseguirem por causa de Mim. Alegrai-vos e exultai, porque grande é a vossa recompensa nos Céus» (cf. Mt 5, 11-12). O próprio Senhor apela, portanto, a motivos que dizem respeito ao nosso bem.

Também a sagrada liturgia procura inúmeras vezes conquistar-nos para o combate cristão, para a renúncia e para o esforço, apelando ao nosso legítimo amor de nós mesmos, ao amor de concupiscência rectamente ordenado.

Por fim, uma coisa é evidente: se quiséssemos aspirar apenas ao amor desinteressado de Deus, sem o unir organicamente a um amor de Deus fundado também num legítimo interesse por nós mesmos e a um amor de nós próprios que fosse saudável e ordenado, cairíamos num espiritualismo unilateral e num sobrenaturalismo exagerado. As forças inferiores da alma ficariam completamente insatisfeitas, ou seriam violentamente reprimidas. Deste modo, as tendências fundamentais da nossa natureza, a aspiração natural à felicidade, nunca seriam moralmente purificadas nem elevadas.

A consequência seria que, com uma piedade e um amor de Deus unilateralmente espiritualizados, nunca nos tornaríamos homens naturalmente fortes, personalidades cristãs e religiosas vigorosas, mas antes representaríamos aquele tipo de «devotos» que pouco respeito inspiram aos outros ou até lhes causam repulsa. Deus criou-nos de tal maneira que, naturalmente, somos antes de tudo sensíveis ao nosso próprio sofrimento e ao nosso próprio bem-estar. Por isso, Cristo toma o amor de si mesmo como medida do amor ao próximo, e é uma lei universalmente reconhecida que «a caridade bem ordenada começa por si mesmo». Antes de cuidar dos outros, devo procurar santificar-me a mim mesmo e esforçar-me pela minha própria perfeição. Assim, o amor ordenado de si mesmo é uma exigência da virtude, de tal modo que é impossível ao homem eliminar completamente o amor de si e tornar-se indiferente à sua verdadeira felicidade.

É apenas necessário que o amor por nós mesmos não seja o fim último, aquilo em que nos detemos. Seria um amor desordenado e desviado se quiséssemos aproximar-nos de Deus e amá-Lo apenas como um meio para alcançar a nossa felicidade. O amor por nós mesmos é, no fundo, apenas um caminho para o amor. Ele eleva-nos acima de nós próprios até ao amor perfeito de Deus. E isso acontece a partir do momento em que começamos a amar-nos por causa de Deus, porque somos obra de Deus, filhos de Deus, instrumentos da sua glorificação. Assim, o amor de Deus torna-se também o

motivo do amor por nós mesmos: amamo-nos em Deus e por Deus, porque pertencemos a Deus e amamos tudo o que Lhe pertence.

Deste modo, também o amor por nós mesmos nos eleva acima de nós próprios até ao amor perfeito de Deus, porque, na nossa própria felicidade eterna, vemos mais do que a nossa felicidade: vemos a glória de Deus, a honra de Deus. Na realidade, a nossa bem-aventurança eterna consiste em conhecer Deus, amá-Lo e adorá-Lo, dar-Lhe graças, louvá-Lo e glorificá-Lo em Cristo e por Cristo; glorificar o Senhor juntamente com a Igreja e na Igreja, com os Anjos e com todos os Bem-aventurados.

3. É, portanto, legítimo e tem a sua razão de ser que, na santa confissão, o amor de concupiscência entre também como motivo do arrependimento. Não é um arrependimento perfeito, mas é, contudo, um arrependimento suficiente para obter de Deus, no sacramento da Penitência, até o perdão dos pecados mortais. Todavia, sempre, e especialmente na preparação para a santa confissão, devemos esforçar-nos por fazer desse amor e desse desejo de possuir Deus e de gozar da sua felicidade apenas um caminho que nos eleve ao amor perfeito de Deus, no qual nos amamos a nós mesmos em Deus, como criaturas suas, como filhos de Deus, como instrumentos da sua glorificação; procurando a nossa própria felicidade precisamente no desejo de sermos, já nesta terra e depois no Céu, uma adoração viva e uma glorificação de Deus, um louvor incessante a Deus Pai, Filho e Espírito Santo. «Deus eterno, eu quero ser o vosso louvor.»

Oração

Deus onipotente e eterno, concedei-nos um aumento da fé, da esperança e da caridade. E, para que mereçamos alcançar o que nos prometeis, fazei-nos amar o que nos mandais. Ámen.

(Oração da Igreja para o XIII Domingo depois do Pentecostes.)

22. A caridade perfeita

«A caridade perfeita lança fora o temor» (1 Jo 4, 18).

1.O centro e, ao mesmo tempo, o cume da piedade cristã encontram-se no amor perfeito de Deus. É o amor de Deus por Ele mesmo, isto é, porque Ele é bom em Si mesmo e digno de todo o amor, porque é a plenitude de tudo o que é puro, nobre, bom, santo e grande.

É deste amor que escreve o Apóstolo: «Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver caridade, sou como bronze que ressoa ou como címbalo que retine. Ainda que tenha o dom da profecia, conheça todos os mistérios e toda a ciência; ainda que possua toda a fé, a ponto de transportar montanhas, se não tiver caridade, nada sou. Ainda que distribua todos os meus bens para sustento dos pobres e entregue o meu corpo para ser queimado, se não tiver caridade, de nada me aproveita» (1 Cor 13, 1-3).

Naturalmente, não se trata do amor natural e sensível, que é apenas um fenómeno instintivo, nem sequer do amor espiritual e racional meramente natural, fruto de um conhecimento claro e de uma vontade firme, mas do amor sobrenatural, fundado na fé e na graça, que abrange Deus e todas as criaturas, olhando para Deus e amando tudo por causa de Deus.

O amor perfeito é uma virtude teologal. Chama-se caridade divina porque se dirige imediatamente a Deus e tudo o mais que ama fora de Deus ama-o em relação a Deus, por Deus e em Deus. Chama-se também amor divino porque foi «derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo» (Rm 5, 5), isto é, porque foi infundido por Deus na nossa alma e não pode ser adquirido pelas nossas próprias forças.

Finalmente, é chamado «amor divino» porque, por meio dele, amamos Deus do único modo como Deus, em virtude da sua natureza divina, pode ser amado. É uma centelha que o próprio Deus, o Espírito Santo, que habita em nós pelo amor santo, acende no nosso íntimo; uma imagem e uma participação daquela mútua efusão de amor entre o Pai e o Filho, da qual procede o Espírito Santo e que é o próprio Espírito Santo. É uma centelha, uma chama daquele amor divino em que o próprio Deus arde; uma flor da vida e da felicidade divinas.

O amor é a realidade mais doce e mais bela que existe no Céu e na terra. O nosso coração foi criado para amar; é no amor que encontra a sua felicidade. Nele se abre o mais íntimo e profundo do seu ser, para se entregar totalmente, viver e florescer. Não aspira a outra coisa senão a encontrar um objecto digno do seu amor, no qual se possa derramar inteiramente.

Que é, então, em síntese, este amor sobrenatural, divino e santo, que o Espírito Santo derrama nos nossos corações juntamente com a graça, que procede imediatamente de Deus e que tem o próprio Deus por objecto?

A *Imitação de Cristo* responde com razão: «Nada há mais doce do que o amor; nada mais forte, nada mais sublime, nada mais amplo, nada mais agradável, nada mais pleno nem melhor no Céu e na terra, porque o amor nasce de Deus e só em Deus pode repousar, acima de todas as criaturas. Quem ama voa, corre e vive cheio de alegria; é livre e nada o prende. Dá tudo por tudo e em todas as circunstâncias possui tudo, porque repousa no único Bem supremo, que está acima de todas as coisas e do qual procede todo o bem» (Livro III, cap. 5).

Este amor sobrenatural, divino e santo, e só ele, é aquele que, com a inocência de uma criança e a confiança ousada de uma esposa, se eleva até Deus para O abraçar no mais doce e íntimo abraço, como Pai, como Amigo e como Esposo; para penetrar até aos abismos mais profundos da sua bondade e da sua doçura e se perder nas profundezas do seu Coração divino.

Só por meio deste santo amor Deus se torna verdadeiramente nosso, nossa posse. Pelo amor possuímos Deus não apenas no desejo e na esperança, mas da maneira mais real e perfeita. Pelo amor possuímos em nossos corações Deus Pai, Filho e Espírito Santo.

Pelo santo amor aproximamo-nos cada vez mais de Deus e tornamo-nos cada vez mais semelhantes a Ele, mais unidos a Ele, até sermos, por assim dizer, fundidos num só espírito, como duas chamas que se unem numa única chama. Porque a natureza divina é um fogo puro, um rio ardente de amor. Se, pois, em nós existe uma chama semelhante de amor, ela deve unir-se tão intimamente com esse fogo divino que esta união supera

incomparavelmente todas as formas de união amorosa entre as criaturas, todo o amor terreno. O amor divino, e só ele, sacia o nosso coração com a torrente das delícias divinas. O amor faz florescer em nós uma vida eterna e sempre nova e inflama-nos com o fogo celeste.

Grande é a esperança cristã. Mas maior do que a fé e maior do que a esperança é o amor. «Agora permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e a caridade; mas a maior delas é a caridade» (1 Cor 13, 13).

2. «Procurai alcançar a caridade.» A santa caridade é o fim último de todos os mandamentos. Todos eles se resumem num só: «Amarás o Senhor teu Deus.» Todos os outros mandamentos se ordenam ao amor; nele e por ele todos se cumprem. Todo o verdadeiro cumprimento do dever é obra do amor. A caridade é a primeira e a última de todas as virtudes; ela contém todas as virtudes.

«A caridade é paciente, é benigna; não é invejosa; não é precipitada nem leviana; não se ensoberbece; não é ambiciosa; não procura os seus próprios interesses; não se irrita; não guarda ressentimento; não se alegra com a injustiça, mas rejubila com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta» (1 Cor 13, 4-7). Ela é toda a virtude. Onde vive a caridade, aí está tudo; onde falta a caridade, tudo falta.

Por isso somos chamados ao amor. «Amarás o Senhor teu Deus.» «Senhor, acendei em nós o vosso amor», suplicamos. «Coração de Jesus, abrasado de amor por nós, inflamai os nossos corações no vosso amor.» O alimento do amor são as boas obras. O amor adoece e morre quando não é alimentado pelas obras, assim como o fogo se extingue quando lhe falta combustível. O combustível alimenta a chama, mas a chama conserva e aumenta o fogo. Assim também as boas obras recebem do amor o seu ardor, mas ao mesmo tempo alimentam e fazem crescer o próprio amor. Quem deseja boas obras conserve o amor; e quem deseja o amor pratique obras de amor. Quem quer alcançar o amor perfeito deve esforçar-se com todas as suas forças por fazê-lo crescer mediante uma contínua prática do bem, disposto a realizar todo o bem que as suas circunstâncias lhe permitam fazer.

3. «Procurai alcançar a caridade.» É para este fim que caminhamos na santa confissão. A purificação do pecado é apenas um caminho e um degrau para o amor perfeito.

É à luz do amor que voltamos a compreender quanto dano causa à alma o pecado venial. Ele enfraquece o zelo da caridade, esse impulso forte e generoso que está disposto a dar e oferecer tudo a Deus. A chama e a força do amor não podem desenvolver-se plenamente. Pelo contrário, são reprimidas; o movimento do amor para Deus fica travado e impedido. É um dano imenso, não apenas para nós próprios, mas também para a comunidade, para a Igreja e, sobretudo, para a glória de Deus.

Como venceremos o pecado venial? Precisamente caminhando com todas as nossas forças para o amor e crescendo continuamente na caridade.

Oração

Meu Senhor Jesus Cristo, que dissestes: «Pedi e recebereis, procurai e encontrareis, batei e abrir-se-vos-á», nós Vos suplicamos: concedei-nos o fogo do vosso divino amor, para que Vos amemos de todo o coração, por palavras e por obras, e jamais cessemos de Vos louvar. Ámen.

23. O amor a Cristo

«Ele morreu por todos, para que os que vivem já não vivam para si mesmos, mas para Aquele que morreu e ressuscitou por eles.»

1. «Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todo o teu entendimento. Este é o primeiro e o maior dos mandamentos» (Mt 22, 37).

Amar a Deus, Pai, Filho e Espírito Santo. Foi por amor que Deus Pai nos enviou o seu Filho Unigénito. Com gratidão professamos: «Creio em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho Unigénito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos: Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai.» Por isso, ao Filho de Deus pertence também todo o nosso amor indiviso, o mesmo amor que devemos a Deus. Também em relação a Ele estamos vinculados pelo grande mandamento: «Amarás o Senhor teu Deus.» Todo o amor de gratidão, de complacência, de benevolência, de conformidade com a vontade de Deus e de amizade consagramo-lo igualmente a Ele, ao Filho de Deus feito homem, como o consagramos ao Pai e ao Espírito Santo: um amor de todo o coração, de toda a alma e com todas as forças; um amor pelo qual amamos o Filho de Deus acima de todas as coisas e mais do que todas as coisas, e por Ele amamos todas as coisas; um amor ardente que, por Aquele que ama, tudo arrisca, tudo entrega e tudo sacrifica.

2. «Por nós, homens, e para nossa salvação, desceu dos Céus, encarnou e fez-Se homem.» Ele possuía a natureza divina; é Deus, verdadeiro Deus. «Humilhou-Se, tomando a condição de servo, tornando-Se semelhante aos homens; e, reconhecido exteriormente como homem, humilhou-Se ainda mais, fazendo-Se obediente até à morte, e morte de cruz» (Fl 2, 6-8).

Lembremos Belém, a manjedoura, a estrebaria, a pobreza; a fuga para o Egito; a vida escondida de Nazaré, passada na oração, no trabalho e na obediência a Maria e a José; a vida pública, com as suas dificuldades, sacrifícios e privações; o ódio que sofreu, as blasfêmias, as calúnias. Pensemos no Horto das Oliveiras, na coluna da flagelação, no tribunal dos judeus e de Pilatos; na coroação de espinhos, no caminho da cruz até ao

Gólgota, na cruz onde derrama o seu sangue... Tudo, absolutamente tudo, por amor de nós, homens, e de mim em particular. «Amou-me e entregou-Se por mim» (Gl 2, 20). Por mim. Tinha-me claramente diante dos olhos; pensava em mim em Belém, em Nazaré, no Horto das Oliveiras, no Gólgota. Que amor! E não Lhe darei eu todo o meu amor, um amor ardente, forte, entusiasta e agradecido? «Para que os que vivem já não vivam para si mesmos, mas para Aquele que morreu por eles.»

E não Se contentou com isso. Subiu ao Céu, para junto do Pai, mas não quis abandonar-nos. Por isso quis permanecer perto de nós e dá-Se a nós sob uma nova forma de presença, no Santíssimo Sacramento da Eucaristia, sacramento do amor. «Tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até ao fim» (Jo 13, 1), dando-lhes a prova suprema do seu amor. «Deus connosco.» Não pode estar sem nós. Assim vive entre nós, adorando o Pai em nosso nome, louvando-O, dando-Lhe graças, oferecendo-Lhe satisfação e intercedendo por nós, seus irmãos. Dia e noite permanece connosco, sempre a pensar em nós, em mim, sempre preocupado connosco, sempre a amar-nos.

Todos os dias Se oferece ao Pai por nós, como sacrifício de louvor, de acção de graças e de expiação; e inclui-nos no seu sacrifício, para que, com Ele e por Ele, possamos rezar e adorar perfeitamente o Pai como verdadeiros adoradores que «adoram o Pai em espírito e verdade; porque são esses os adoradores que o Pai procura» (Jo 4, 23). Pela participação no Santíssimo Sacrifício da Eucaristia tornamo-nos participantes dos frutos e das graças do sacrifício da cruz.

Por sete canais faz chegar até nós essas graças; sobretudo pela Sagrada Comunhão, na qual, com um amor incomparável, Se torna alimento da nossa alma, alimento que nos transforma n'Ele, que nos enche da sua vida e do seu Espírito. Aí repousa dentro de nós, coração a coração, fazendo-nos experimentar a plenitude e a doçura do seu amor. Que amor! E não devo corresponder a esse amor com o mais terno e íntimo amor? E que dizer do seu amor nos sacramentos do santo Baptismo, da santa Confirmação, da Penitência e da Unção dos Enfermos? Na verdade, «amou-me e entregou-Se por mim» (Gl 2, 20). E não devo eu amá-Lo?

Amor de gratidão. E amor de conformidade com a sua vontade. Ele fez-Se para nós «o caminho, a verdade e a vida». Vai à nossa frente pelo caminho que devemos seguir. Manifesta-nos a sua vontade nas suas exortações, ensinamentos e mandamentos: «Bem-aventurados os pobres em espírito, os que choram, os mansos, os puros de coração, os misericordiosos.» Cada bem-aventurança é uma norma de vida, para não dizer um preceito.

Ensina-nos a rezar: «Pai nosso... santificado seja o vosso nome... seja feita a vossa vontade... perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido» (cf. Mt 5, 3 ss.; 6, 9 ss.). «Sede perfeitos como o vosso Pai celeste é perfeito. Ele faz nascer o seu sol sobre bons e maus e faz cair a chuva sobre justos e injustos. Amai, pois, os vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam e orai pelos que vos perseguem; assim sereis filhos do vosso Pai» (cf. Mt 5, 43 ss.).

Acima de tudo, deseja ardentemente que nos amemos uns aos outros como Ele nos amou e que sejamos um no amor (cf. Jo 13, 34; 15, 17; 17, 21). Suplica-nos, ordena-nos: «Permanecei no meu amor.» «Se guardardes os meus mandamentos, permanecereis no meu amor, assim como Eu guardei os mandamentos de meu Pai e permaneço no seu amor» (Jo 15, 10). Este é o amor de conformidade com a sua vontade, com tudo o que Ele nos recomenda, deseja e manda. É o amor operante, o amor verdadeiro, activo, dedicado a Jesus.

É o amor que se conforma com a sua santa vontade. Esta manifesta-se na sua vida e nas suas obras, tal como os santos Evangelhos as narram, e nos mistérios inesgotáveis que a sagrada liturgia nos apresenta todos os anos, para que neles penetremos e compreendamos o que Ele espera de nós.

«Aprendei de Mim» (Mt 11, 29). «Dei-vos o exemplo, para que façais como Eu vos fiz» (cf. Jo 13, 15). «Quem quiser seguir-Me, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e siga-Me» (Mt 16, 24). Ele vai à nossa frente e chama-nos: «Vem e segue-Me» (cf. Mt 19, 21).

E nós seguimos o Senhor com amor confiante, desprendido e disposto ao sacrifício; com um amor que procura tornar-se plenamente semelhante a Ele, na sua disposição interior e nos seus sentimentos para com o Pai, para

com os outros, para connosco próprios e para com a vida; semelhante a Ele também na acção exterior. Assim vivemos, com alegre amor, a sua vida de ascese voluntária, de renúncia e de pobreza; a vida de humildade, de obediência, de pureza, de afastamento de tudo o que se opõe à vontade de Deus; a vida de adoração, de recolhimento, de solidão, de silêncio, de oração, de trabalho e de sofrimento em todas as suas formas. É sobretudo por este amor que combatemos: para que o nosso amor, a nossa oração e toda a nossa vida se conformem com a sua santa vontade, com a sua palavra e com o seu exemplo. Este é o autêntico e verdadeiro amor a Jesus.

Amor de complacência. Como nos alegramos por toda a grandeza e glória que o Pai concedeu ao Filho de Deus feito homem desde a sua entrada na existência terrena como herança sua! Como nos regozijamos pela plenitude da verdade e da graça que o Pai derramou sobre a natureza humana de Cristo; pela plenitude de todas as virtudes que n'Ele resplandecem; pelo poder que o Pai comunicou ao Filho feito homem; porque O recebeu no Céu e O constituiu Senhor e Rei do universo! «Só Vós sois o Santo; só Vós o Senhor; só Vós o Altíssimo, Jesus Cristo, com o Espírito Santo, na glória de Deus Pai.» E não deverá Ele ser toda a nossa alegria? Quando contemplamos o seu Santíssimo Coração e, por exemplo, meditamos as ladainhas do Sagrado Coração ou as ladainhas do Santíssimo Nome de Jesus, com toda a grandeza que nelas se proclama, como poderíamos deixar de nos alegrar por Ele e de O felicitar com o mais ardente amor de complacência?

O nosso amor de complacência para com o Senhor, humilhado, odiado e rejeitado por tantos, transforma-se num amor de compaixão. Esse amor contempla com ternura a Paixão do Senhor, tal como os santos Evangelhos a descrevem; acompanha o Senhor em todos os momentos e em todas as estações da sua dolorosa Via-Sacra; coloca-se ao lado de Maria e de João, ao pé da cruz, e penetra cada vez mais profundamente no mistério do amor e dos sofrimentos de Jesus. Vive os seus ultrajes, a sua desonra, os seus tormentos e a sua morte. Com profunda dor vê como, ainda hoje, o Senhor continua a ser expulso e rejeitado pela humanidade, condenado como impostor na sua Pessoa, na sua Igreja, nos seus sacerdotes e nos seus fiéis. O amor de compaixão impele a alma a pedir perdão ao Senhor, na medida das suas forças, e a oferecer-Lhe reparação, procurando consolá-Lo com

uma fidelidade e uma abnegação cada vez maiores, como o Anjo descido do Céu consolou o Senhor na sua agonia no Horto das Oliveiras. O amor de compaixão fortalece a alma para os maiores sacrifícios e renúncias, para uma participação generosa nos sofrimentos do Amado, a fim de O consolar, fazendo com que sinta menos o mal com que os homens O ultrajam. Como é fecundo, como é precioso este amor de compaixão! É o amor que Maria ofereceu ao seguir o seu Filho no caminho da cruz.

O amor de benevolência. Que desejamos nós Àquele que é o Amado do nosso coração? Desejamos que seja conhecido, amado e honrado na sua Pessoa, no seu Evangelho, nos seus mistérios, na sua Igreja e nos seus irmãos. «O amor de Cristo impele-nos.» Tornamo-nos apóstolos da oração e, dia e noite, elevamos as mãos para implorar bênçãos e graças sobre a santa Igreja, sobre o Santo Padre em Roma, sobre os bispos, sobre os sacerdotes e sobre todos os cristãos. Ardemos de santo zelo pelas almas que o Senhor resgatou com o seu sangue, para que sejam arrancadas das garras de Satanás e das cadeias do mundo, encontrem o caminho que conduz a Cristo e, por meio d'Ele, cheguem ao Pai.

O amor de Cristo impele-nos também a viver cada vez mais puramente para Aquele que morreu e ressuscitou por nós; a honrá-Lo com as nossas obras e com toda a nossa vida; a representá-Lo e ao seu espírito diante do mundo, na nossa família, na nossa profissão; a sermos, por toda a parte, um testemunho vivo de Cristo através de uma vida autenticamente cristã, conforme a Cristo, na imitação de Cristo, do Senhor pobre, humilde, obediente e crucificado.

3. É para isto que tende a confissão frequente: conduzir-nos àquela pureza de espírito e de coração que nos torna livres para o amor de Cristo, um amor ardente e disposto ao sacrifício, para que possamos dizer com o Apóstolo: «As coisas que outrora eram para mim lucro, considere-as perda por amor de Cristo. Mais ainda: considero tudo como perda, por causa da sublimidade do conhecimento de Cristo Jesus, meu Senhor. Por causa d'Ele renunciei a tudo e considero tudo como lixo, para ganhar Cristo e ser encontrado n'Ele, justificado diante d'Ele. Quero conhecê-Lo, conhecer o poder da sua ressurreição e a comunhão dos seus sofrimentos, tornando-me

semelhante a Ele na morte, na esperança de alcançar a ressurreição dos mortos» (Fl 3, 7-11).

Aqui na terra, amar é sofrer. O verdadeiro amor de Deus e de Cristo nasce na cruz, cresce sob a cruz e apenas sob a cruz chega à perfeição. Quem não quer sofrer, não ama. O amor procura o sofrimento, porque é no sofrimento que pode manifestar toda a sua força. O amor precisa de se revelar por uma necessidade interior. Sobretudo o amor ao Salvador impele ao sofrimento, porque Ele é o Amor crucificado; a meditação da sua Paixão desperta infalivelmente, num coração que ama, o desejo de sofrer e de reparar.

Oração

Concedei-me, dulcíssimo e amabilíssimo Jesus, que eu repouse em Vós acima de todas as coisas criadas; acima de toda a saúde e beleza; acima de toda a glória e honra; acima de todo o poder e dignidade; acima de toda a ciência e subtileza; acima de todas as riquezas e artes; acima de toda a alegria e prazer; acima de toda a fama e louvor; acima de toda a doçura e consolação; acima de toda a esperança e promessa; acima de todo o merecimento e desejo; acima de todos os dons e presentes que podeis conceder e enviar; acima de toda a alegria e suavidade que a alma pode receber e sentir; e, finalmente, acima de todos os anjos e arcanjos e de todo o exército celeste; acima de tudo o que é visível e invisível; e acima de tudo o que não sois Vós, meu Deus.

Porque Vós, Senhor meu Deus, sois o Bem supremo; só Vós sois o Altíssimo; só Vós sois onipotente; só Vós bastais e tudo preencheis; só Vós sois infinitamente suave e delicioso; só Vós sois belíssimo e amabilíssimo; só Vós sois nobilíssimo e gloriosíssimo acima de todas as coisas, em quem estão, estiveram e estarão todos os bens reunidos em perfeita plenitude.

Ó meu amado Esposo, Jesus Cristo, puríssimo amante, Senhor de todas as criaturas! Quem me dará asas de verdadeira liberdade para voar e repousar em Vós? Quando me recolherei inteiramente em Vós, de tal modo que, por amor de Vós, já não me sinta a mim mesmo, mas somente a Vós, acima de todo o sentir e de todo o modo de sentir, de uma maneira que não é conhecida de todos? Vinde, vinde, porque sem Vós nenhum dia nem nenhuma hora será para mim alegre; porque Vós sois a minha alegria. Sou miserável e vivo como prisioneiro e acorrentado, até que me recrieis com a luz da vossa presença, me restituais a liberdade e me mostreis o vosso rosto cheio de bondade.

(Kempis, Imitação de Cristo, III, 21.).

24. O amor do cristão ao próximo

«Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros; assim como Eu vos amei, também vós vos deveis amar uns aos outros» (Jo 13, 34).

1. «Tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até ao fim. Durante a ceia... levantou-se da mesa, tirou o manto e, tomando uma toalha, cingiu-se. Depois deitou água numa bacia e começou a lavar os pés aos discípulos e a enxugá-los com a toalha com que estava cingido» (Jo 13, 1-5). Eis um gesto de amor humilde e de serviço do Senhor para com os seus discípulos. E um segundo gesto de amor: naquela mesma noite, «tomou o pão, deu graças, partiu-o e deu-lho, dizendo: Isto é o meu corpo, que é entregue por vós; fazei isto em memória de Mim. Do mesmo modo tomou o cálice e disse: Este cálice é a nova aliança no meu sangue, que é derramado por vós» (Lc 22, 19-20).

Poderia ter-nos dado mais do que nos deu na instituição da Santíssima Eucaristia, no sacrifício da Santa Missa e na Sagrada Comunhão? Verdadeiramente, um amor sem limites!

Selou-o no dia seguinte, na Sexta-Feira Santa: «Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida pelos seus amigos» (Jo 15, 13). Com este espírito, o Senhor vai ao jardim das Oliveiras, deixa-se prender pelos seus inimigos, deixa-se julgar e açoitar da maneira mais ignominiosa. Deixa-Se coroar de espinhos e pregar na cruz. Tudo por amor de nós, para expiar os nossos pecados e reconciliar-nos com a graça do Pai, para que Ele nos aceite como seus filhos muito amados e nos conceda a felicidade do seu amor.

Quando chega a hora da despedida, deixa aos seus o admirável testamento da sua carne e do seu sangue, o legado do seu coração: «Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros, como Eu vos amei.» O amor de Jesus deve ser a medida do amor que devemos ter uns pelos outros. E como nos amou Ele? «Assim como o Pai Me amou, também Eu vos amei» (Jo 15, 9). Pode haver amor mais nobre e mais sublime do que aquele com que o Pai eterno ama o seu Filho? Com um amor

igualmente nobre e sublime, Jesus ama-nos e dá-nos este mandamento: que nos amemos uns aos outros com o mesmo amor com que Ele nos ama.

Depois, Jesus dá um sinal distintivo pelo qual os seus serão reconhecidos. Não é, por exemplo, a simples consolação ou um fervor ardente na oração; não é qualquer ação extraordinária nem um estado extraordinário da alma; não são os milagres, nem os dons extraordinários da graça, nem os sentimentos ou as ideias: é o amor ao próximo. «*Nisto todos conhecerão que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros*» (Jo 13, 35). Este é o grande mandamento: «*Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração. Este é o primeiro e o maior mandamento. O segundo é semelhante a este: Amarás o teu próximo como a ti mesmo*» (Mt 22, 37-39).

2. O amor ao próximo, no sentido de Cristo e do cristianismo, não é um amor meramente natural, que ama o próximo pelas suas qualidades naturais, por exemplo, porque é uma pessoa nobre, atraente ou simpática. Esse seria um amor ao próximo por causa do homem que encontramos nele. Este amor pode ser nobre, muito nobre, mas não é o amor cristão. Este é um amor sobrenatural, com o qual amamos Deus no nosso próximo.

Amamos o próximo por amor de Deus e com o mesmo amor com que amamos Deus e Cristo. O verdadeiro amor cristão ao próximo é amor de Deus. Amamos Deus no próximo, criatura de Deus, os dons e a graça de Deus nele, o filho de Deus, o irmão ou a irmã de Cristo, um membro de Cristo; em suma, o próprio Cristo. «*Sempre que o fizestes a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi a Mim que o fizestes. Tive fome e destes-Me de comer. Tive sede e destes-Me de beber... Em verdade vos digo: tudo o que fizestes a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi a Mim que o fizestes*» (Mt 25, 34 ss.). Saulo aproxima-se de Damasco. Das autoridades de Jerusalém tinha recebido autorização para prender os discípulos de Cristo que encontrasse e levá-los para Jerusalém. Quando chega às portas de Damasco, de repente envolve-o uma luz vinda do céu. Saulo cai por terra e ouve uma voz que lhe diz em alta voz: «*Saulo, Saulo, porque Me persegues?*» — «*Quem és Tu, Senhor?*», pergunta ele. — «*Eu sou Jesus, a quem tu persegues*» (At 9, 2-5).

O amor cristão ao próximo nasce da fé sobrenatural, que vê no homem algo mais do que um simples ser de carne e sangue. Se não houver fé

sobrenatural, não haverá verdadeiro amor cristão; se houver pouca fé, haverá necessariamente pouco amor cristão. O amor cristão ao próximo não é, no fundo, senão a extensão do amor de Deus aos outros. O motivo determinante, a verdadeira razão do nosso amor ao próximo, é o próprio Deus. O nosso amor sobrenatural dirige-se, em primeiro lugar, a Deus e, em segundo lugar, ao próximo.

Mas trata-se de um único e mesmo amor sobrenatural. Por isso, o nosso amor a Deus é exatamente tão profundo, tão amplo e tão forte como o nosso amor ao próximo. *«Se alguém disser: “Amo a Deus”, mas odiar o seu irmão, é mentiroso. Pois quem não ama o seu irmão, a quem vê, como pode amar a Deus, a quem não vê? E este é o mandamento que d'Ele recebemos: quem ama a Deus a me também o seu irmão»* (1 Jo 4, 20-21).

Assim, o amor ao próximo está intimamente unido ao amor de Deus, e o preceito do amor ao próximo está inseparavelmente ligado ao preceito do amor de Deus. É por isso que o Apóstolo São João atribui à virtude do amor ao próximo os mesmos efeitos que atribui ao amor de Deus. *«Nós sabemos que passámos da morte [do pecado] para a vida [da graça, da filiação divina], porque amamos os irmãos. Quem não ama permanece na morte [do pecado]»* (1 Jo 3, 14).

E São Paulo refere-se ao amor de Deus e ao amor do próximo quando entoia o hino da caridade: *«Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver caridade, sou como bronze que ressoa ou címbalo que retine. Ainda que tenha o dom da profecia e conheça todos os mistérios e toda a ciência..., se não tiver caridade, nada sou.»* O amor de Deus e o amor do próximo são um único e mesmo amor.

O amor cristão ao próximo é um amor de complacência por todos os dons e por todos os bens naturais e sobrenaturais que a graça de Deus realizou e continua a realizar nos outros. Por isso, alegramo-nos e felicitamos o nosso próximo por estas manifestações do amor de Deus para com ele. Este amor é, em grande parte, um amor de compaixão e de participação afetuosa nas suas fraquezas e nas suas faltas; uma compaixão sincera pelo pecado em que se encontra envolvido e pela infeliz eternidade que o espera, se não se converter.

O amor cristão ao próximo é um amor de benevolência para com o nosso semelhante. Antes de mais, desejamos-lhe os bens da sua vida sobrenatural: a graça de Deus, o perdão dos pecados, todas as graças de que necessita, as inspirações e iluminações sobrenaturais, a força para praticar o bem, a graça da perseverança e a felicidade eterna. Em segundo lugar, desejamos-lhe todos os bens e valores temporais que o possam ajudar e fazer progredir no caminho da felicidade eterna. O amor cristão ao próximo é um amor operante, um amor ativo que se esforça sinceramente por nunca causar qualquer dano ao próximo, nem interior nem exteriormente, nem por palavras nem por obras. É um amor que faz tudo o que está ao seu alcance e tudo o que as circunstâncias do momento permitem para manifestar positivamente o seu amor ao próximo. São Pio X diz, com razão:

«Para que Cristo seja formado em todos, é necessário insistir que nada é mais eficaz do que a caridade. A caridade abre os corações e conquista-os. Nenhuma outra linguagem é melhor compreendida pelo coração humano do que a linguagem do amor. De nenhum outro modo podemos conquistar melhor o próximo para Cristo e para Deus do que com um amor sincero e prático.»

Como podemos reconhecer, sem grande dificuldade e com toda a segurança, que fazemos uma confissão verdadeiramente frutuosa?

Pelo facto de nos preocuparmos cada vez mais em cumprir o santo mandamento do amor ao próximo. Praticar a confissão frequente e faltar ao amor do próximo, continuar negligente, sem zelo sobrenatural pela salvação das almas; praticar frequentemente a confissão e agir, falar ou comportar-se contra a caridade, sendo impaciente, duro e sem amor para com o próximo... são coisas inconciliáveis.

É precisamente aqui que devemos começar, para compreender e viver o mandamento do amor de Deus e do amor ao próximo, chegando até ao amor aos inimigos. Assim poderemos verificar o estado da nossa vida interior, do nosso amor a Deus e a Cristo e da nossa sincera vontade de amar, numa luta generosa pela caridade. Também neste campo haverá faltas e fraquezas; mas nunca devemos desistir do esforço para avançar e alcançar o domínio sobre todas as debilidades humanas próprias da nossa natureza.

De modo muito particular, porém, devemos empenhar-nos em nunca mais cometer, sob pretexto algum, uma ofensa consciente e deliberada contra a caridade. Tanto no exame de consciência para a santa confissão como no exame de cada noite, dedicaremos uma atenção especial aos nossos esforços por sentir e praticar o amor cristão para com o próximo. Também os nossos propósitos deverão orientar-se sobretudo para dar amor, sofrer com amor e perdoar com amor.

«Que a caridade seja sem fingimento. Detestai o mal e apegai-vos firmemente ao bem. Amai-vos uns aos outros com afeto fraterno; procurai honrar-vos mutuamente. Não sejais negligentes no cumprimento do dever. Sede fervorosos de espírito, servindo o Senhor. Alegrai-vos na esperança. Sede pacientes na tribulação. Perseverai na oração. Socorrei as necessidades dos santos; praticai diligentemente a hospitalidade. Abençoei os que vos perseguem; abençoei-os e não os amaldiçoeis. Alegrai-vos com os que se alegram e chorai com os que choram. Tende os mesmos sentimentos uns para com os outros. Não aspireis às grandezas, mas acomodai-vos às coisas humildes. Não vos tenhais por sábios. Não pagueis a ninguém o mal com o mal; procurai fazer o bem diante de todos os homens. Se for possível, e quanto depender de vós, vivei em paz com todos. Não façais justiça pelas vossas próprias mãos, caríssimos, mas dai lugar à ira de Deus, porque está escrito: “A Mim pertence a vingança; Eu retribuirei, diz o Senhor.” Antes, se o teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer; se tiver sede, dá-lhe de beber, porque, procedendo assim, amontoarás brasas ardentes sobre a sua cabeça. Não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal com o bem.» (Rm 12, 9 ss.).

«A caridade é paciente, é benigna; a caridade não tem inveja, não se vangloria, não se ensoberbece; não é inconveniente, não procura os seus próprios interesses, não se irrita, não guarda ressentimento. Não se alegra com a injustiça, mas rejubila com a verdade; tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.» (1 Cor 13, 4-7).

Que preciosas indicações para o exame de consciência e para os nossos propósitos! E quando tivermos pecado conscientemente contra a caridade, ou a tivermos praticado com pouca generosidade, então desperte em nós um arrependimento sério e profundo, que se apodere de toda a nossa vontade e

a fortaleza interiormente, de modo que faça da nossa vida uma verdadeira vida de amor.

Se fizermos a santa confissão com esta seriedade, podemos estar convencidos de que ela será frutuosa e abençoada pelo Senhor.

Oração

Senhor, que a graça do Espírito Santo ilumine os nossos corações e os inunde abundantemente com as delícias da perfeita caridade.

Ó Deus, amigo e guarda da paz e da caridade, concedei a todos os nossos inimigos a verdadeira paz e a verdadeira caridade. Dai-lhes o perdão de todos os pecados e conduzi-os à vida eterna. Ámen.

25. A nossa vida de oração

Outro fruto característico da confissão frequente deve ser uma vida profunda de oração constante.

1. Comove-nos a oração do sumo Sacerdote, Cristo, no Santíssimo Sacramento do altar, no tabernáculo. Aí reza, ama, dá graças, louva, suplica e expia sem interrupção, sem fadiga, de dia e de noite. Eleva uma oração tão pura, tão santa, tão íntima e de valor infinito, que o olhar do Pai repousa sobre este suplicante com infinita complacência e acolhe essa oração com divino agrado.

A nossa oração é muitas vezes interrompida pelo trabalho, pela conversa, pelas distrações e pelas necessidades da vida quotidiana. É, com frequência, uma oração fria, sem fervor, sem atenção nem recolhimento, apressada e superficial. Sentimos a diferença entre a oração de Jesus e a nossa e, por isso, do fundo da nossa miséria, elevamos ao Salvador a humilde súplica: «Senhor, ensina-nos a rezar» (Lc 11, 1).

Quem deveria trazer estas súplicas mais íntimas no coração e nos lábios, senão aquele que se aproxima frequentemente da santa confissão e aspira seriamente à perfeição? E quem poderá saborear mais profundamente a graça da oração do que aquele que emprega todo o seu zelo em libertar-se de todas as faltas conscientes, das imperfeições e de todos os apegos desordenados às coisas, às pessoas e, sobretudo, a si mesmo? É isto que procuramos na confissão frequente. E que melhor poderia manifestar a eficácia e a fecundidade da santa confissão e da comunhão frequente do que uma vida de oração sã e perfeita?

A confissão frequente, quando é bem feita, forma necessariamente almas que sabem rezar, cristãos que, com alegria e dedicação, se elevam incessantemente para Deus e para Cristo; que vivem continuamente com Deus e com Cristo numa vida de adoração, de louvor, de ação de graças, de súplica e de expiação. Cumpre-se neles a palavra do Salvador: «É preciso orar sempre, sem desfalecer» (Lc 18, 1).

Esta vida de oração é uma característica distintiva do homem novo, sobrenatural, transformado em Deus. Vive num mundo completamente

diferente daquele em que vivem os que não rezam. O seu ambiente não é o mesmo que o dos outros. Os seus pensamentos e as aspirações da sua alma seguem uma orientação inteiramente diversa. Não tem os mesmos interesses nem as mesmas intenções dos outros homens. Quando empreende alguma coisa, age de maneira diferente do homem que não reza. As suas ideias sobre o mundo e sobre a vida são claras e bem definidas, mas diferem profundamente das dos outros. Os fenómenos e os acontecimentos deste mundo impressionam-no menos do que aos restantes, de tal modo que é considerado frio, insensível ou impassível. Uma serenidade luminosa e segura distingue-o daqueles que nada conhecem para além da luta incessante pelo êxito e pelo progresso segundo o espírito do mundo.

2. Em que consiste esta vida de oração, esta oração constante?

Não consiste num número incontável de orações vocais, nem numa oração interior ininterrupta, nem num pensamento continuamente fixo em Deus e nas coisas divinas, nem numa atenção permanente do espírito a Deus, presente em nós e à nossa volta. Não consiste num determinado número de atos, de práticas ou de jaculatórias; consiste, antes, numa atitude permanente e numa orientação da vontade pela qual tudo o que fazemos e sofremos se transforma em oração contínua.

A nossa vida será uma oração contínua quando se tiver tornado hábito e segunda natureza a disposição constante de amar a Deus, de confiar em Deus e de nos submetermos à sua santa vontade em todas as coisas e acontecimentos.

Permaneça-se firmemente decidido a não fazer conscientemente nada que desagrade a Deus, o Salvador. Alimenta-se a aspiração de viver em plena conformidade com a vontade de Deus, de agradar a Deus e ao Salvador em tudo, de nunca lhes recusar coisa alguma e de receber tudo da mão de Deus, tal como Ele dá e tira: o trabalho, o dever, o sacrifício, os sofrimentos, as circunstâncias, as disposições e as alegrias. Não se pensa constantemente em Deus, mas também nunca se detém voluntariamente em pensamentos inúteis e muito menos em pensamentos maus. Não se praticam continuamente atos de culto nem se recitam sem cessar orações; o espírito ocupa-se do trabalho e do dever, mas o coração e a vontade permanecem sempre voltados para Deus, atentos a Deus, dispostos a cumprir a sua

vontade e a submeter-se a ela em tudo. O homem vive num completo esquecimento de si mesmo, e todos os seus desejos e inclinações estão orientados para Deus.

A oração é uma disposição do espírito, uma orientação da vontade, a sua união com Deus e com Cristo, a caridade, a abnegação, a obediência, a paciência silenciosa, a benevolência e o santo zelo. Alimenta-se pela meditação diária; manifesta-se em toda a maneira de agir, nos pensamentos e nos juízos, no ódio ao mal, no interesse por Deus e por Cristo, na oração vocal e, muitas vezes, nas jaculatórias repetidas, que brotam quase espontaneamente e, por assim dizer, por si mesmas, da brasa da oração e do amor de Deus que arde no mais profundo do coração.

3. Esta oração «contínua», esta disposição profunda e íntima da vontade e da oração, esta prontidão e santa resolução de estar inteiramente unido à vontade de Deus e de nos entregarmos a Ele, deve ser fruto da confissão frequente. A oração pura é uma força santificadora que transforma o homem por dentro e por fora. Quando a nossa oração não nos torna, dia após dia, mais entregues à vontade de Deus, mais desprendidos da nossa própria vontade, mais submissos e pacientes, quando não nos torna cada vez mais obedientes, mais humildes, mais caridosos, mais capazes de sofrer e de perdoar, mais bondosos e benevolentes para com os outros, então a nossa oração não é boa nem pura. A verdadeira oração produz uma vontade sincera e uma disponibilidade constante para referir a Deus e a Cristo todas as ações de cada dia, todas as circunstâncias, acontecimentos, sucessos e fracassos, sofrimentos e esforços, fazendo e aceitando tudo com submissão a Deus e em união com os sentimentos e a oração do Santíssimo Coração de Jesus. Eis o precioso fruto da confissão frequente: a alma torna-se, dia após dia, mais pura e mais livre, mais unida a Deus e mais transformada no espírito de Cristo.

Oração

Senhor, ensina-nos a rezar. Ámen.

26. A Sagrada Comunhão frequente

«Eu sou o pão da vida. Quem comer deste pão viverá eternamente. Em verdade, em verdade vos digo: se não comerdes a carne do Filho do Homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós» (1 Jo 6, 48.53-54).

Procuramos a vida, a verdadeira vida, a vida eucarística, e encontramos-na na sagrada comunhão. Nos outros sacramentos da Nova Aliança atua apenas uma força que procede de Cristo, mas Cristo não está neles presente pessoalmente com a sua divindade e humanidade, com a sua alma e o seu corpo. Outra coisa acontece no santíssimo sacramento da Eucaristia, na sagrada comunhão. Aqui, e só aqui, está pessoalmente presente, sob as humildes espécies do pão, o autor e fonte de toda a graça e de toda a vida sobrenatural, presente não apenas com a sua divindade, mas também com a sua humanidade, com o seu corpo e a sua alma.

Para quê? Para Se nos dar como alimento. «A minha carne é verdadeira comida» (Jo 6, 55). O alimento conserva a vida, fortalece-a, restitui as forças perdidas e proporciona alegria e satisfação. Algo de semelhante realiza este alimento sobrenatural. Conserva a nossa vida sobrenatural; fortalece-nos para resistirmos às diversas influências nocivas, às tentações e à luta contra os inimigos da nossa alma. Além disso, faz crescer a nossa vida sobrenatural. É verdade que já a possuímos, mas ela deve desenvolver-se até atingir a plenitude da vida cristã. Para isso necessitamos do alimento da sagrada comunhão. Ela restitui-nos aquilo que gastámos na vida quotidiana em esforço espiritual, em amor, em fervor e em zelo, por causa das faltas e dos pecados de cada dia. Finalmente, a sagrada comunhão produz uma alegria espiritual sobrenatural, isto é, uma elevada disposição da alma que facilita o nosso combate, aumenta a nossa coragem e nos fortalece para os sacrifícios que a vida exige de uma verdadeira imitação de Cristo.

A Santíssima Eucaristia é o sacramento da união. Comunhão significa precisamente isso: união, tornar-se um só. Na receção da sagrada comunhão realiza-se uma admirável união sobrenatural entre o Senhor, que Se nos dá

como alimento, e a nossa alma. A comunhão é uma união íntima, um tornar-se o Senhor um connosco, uma união que nos penetra e santifica. O Senhor quer, por assim dizer, fazer connosco um só coração e uma só alma. O seu espírito penetra-nos com a luz da fé e faz-nos ver todas as coisas da vida à luz da caridade de Deus; quase tocamos com as mãos a vaidade de tudo o que não é Deus, nem é por Deus, nem conduz a Deus; apenas uma coisa nos parece grande e verdadeiramente importante: o divino, o eterno. A vontade de Cristo, mais forte, mais nobre e mais santa, une-se à nossa vontade e cura a sua fraqueza, a sua inconstância e o seu egoísmo; comunica-nos a sua força divina, para que, cheios de coragem, possamos dizer com São Paulo: «Tudo posso n'Aquele que me fortalece» (Fl 4, 13); a força de Cristo sustenta-nos. Pela eficácia dessa força, sentimo-nos suficientemente robustos para fazer e sacrificar tudo o que Deus quer de nós. O coração de Cristo, cheio de amor ardente por Deus e pelo próximo, esse coração repleto de toda a virtude e santidade, une-se ao nosso para o inflamar com a sua vida. Então sentimo-nos fortalecidos para o bem e nasce em nós uma resolução firme e inquebrantável de tudo fazer por Deus, tudo sofrer por Ele e nada Lhe recusar.

Isto é a sagrada comunhão: ela transforma-nos. Pouco a pouco, transformam-se os nossos pensamentos, as nossas ideias e as nossas normas de agir; assimilamos no nosso espírito os pensamentos, os juízos e os princípios fundamentais de Jesus. Do mesmo modo, transformam-se a nossa vontade e os nossos desejos: queremos, desejamos e aspiramos ao que Cristo quer e deseja. O nosso coração desprende-se do amor-próprio desordenado, das inclinações e dos apegos meramente naturais; o nosso amor torna-se cada vez mais orientado para Deus. O Espírito de Cristo vive e atua em nós. Podemos dizer com São Paulo: «Já não sou eu que vivo; é Cristo que vive em mim» (Gl 2, 20).

Então experimentamos aquilo que o Senhor prometeu: «Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em Mim e Eu nele» (Jo 6, 56). Não no sentido de que Cristo, mesmo segundo a sua humanidade, com o seu corpo e a sua alma, permaneça continuamente em nós enquanto vivemos em estado de graça, mas porque Cristo, segundo a sua humanidade, pela união eucarística da sagrada comunhão, permanece unido à nossa alma de um modo especial. O Espírito de Cristo, o Espírito Santo,

que habita na alma de Cristo, habita também em nós e forma em nós os sentimentos de Cristo; e isto em virtude da união singular, do «parentesco de sangue» que Ele contrai connosco através da sagrada comunhão. «Cristo está em nós pelo seu Espírito, que nos comunica e pelo qual atua em nós de tal modo que tudo o que o Espírito Santo realiza nas almas deve também ser atribuído a Cristo.» «O sacramento da Eucaristia... dá-nos o próprio Autor da graça sobrenatural, para que d'Ele recebamos aquele espírito de caridade que nos faz viver não apenas a nossa vida, mas a vida de Cristo, e amar o próprio Redentor em todos os membros do seu Corpo social» (Papa Pio XII, encíclica *Mystici Corporis*, de 29-6-1943).

No dia 20 de dezembro de 1905, São Pio X publicou o seu célebre decreto sobre a comunhão. Nele expõe as condições necessárias para receber a comunhão frequente e diária.

Permanece sempre válido o princípio fundamental: «As coisas santas são para os santos.» Só uma boa preparação permite tirar verdadeiro proveito da sagrada comunhão, especialmente da comunhão frequente. Pode receber-se diariamente a sagrada comunhão de tal maneira que ela não conduza à santidade, mas antes se torne motivo de ruína.

Para receber frequente e diariamente a sagrada comunhão requer-se o seguinte: 1.º, estar em estado de graça santificante, isto é, não ter consciência de qualquer pecado mortal; 2.º, receber a sagrada comunhão «com reta e devota intenção». «A reta intenção consiste em aproximar-se da mesa sagrada não por rotina, nem por vaidade, nem por motivos humanos, mas com o desejo de cumprir a vontade de Deus e de se unir mais intimamente com Ele pela caridade, servindo-se deste divino remédio para vencer as próprias faltas e fraquezas.» O decreto acrescenta expressamente que é muito desejável estar livre até dos pecados veniais, ao menos dos plenamente deliberados, bem como do apego a eles, embora baste não ter consciência de pecado mortal e estar resolvido a não tornar a pecar. E conclui: quando existe uma verdadeira vontade de não voltar a pecar, através da sagrada comunhão a pessoa libertar-se-á, pouco a pouco, também dos pecados veniais e do apego a eles.

Quando isso não acontece, que sucede então? Alguns teólogos afirmam que, neste caso, isto é, quando há recaídas nos mesmos pecados, falta fruto

e falta reta intenção. A prática da comunhão frequente deve ficar confiada ao prudente discernimento do confessor. Finalmente, o decreto insiste na necessidade de uma preparação adequada e de uma conveniente ação de graças.

3. Teria a confissão frequente, antes do decreto de São Pio X sobre a comunhão, sido apenas um «substituto» da comunhão frequente, de tal modo que hoje já não teria razão de existir? Ainda há pouco tempo se escreveu isso...

Mas de modo nenhum. Ambas são de importância vital e ambas conservam plenamente a sua razão de ser: a confissão frequente e a comunhão frequente. Pio XII defende decididamente «o uso devoto da confissão frequente» e, ao mesmo tempo, pressupõe a receção frequente da sagrada comunhão (*Mystici Corporis*). Quantas vezes, nos seus numerosos e fervorosos discursos, exorta os fiéis a aproximarem-se da sagrada comunhão!

A confissão frequente e a comunhão frequente caminham lado a lado e perseguem o mesmo objetivo: a vitória sobre o mal e, sobretudo, sobre o pecado, bem como a perfeição da vida cristã na santa caridade. Quanto melhor praticarmos a confissão frequente, tanto maior segurança teremos de que «se arrancam os maus hábitos, se combate a tibieza e a indolência espiritual e se purifica a consciência» (encíclica *Mystici Corporis*). Aí mesmo afirma que nos aprofundamos na «humildade cristã». Ora, Deus concede a sua graça aos humildes. Assim, a confissão frequente prepara de modo excelente para a receção frequente da sagrada comunhão. Ela assegura a «reta intenção» em toda a sua amplitude e em toda a sua seriedade, da maneira mais completa possível, e contribui admiravelmente para a eficácia da comunhão frequente.

Certamente não corresponde ao espírito da encíclica de Pio XII o facto de, em certos meios, se ter diminuído a elevada estima pela confissão frequente. Os que assim procedem saibam que estão a empreender algo estranho ao espírito de Cristo e profundamente prejudicial ao Corpo Místico do nosso Salvador.

Cultivemos a comunhão frequente e diária. Mas não no sentido de rejeitar a confissão frequente, com base na ação remissora dos pecados que a sagrada comunhão possui.

É verdade que a sagrada comunhão perdoa os pecados veniais? Sim, perdoa os pecados veniais pelo ato de caridade que ela inspira. Mas, se, como sucede na confissão, se presta especial atenção aos pecados veniais para os vencer, então a confissão frequente fortalecerá necessariamente e favorecerá os efeitos da sagrada comunhão. Além disso, a confissão frequente contribui também para o crescimento na graça e na santa caridade e, por isso mesmo, orienta-se para o mesmo fim que a sagrada comunhão.

É verdade que, em muitos, a comunhão frequente não produz todos os seus frutos e que a muitos falta a «reta intenção». Para essas pessoas, dificilmente haverá melhor meio de aprofundar a receção da sagrada comunhão e de a tornar verdadeiramente frutuosa do que a prática séria e frequente do sacramento da Penitência, acompanhada por um sacerdote zeloso que cuide delas.

Assim, sejam ambas, a confissão frequente e a comunhão frequente e diária, um dom sagrado e precioso que Deus nos concede.

Oração

Senhor, eu não sou digno de que entreis em minha morada, mas disse uma só palavra e a minha alma será curada e salva. Ámen.

APÊNDICE [*]

1. Como fazer uma boa Confissão

1. Só nos é possível confessar-nos bem com a graça de Deus. Por isso, começamos a santa Confissão com a oração, para implorar a luz e a força do Espírito Santo.

2. O exame de consciência deve incidir apenas sobre alguns pontos essenciais, aqueles que são mais importantes para a nossa vida interior e para o nosso progresso espiritual. Entre eles contam-se os propósitos feitos na última Confissão, verificando se trabalhámos para os cumprir e até que ponto o fizemos; além disso, devemos considerar alguma infidelidade mais grave, sobretudo se por ela demos escândalo ou provocámos desavenças com outras pessoas.

3. Particularmente importantes são a contrição e o propósito de emenda.

Contrição e propósito de emenda

Arrependo-me de todo o coração dos meus pecados, porque por eles mereci de Vós o justo castigo. Mas arrependo-me sobretudo porque, por meio deles, Vos ofendi tantas vezes e tão gravemente, a Vós, meu Deus e meu Senhor, meu Pai amorosíssimo e meu maior benfeitor. De todo o coração Vos peço perdão, meu Deus, por tudo aquilo em que pequei contra Vós. Quero sinceramente corrigir-me, não tornar a pecar e evitar, por isso mesmo, todas as ocasiões de pecado.

Com profunda dor da minha alma, confesso diante de Vós, Deus infinito, os meus muitos pecados e faltas com que Vos ofendi.

Pelo vosso infinito amor e misericórdia, acolhestes-me em vosso Filho, Jesus Cristo, também como vosso filho, a quem quisestes amar e honrar com todo o vosso amor divino. Concedestes-me graças e benefícios sem conta; chamastes-me até a repousar, como filho vosso, «bem-aventurado» sobre o vosso coração de Pai, por toda a eternidade, participando da alegria e da felicidade de que Vós mesmo gozais em plenitude divina. Em troca de todos estes benefícios, nada mais me pedistes senão que Vos amasse e Vos servisse.

E, no entanto, ainda esta mesma semana Vos correspondi de novo com ingratidão. Que dor Vos deve causar o facto de eu ter respondido ao vosso amor com tanta ingratidão, tanta frieza e tanta infidelidade! Como deve ser doloroso para Vós que eu tenha preferido a Vós e ao vosso amor as coisas vãs e passageiras desta terra, os seus prazeres e as suas alegrias!

Reconheço quão injusto fui convosco pelos meus pecados e faltas. Arrependo-me de todo o coração de me ter comportado convosco com tão pouca gratidão e tão pouco amor, e suplico-Vos que me perdoeis.

Outro ato de contrição

Adoro-Vos, meu dulcíssimo Jesus, suspenso no madeiro da cruz, coberto de sangue pelas vossas inúmeras chagas e consumido pelos mais dolorosos tormentos. Reconheço tudo o que fizestes por mim. Confesso que, pelos meus muitos pecados e infidelidades, Vos causei os mais amargos sofrimentos.

Com humildade e sincera contrição, ajoelho-me diante de Vós e peço-Vos perdão. Sinto a mais profunda dor por ter correspondido com tanta ingratidão ao vosso amor, aos vossos sofrimentos e à vossa morte. Esqueci-me do amor que tendes por mim, afastei-me de Vós e voltei a prender-me às vaidades deste mundo.

Como pude mostrar-me tão pouco agradecido e tão pouco amoroso para convosco? Arrependo-me sinceramente de ter procedido desta maneira.

Faço o firme propósito de nunca mais cometer pecado, sobretudo este pecado..., com que tantas vezes Vos ofendi.

Quero evitar cuidadosamente, logo que me seja possível, a ocasião de pecar, especialmente este convívio..., esta leitura..., esta ocasião de pecado.

Quero vigiar atentamente os meus sentidos, renunciar completamente e morrer para este hábito pecaminoso... e a esta tentação..., resistindo-lhe sempre desde o primeiro momento e em todas as ocasiões.

Quero empregar com exatidão e consciência os meios que reconheço como necessários para a minha emenda e aqueles que o confessor me indicar.

Perdoo de todo o coração a todos os que me fizeram algum mal, assim como espero agora e na hora da minha morte receber de Vós, meu Deus, o perdão dos meus pecados.

Quero reparar, logo que me seja possível, as injustiças que cometi contra Deus e contra o próximo.

Depois da confissão

Do fundo do coração Vos dou graças, Deus misericordioso, por me terdes perdoado mais uma vez os meus pecados. Tudo o que houve de imperfeito ou defeituoso no meu arrependimento e na minha confissão, dignai-Vos completá-lo com a vossa misericórdia.

Em satisfação pelas ofensas que Vos causei com os meus pecados e em expiação da pena que justamente mereci, ofereço-Vos os amargos sofrimentos, o preciosíssimo Sangue e os infinitos méritos de Jesus Cristo, vosso Filho e meu Redentor; ofereço-Vos também os méritos da Santíssima Virgem Maria e de todos os santos e, em particular, as penitências e satisfações que todos os santos penitentes realizaram pela vossa graça, bem como esta minha penitência, tão pequena e tão insuficiente, que desejo cumprir com humildade e obediência.

Do mesmo modo, unido às satisfações do meu Salvador crucificado, ofereço-Vos tudo o que, com a vossa graça, vier a fazer de bom ao longo da minha vida e todas as contrariedades que terei de sofrer.

E agora arrependo-me de novo de todos os meus pecados; renuncio de todo o coração, na vossa santa presença, ao pecado e a todo o prazer pecaminoso. «Vai e não tornes a pecar.»

Foi isso que dissestes, Senhor, e é isso mesmo que agora também digo a mim próprio: não quero tornar a pecar. Renovo diante de Vós os propósitos

que formulei, especialmente o propósito de evitar este pecado..., esta ocasião..., e de pôr em prática este meio... Prometi-o e quero cumpri-lo. A Vós, meu Deus, quero servir fiel e constantemente, caminhar sempre nos vossos mandamentos e antes morrer do que pecar.

Nem a honra nem a riqueza, nem qualquer paixão ou consideração humana, nem o prazer nem a aflição, nem a vida nem a morte, nem criatura alguma, nada me poderá separar do amor de Cristo.

Mas Vós conheceis a minha fraqueza, meu Deus. Concedei-me, pois, a graça de Vos permanecer fiel até à morte, e ajudai-me para que, em toda a tentação, procure refúgio em Vós. Ó meu Salvador crucificado, em todo o perigo de pecado fazei-me recordar a vossa dolorosa Paixão e não permitais que jamais me separe de Vós. Ajudai-me, ó Maria, minha protetora! Alcançai-me do vosso Filho a graça da perseverança e de uma santa morte. Ámen. (Segundo o *Missal Schott* da Santa Igreja.)

2.A) As faltas e imperfeições do cristão piedoso

No primeiro livro da sua obra *Noite Escura*, São João da Cruz traça um retrato das imperfeições dos cristãos piedosos, a quem chama principiantes. Apresentamos, a seguir, um breve resumo.

1. *Orgulho*. Os principiantes experimentam tal zelo e tal desejo pelas práticas de piedade que esta disposição, embora boa, por causa da sua imperfeição, suscita frequentemente movimentos ocultos de orgulho e uma certa complacência em si mesmos. Alguns chegam a tal ponto de ilusão que gostariam de ser considerados verdadeiramente devotos; em todas as ocasiões se mostram a falar e a agir como se condenassem os outros; estão sempre inclinados a diminuir o mérito alheio; veem o argueiro no olho do próximo, mas não reparam na trave que está no seu próprio olho; deixam passar os mosquitos e engolem os camelos.

Alguns preocupam-se pouco com as próprias faltas; outros, pelo contrário, afligem-se excessivamente por causa delas, porque fazem demasiado boa ideia da sua própria santidade. Então irritam-se e impacientam-se consigo mesmos, revelando assim uma nova imperfeição.

Muitas vezes, com o coração angustiado, pedem a Deus que Se digne libertá-los das suas faltas e más inclinações; mas fazem-no mais para deixarem de sofrer com elas e viverem em paz do que por verdadeiro amor e gratidão para com Deus (cf. SÃO FRANCISCO DE SALES, *Filoteia*, III, 9).

2. *Avareza espiritual*. Muitos destes principiantes padecem também, por vezes, de uma espécie de avareza espiritual, porque dificilmente se dão por satisfeitos com o espírito que Deus lhes concede. Andam muito inquietos e queixam-se de não encontrarem o consolo que desejariam nas coisas espirituais. Muitos nunca se cansam de ouvir conselhos, de aprender ensinamentos espirituais, de possuir e ler numerosos livros sobre estes assuntos, empregando nisso mais tempo do que na prática da mortificação e da pobreza interior de espírito que conduz à perfeição.

Sentem frequentemente gosto em possuir estampas piedosas, rosários e outros objetos semelhantes, e apegam-lhes o coração de tal modo que isso

contradiz a verdadeira pobreza de espírito. Quem deseja alcançar a perfeição deve cortar esta inclinação dominante para tais coisas. Os que caminham verdadeiramente pelo caminho reto não se detêm tanto nos meios exteriores; preocupam-se apenas em conhecer aquilo que é suficiente para viver retamente.

3. *Luxúria espiritual*. Muitos principiantes têm numerosas imperfeições que podem chamar-se luxúria espiritual, não porque o sejam em si mesmas, mas porque surgem por ocasião das coisas espirituais. Acontece muitas vezes que, durante os próprios exercícios espirituais, sem que dependa da sua vontade, se levantem movimentos desordenados da sensualidade.

Como esses movimentos não dependem do livre-arbítrio, podem provir de uma de três causas. A primeira verifica-se em pessoas de constituição delicada: a doçura experimentada na piedade repercute-se na própria natureza sensível. A alma pode estar, no seu espírito, ocupada com Deus na oração; mas, ao mesmo tempo, as faculdades sensíveis experimentam agitações da sensualidade, sem consentimento nem resistência. A segunda causa é o demónio, que pretende perturbar a alma durante a oração com tais movimentos. E quando a alma lhes dá demasiada importância, o demónio causa-lhe grande dano. A terceira causa, muito frequente, é o próprio medo desses movimentos e representações.

Alguns, sob pretexto espiritual, estabelecem com determinadas pessoas amizades que muitas vezes não procedem do espírito, mas da luxúria espiritual. Isso reconhece-se porque a lembrança dessa amizade e desse afeto não aumenta o amor de Deus; pelo contrário, à medida que cresce a inclinação sensível, esfria o amor puro a Deus.

4. *Ira*. «Por causa do apego que muitos principiantes têm aos gostos espirituais, encontram-se ordinariamente sujeitos a muitas imperfeições do vício da ira. Quando lhes falta o gosto e a consolação nas coisas espirituais, ficam naturalmente desgostosos; e esse desgosto manifesta-se no seu modo de proceder, tornando-os ásperos nas suas relações e facilmente irritáveis por qualquer pequena contrariedade; por vezes, ninguém os consegue suportar. Isto sucede frequentemente depois de terem experimentado um recolhimento muito sensível na oração; quando esse sabor desaparece, permanece naturalmente uma certa secura e abatimento... Nessa disposição

natural, desde que a pessoa não se deixe arrastar pela falta de domínio de si mesma, não há culpa, mas apenas uma imperfeição que deverá ser purificada pela secura e opressão da noite escura.»

Outros chegam mesmo a cometer pecados por causa da ira, deixando-se dominar por um zelo desordenado perante as faltas e a má conduta dos outros, procurando censurá-los com dureza e chegando até a considerar isso uma virtude.

Outros, finalmente, irritam-se por causa das suas próprias imperfeições e faltas. Gostariam de se tornar santos num só dia. Formam muitos e grandes propósitos, mas caem tanto mais frequentemente quanto mais propósitos fazem, porque lhes falta humildade. Irritam-se cada vez mais consigo mesmos e não querem esperar pacientemente que Deus realize os seus desejos segundo o seu beneplácito.

5. *Gula espiritual*. Dificilmente se encontrará um principiante – por mais zeloso que seja ao dar os primeiros passos no caminho da virtude – que não caia numa das muitas imperfeições provenientes do gosto pelas consolações da vida espiritual recentemente iniciada. Em regra, procuram mais essas consolações do que a pureza e a verdadeira piedade. O desejo desses prazeres leva-os, por exemplo, a praticar penitências corporais exageradas ou a esgotarem as suas forças com jejuns contínuos. Agem sem regra e sem procurar conselho. Procuram obstinadamente convencer o diretor espiritual a aprovar os seus desejos e querem obter a sua aprovação a todo o custo. Se não o conseguem, ficam inconsoláveis como crianças e de mau humor. Parece-lhes que nada fazem pela causa de Deus só porque não podem fazer aquilo a que estão apegados.

Os que vivem dominados pelo desejo dos prazeres espirituais procuram-nos também nas suas comunhões, em vez de louvar e adorar humildemente o Senhor que vem até eles. Procedem do mesmo modo na oração. Nela, o mais importante para eles é experimentar uma devoção doce e sensível, que procuram alcançar a qualquer preço, chegando mesmo a cansar a cabeça com esforço excessivo. Se não o conseguem, ficam desolados; e, porque experimentam resistência em voltar a dedicar-se à piedade, acabam por abandoná-la completamente.

6. *Inveja e acídia*. Quando veem os outros progredir, os principiantes sentem por vezes desgosto. Experimentam inveja e sentimentos de desagrado perante aqueles que avançam mais na vida interior e os ultrapassam em méritos. Impacientam-se com as virtudes alheias e não suportam vê-las reconhecidas. Tomam imediatamente posição contrária e procuram diminuir, quanto podem, o valor dos elogios dirigidos aos outros. Desejando sempre ocupar o primeiro lugar, custa-lhes muito não serem admirados como os demais.

Por causa da acídia, os principiantes arrastam-se lentamente nas práticas em que o espírito deve realizar o essencial. Estão habituados ao consolo sensível e, quando já não o encontram nos exercícios de piedade, estes tornam-se para eles um pesado fardo. Alguns querem que Deus faça exatamente aquilo que eles desejam; quando isso não acontece, ficam inconsoláveis e só com grande resistência submetem a sua vontade à vontade divina. Irritam-se logo que lhes é pedido algo que não corresponde ao seu gosto. Sedentos de consolações espirituais, tornam-se fracos e preguiçosos em tudo o que exige energia, sobretudo no trabalho necessário para alcançar a perfeição. «São como as crianças mimadas, que fogem entristecidas de tudo o que é duro e se escandalizam com a cruz, na qual se encontram as delícias do espírito. E quanto mais espirituais são as coisas, tanto maior é o seu enfado...» (SÃO JOÃO DA CRUZ, *Noite Escura*, livro I, caps. 2-7).

2.b) As imperfeições dos cristãos zelosos

1. «As almas piedosas, não se contentando em evitar os pecados graves e procurar a própria salvação, têm a vontade sincera e firme de se dedicar ao serviço de Deus e à prática da virtude. Contudo, ao lado desta boa disposição, encontra-se nelas uma lamentável deficiência: não compreendem plenamente a renúncia aconselhada pelo Evangelho nem a põem verdadeiramente em prática. Daqui nascem muitos erros» (são as faltas mencionadas na secção 2.A).

«As almas zelosas possuem uma compreensão mais profunda da mortificação cristã e esforçam-se sinceramente por alcançá-la. Por isso, já não se encontra nelas aquela vaidade insensata, sempre cheia de si mesma ou escrava dos juízos humanos; nem aquela lamentável suscetibilidade, nem aquele excessivo cuidado consigo mesmas que tantas pessoas, aliás boas, introduzem nas suas obras; nem aquele amor exagerado por si próprias, pelo seu conforto e bem-estar, que ainda subsiste em muitos cristãos ao lado de uma fé viva e obscurece as verdadeiras excelências.»

«As almas zelosas ainda não chegaram à perfeição; contudo, as suas faltas são apenas passageiras, fruto da fragilidade, e arrependem-se sempre sinceramente delas. Essas faltas não procedem de uma disposição permanente e enraizada que procure esconder-se, desculpar-se ou combater apenas debilmente, como sucede nas almas apenas devotas.»

«Os cristãos devotos, além de atos de amor menos perfeitos, realizam também muitos atos de perfeito amor de Deus. Têm, além disso, um vivo horror ao pecado mortal. O ato justificante de amor ou de perfeita contrição brota espontaneamente dos seus corações, desde que se guardem do desânimo. Todavia, esses atos de amor não são muito intensos. São suficientemente fortes para afastar o pecado mortal, mas não para impedir os pecados veniais e, muito menos, as imperfeições, porque os cristãos simplesmente devotos lhes prestam pouca atenção.»

«Pelo contrário, nos cristãos zelosos os atos de amor puro são mais frequentes e, em todos os aspetos, mais perfeitos. Com a sua fé viva e a sua inteligência iluminada, conhecem melhor a beleza, a grandeza e a santidade

de Deus, e nisso encontram a sua alegria (amor de complacência). Como a sua mortificação é mais completa, desprendem-se mais facilmente do pecado mortal. Quando professam o seu amor a Deus, não se referem apenas aos pecados mortais, mas também aos veniais e até às imperfeições. O valor do seu amor aumenta ainda pelo seu zelo em agradar a Deus e vê-Lo glorificado (amor de benevolência), pelo seu ódio ao pecado grave, mais vigoroso do que nos cristãos menos perfeitos, pela resolução de evitar os pecados veniais e as imperfeições, resolução que, embora nem sempre firme, é verdadeiramente sincera. Elevam constantemente o coração para Deus; umas vezes dirigem-Lhe o olhar por um ato de amor, contemplando-O como objeto do seu terno afeto; outras vezes transformam em atos de santo amor de Deus os trabalhos que realizam, as ocupações de que se encarregam, as provações que suportam com paciência e as vitórias que alcançam na luta contra as tentações.»

O amor de Deus não é algo secundário na sua vida, mas precisamente o seu fundamento; a sua alma é dominada pelo desejo de referir tudo a Deus.

Deste zelo amoroso brotam naturalmente outras virtudes: uma grande confiança em Deus, uma paciência muito mais alegre e inabalável do que a do cristão simplesmente devoto; a sua humildade é mais profunda e a sua renúncia ao mundo mais completa. Quando se preocupam com o bem dos outros, fazem-no mais por um sentimento de caridade cristã do que por um impulso natural de simpatia ou de compaixão; além disso, procuram com maior empenho o bem espiritual daqueles que amam do que o seu bem-estar temporal.

«Com esta disposição de espírito, os cristãos zelosos cometem relativamente poucas faltas.

2. Contudo, mesmo entre os cristãos zelosos ainda se encontram muitas fraquezas; são mais zelosos do que firmes. É verdade que desejam sinceramente mortificar-se sempre e em tudo e que, de facto, realizam muitos atos heroicos de mortificação; mas ainda estão muito longe de uma renúncia completa.

Que a renúncia destas almas ainda está muito longe de atingir o grau desejado reconhece-se pelo facto de conservarem inclinações inteiramente

naturais, das quais gostariam de se libertar, mas que continuam a persegui-las e a perturbá-las; reconhece-se também porque ainda prestam demasiada atenção às conversas frívolas do mundo e às notícias mundanas.

Ainda há muitas coisas que lhes despertam vivo interesse; encontram satisfação nas alegrias terrenas, mas com moderação e sem ofender a Deus.

É verdade que desejariam mortificar-se em tudo; contudo, muitas vezes, quando a natureza encontra um prazer sem o ter procurado, deleitam-se em saboreá-lo, embora reconheçam que seria melhor renunciar-lhe. À clareza da luz da fé ainda não corresponde a necessária firmeza de resolução. Quando lhes é retirado um prazer em que encontravam alegria, então o cristão zeloso submete-se de boa vontade e prontamente, porque conhece o valor da cruz e sente-se feliz por poder oferecer esse sacrifício ao seu Deus; mas sem imaginar, por isso, que já alcançou uma mortificação perfeita.

Os cristãos zelosos fizeram, por exemplo, o propósito de começar o dia com um pequeno sacrifício que custe à natureza, levantando-se da cama logo ao despertar, sem qualquer hesitação. Porém, quando chega esse momento, sentem alguma preguiça em cumprir o propósito. O propósito é sincero, mas falta-lhes força no instante da execução.

Sem terem a desobediência e a obstinação de muitos cristãos simplesmente devotos, contudo, em determinadas ocasiões continuam a manter-se, mais ou menos conscientemente, presos à sua própria vontade; e, quando pequenos acontecimentos da vida não decorrem segundo os seus desejos, submetem-se apenas pela metade e alimentam no coração um certo descontentamento. Não suspeitam quanto amor-próprio natural ainda se esconde nas suas boas aspirações, quanta sensibilidade meramente humana existe ainda nas suas alegrias e tristezas, nos seus receios e esperanças.

Ainda que pratiquem frequentemente e com seriedade a renúncia, permanece neles um certo desejo de realizar algo de grande, uma ambição de superar os outros, ainda que apenas no campo espiritual. Estão demasiado esclarecidos para desprezar os homens do mundo ou para procurar avidamente pequenos êxitos nas coisas terrenas, encontrando aí satisfação na vaidade imperfeita; contudo, não possuem o mesmo desprendimento em relação aos bens espirituais. Até da cruz que a

Providência lhes envia aproveitam a ocasião para se comprazem em si mesmos. Além disso, exageram frequentemente as suas provações e convencem-se de que poucos têm de suportar cruces semelhantes.

Também daqui provém o facto de nem sempre se alegrarem sinceramente com o bem que os outros fazem (inveja). Não é verdade que encontramos muitas vezes pessoas muito boas que julgam favoravelmente as próprias ações e severamente as dos outros?

Os cristãos zelosos possuem, em geral, grande confiança em Deus. Contudo, em muitos essa confiança vem acompanhada de uma confiança em si mesmos que não está isenta de temeridade. Noutros, pelo contrário, a confiança deixa ainda muito a desejar, quer porque se apoiam demasiado nos meios humanos, quer porque não têm suficiente confiança na bondade ilimitada e na Providência inteiramente paternal de Deus. Isto é um resto da maneira de pensar puramente humana, daquela prudência humana que já não encontramos nos verdadeiros amigos de Deus.

«Também entre muitos cristãos zelosos que fizeram progressos na virtude, mas que ainda não atingiram a perfeição, existe uma certa atividade inquieta: tomam decisões precipitadas e apressadas; não encontram tempo para rezar a Deus, aconselhar-se com pessoas piedosas e prudentes e deixar passar a primeira impressão; lançam-se impetuosamente ao cumprimento dos deveres do seu estado. Outros cristãos zelosos, apesar do sincero desejo de perfeição em todos os atos da sua vida, conservam ainda um excessivo amor ao conforto e à comodidade. Tanto nuns como noutros se nota muito claramente a alternância entre os tempos de fervor e os tempos de tibieza.» (SANDREAN, *Das geistliche Leben – A Vida Espiritual*, I, p. 399 ss.).

3. Exame de consciência segundo o Pai-Nosso

(Para os exercícios espirituais e dias de retiro)

Pai. A minha relação fundamental com Deus Pai.

É Deus verdadeiramente para mim o Pai a quem devo respeito, gratidão e obediência, em quem deposito a minha fé e confiança e a cuja vontade me submeto, com toda a paciência, também no sofrimento? Sou realmente seu filho? Ou tornou-Se para mim um estranho por causa da indiferença, do desgosto e da irritação que senti?

Vivo consciente de que o Pai, o Deus Uno e Trino, habita pessoalmente no mais íntimo da minha alma, para a dirigir, proteger e encher da sua força e da sua vida?

A glória de Deus, o culto e a honra de Deus interessam-me verdadeiramente? Esforço-me por fazer alguma coisa pela honra de Deus? É o meu primeiro e mais importante empenho conhecer Deus e amá-Lo e, para esse fim, santificar-me e procurar a perfeição cristã? Que significam para mim os votos religiosos, as regras e as prescrições da vida conventual? Que representam para mim a vida interior e o desejo da virtude? Quem é para mim Cristo, o Salvador, meu irmão e meu amigo? Que valor têm para mim as suas palavras e as suas obras? Que significa para mim o Santíssimo Sacramento da Eucaristia? O que representa para mim a Igreja? Defendo a honra de Cristo, da sua Igreja e dos seus santos?

Oração. Procurei encontrar tempo para estar uma hora na intimidade com o meu Pai? A minha oração é humilde, confiante, perseverante e digna de um filho do Pai? Deixo-me distrair consciente e voluntariamente? Que valor têm para mim a meditação, o exame de consciência e a leitura espiritual?

Trabalho. O trabalho é, para mim, um serviço prestado ao Pai? Cumpro todas as tarefas que me são confiadas? Faço-o com pontualidade, sentido de responsabilidade e alegria?

Nosso. A minha relação fundamental com os outros.

Respeito o próximo? Respeito a sua vida, a sua liberdade, a sua maneira de ser, a sua inocência, a sua honra e o seu bom nome?

Cumpro os deveres de justiça e de caridade para com todos os que necessitam de mim, com prontidão, bondade e cordialidade? Tenho dado escândalo? (Pecados de escândalo ou de cooperação nos pecados alheios.)

Como é a minha relação com aqueles que me estão mais próximos, na família ou na comunidade religiosa? Há amor? Fidelidade? Tenho amor à Igreja, ao povo e à pátria? Esforço-me por ser cada vez mais generoso e prestável?

Aceito os meus irmãos tal como são, mesmo quando as coisas lhes correm mal e quando são menos amáveis? Sou capaz e digno de receber o amor dos outros?

Santificado seja o vosso nome.

É Deus, para mim, o Santo diante de quem me ajoelho com profundo respeito? É Ele o Senhor inviolável, diante de quem tudo deve submeter-se?

Esforço-me por santificar o seu nome? Tenho consciência de que a honra do Pai me está confiada? Os meus pensamentos e as minhas palavras são respeitosos para com Deus? São dignos de Deus? Fere-me e entristece-me ouvir blasfemar contra Deus, contra Cristo e contra a Igreja?

Procuro formar uma imagem verdadeira de Deus, uma imagem viva de Cristo? Preocupo-me em aprofundar os meus conhecimentos religiosos e os meus deveres morais? Esforço-me por possuir uma consciência reta e delicada? Sou consciencioso em tudo?

Na comunidade, na paróquia ou no convento, esforço-me por difundir a glória de Deus? (Oração coral, culto divino comunitário.)

Venha a nós o vosso reino.

Espero o reino futuro, o dia de Cristo, a manifestação do seu reino? Esqueci-me do mundo futuro? A minha vida está preparada para o fim?

Tenho consciência de que sou peregrino nesta terra e procedo em conformidade?

Preocupo-me com a vinda do reino de Deus ao mundo? Rezo e ofereço sacrifícios por essa intenção? Procuro que já neste mundo brilhe um reflexo da glória do reino futuro, da justiça, do triunfo do bem e da santidade? Não sou ocasião de escândalo para os outros?

Preocupo-me com o crescimento do reino de Deus em mim? Permito que ele cresça? Que é que se opõe ao seu desenvolvimento? Sou verdadeiramente, no sentido do Sermão da Montanha, «pobre» diante de Deus e espero tudo da sua graça? Tenho fome dos dons de Deus, da sua vida e do seu amor? Sou manso? Ou deixo-me dominar pela indignação, pela ira e pelas minhas paixões? Elevo-me interiormente acima das ofensas? Sou misericordioso nos meus juízos acerca dos outros? Tenho paciência com as suas fraquezas? Vejo as suas misérias? Ajudo-os de boa vontade?

O meu comportamento para com os outros é claro, leal e sem ambiguidades? Amo a paz e não a discórdia e as contendas? Com as minhas palavras não semeio entre os outros o ódio, o desprezo e as inimizades? Perdoo as injustiças que sofri?

Que significado têm para mim a Igreja, a sua palavra, o seu ensinamento e o seu modo de pensar?

Seja feita a vossa vontade.

É a vontade do Pai o que mais importa para mim? Procuro reconhecer a vontade e a mão do Pai em todos os acontecimentos e experiências da minha vida? Deixo-me conduzir pela minha própria vontade, por orgulho, por falta de confiança ou por receio das consequências que a aceitação plena da vontade de Deus pode trazer?

Sou dócil a cada chamamento e a cada missão que o Pai me confia? Estou vigilante e pronto para me adaptar a tudo segundo a vontade do Pai?

Como cumpro o grande mandamento do amor de Deus e do próximo? Falto à caridade nos meus pensamentos, nas minhas palavras ou nas minhas ações? Procedo com bondade para semear o amor? Pode o amor de Deus manifestar-se, por meu intermédio, aos outros? O meu comportamento para com Deus, para com Cristo e para com a Igreja não será desonroso e prejudicial?

Nos meus deveres quotidianos, nas regras e determinações dos superiores, nas circunstâncias e relações em que vivo, reconheço a vontade e o mandamento de Deus Pai? Também nas situações difíceis digo, de boa vontade e com alegria, o meu «Sim, Pai, porque assim foi do vosso agrado»? Estou disposto a sacrificar tudo o resto à vontade e ao chamamento de Deus?

O pão nosso de cada dia nos dai hoje.

Peço também ao Pai as coisas de cada dia? Vivo numa atitude de confiança, sem me angustiar pelo futuro? Estou satisfeito com o simples pão de cada dia? Não murmuro? Dou graças ao Pai também pelas coisas mais simples da vida quotidiana?

Preocupo-me com o pão quotidiano da alma, isto é, com a Palavra de Deus (a liturgia, a pregação, a leitura da Sagrada Escritura, etc.)? Cuido de receber dignamente o Pão Eucarístico?

Esforço-me por que aqueles que me estão confiados conservem o gosto pela formação religiosa contínua?

Perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido.

Procuro reconhecer as minhas faltas? Admito-as? Confesso-as diante do Pai e peço-Lhe o seu perdão?

Confesso sincera e humildemente a minha culpa diante da comunidade (no *Confiteor* da Missa) e diante do sacerdote, representante de Cristo e da Igreja, na santa confissão? Perdoo aos que me ofenderam? A todos, sem

exceção? Sou conciliador? Irrito-me facilmente? Julgo os outros? Quando é necessário, peço perdão? Haverá alguém que eu «não consiga suportar»?

E não nos deixeis cair em tentação.

Conheço a minha própria fraqueza? Sou imprudente diante da tentação? Brinco com ela?

Não favoreço eu mesmo as tentações, por exemplo, alimentando desejos desordenados? Como me comporto perante as seduções do mundo? Que atitude assumo perante a secularização da vida e perante as correntes e ideias materialistas do nosso tempo?

Como enfrento o terrível poder do mal e das suas tentações? A fé na justiça futura dá-me a paciência e a confiança necessárias na Providência divina? Temo e fujo, por todos os meios, do maior dos perigos: desprezar e abusar da graça de Deus, endurecer o coração e pecar contra o Espírito Santo?

Mas livrai-nos do mal.

Não desejo apenas que Deus me livre de todas as provações? Procuro compreender cada vez mais profundamente o sentido da dor e da Cruz? A participação nos sofrimentos de Cristo é, para mim, um caminho de desprendimento e de redenção?

Vejo na dor a Providência, o desígnio e a mão de Deus Pai? Estou verdadeiramente preparado para o sacrifício? A minha alma está aberta à consolação de Deus? Está também aberta às muitas pequenas alegrias com que Deus me presenteia todos os dias? Aguardo com ardente esperança a redenção eterna que me será trazida no dia da vinda de Cristo?

4. Orações para a Sagrada Comunhão

Antes da Sagrada Comunhão

A preparação imediata para receber a sagrada comunhão consiste em unir-nos ao sacerdote que oferece o sacrifício e à comunidade que com ele oferece, isto é, à Igreja, no sacrifício eucarístico. No sacrifício da Eucaristia, «os próprios fiéis, reunidos em comuns votos e orações, oferecem ao Pai eterno, por meio do sacerdote, o Cordeiro sem mancha, tornado presente sobre o altar apenas pela voz do sacerdote, como vítima de louvor e de propiciação sumamente agradável pelas necessidades de toda a Igreja. E, assim como o divino Redentor, ao morrer na Cruz, Se ofereceu ao Pai eterno como Cabeça de toda a humanidade, assim também nesta oblação pura (Mt 1, 11) não só Se oferece ao Pai celeste como Cabeça da Igreja, mas oferece também, em Si mesmo, os seus membros místicos, pois a todos, até aos mais fracos e doentes, os encerra amorosamente no seu Coração.»

Oferecemo-nos a nós próprios a Cristo como oferta e, em Cristo, oferecemo-nos ao Pai e tornamo-nos também oferta. Na sagrada comunhão, o Pai dá-nos o seu Filho crucificado, para que Ele nos una ao seu espírito e à sua força de sacrifício e para que sejamos suficientemente fortes para sermos, na vida de cada dia, na dura realidade quotidiana, uma oferta, por assim dizer, sangrenta, tal como nos consagramos a Deus na celebração litúrgica.

Em caso de necessidade, as seguintes orações podem ser úteis na preparação para a sagrada comunhão.

Deus onnipotente e eterno, eis-me a aproximar do sacrifício do vosso Filho unigénito, nosso Senhor Jesus Cristo. Venho como um doente ao médico da vida, como um pecador manchado à fonte da misericórdia, como um cego à luz da claridade eterna, como um pobre e necessitado ao Senhor do céu e da terra.

Por isso Vos peço, pela abundância da vossa infinita bondade, que cureis a minha enfermidade, laveis as minhas manchas, ilumineis a minha cegueira, enriqueçais a minha pobreza e revistais a minha nudez, para que

eu receba o Pão dos Anjos, o Rei dos reis e Senhor dos senhores, com tão grande reverência, com tamanha pureza e fé, com tão reta disposição de espírito e de coração, como convém para a salvação da minha alma. Concedei-me, eu Vo-lo suplico, receber não só o sacramento do Corpo e do Sangue do Senhor, mas também a realidade e a virtude deste sacramento.

Ó Deus de infinita bondade, fazei que eu receba o Corpo do vosso Filho Unigénito, nosso Senhor Jesus Cristo, que Ele recebeu da Virgem Maria, de tal modo que eu mereça ser incorporado no seu Corpo Místico e contado entre os seus membros. Ó Pai amantíssimo, concedei-me que um dia possa contemplar face a face, por toda a eternidade, o vosso divino e amado Filho, que agora desejo receber oculto nesta vida mortal, Ele que convosco vive e reina, na unidade do Espírito Santo, Deus pelos séculos dos séculos. Ámen.

São Tomás de Aquino

Creio firmemente que Vós, Jesus, meu Salvador e Redentor, estais verdadeiramente presente no Santíssimo Sacramento do altar, em carne e sangue, corpo e alma, com a vossa humanidade e a vossa divindade. Porque Vós, Verdade eterna e infalível, dissestes: «Isto é o meu corpo; este é o meu sangue» (Mt 26, 26). «Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna, e Eu ressuscitá-lo-ei no último dia» (Jo 6, 54). «Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em Mim e Eu nele» (Jo 6, 56).

Espero em Vós, meu Jesus, que, por meio deste santíssimo Sacramento, derrameis em mim a abundância da vossa graça, da vossa vida, da vossa força e do vosso Espírito, libertando-me de mim mesmo e das minhas más inclinações, pois, fazendo-Vos meu alimento, atraís-me para Vós na mais íntima união e transformais-me em Vós, assim como transformais o pão no vosso sagrado Corpo e o vinho no vosso preciosíssimo Sangue.

Realizai também em mim essa santa transformação.

Amo-Vos, dulcíssimo Jesus, com todo o meu coração. Porque Vos amo, pesa-me profundamente ter-Vos ofendido e ultrajado tantas vezes com os meus pecados e faltas. Porque Vos amo, desejo com todas as minhas forças unir-me a Vós na sagrada comunhão e tornar-me inteiramente vosso. Anseio que, pela força desta união, tudo o que me pertence se torne vosso,

seja acolhido no vosso Santíssimo Coração, nas vossas orações, na vossa perfeita e infinita caridade e seja oferecido ao vosso Pai. Graças a esta união, quero que todos os meus pensamentos, aspirações, desejos e ações dependam inteiramente de Vós e da influência da vossa graça, para que Vós vivais e reineis em mim, para que cresçais em mim e eu diminua e morra cada vez mais para mim mesmo (Jo 3, 30), vivendo unicamente a vossa vida para honra do Pai e para vossa honra e glória.

Oração de Santa Gertrudes

Eis-me aqui, aproximando-me de Vós, fogo devorador: consumi-me, pó da terra, no fogo do vosso amor. Eis-me aqui, aproximando-me de Vós, ó minha dulcíssima luz: fazei resplandecer sobre mim o vosso rosto, para que as minhas trevas se transformem, diante de Vós, na claridade do meio-dia. Eis-me aqui, aproximando-me de Vós, centro beatíssimo de todos os corações: fazei de mim uma só coisa convosco pelo fogo do vosso amor, que tudo consome.

Depois da Sagrada Comunhão

Estes momentos são preciosos. Neles oferecemo-Vos tudo o que somos e possuímos e entregamo-Vos todo o dia, com os seus trabalhos e sacrifícios, as suas alegrias e as suas dores. Unidos a Jesus pela sagrada comunhão, todo o trabalho do dia é «transformado» e consagrado, assim como, na santa transubstanciação, o pão se torna Corpo de Cristo e o Corpo de Cristo está cheio da sua vida divina. Assim, os nossos pensamentos, o nosso trabalho e os nossos sofrimentos tornam-se participação na oração, no amor, no pensamento e na expiação do Senhor, tornando-se parte da sua própria vida.

«Vós em Mim e Eu em vós» (Jo 14, 20).

Em caso de necessidade, podem ser úteis as seguintes orações:

Jesus, vivo para Vós; Jesus, morro por Vós; Jesus, sou vosso, na vida e na morte.

Como Vos poderei agradecer a honra de terdes entrado pessoalmente no meu coração para me enriquecer e tornar feliz com a vossa própria vida! Vós, com a vossa divindade e humanidade, dais-me tudo o que sois e possuí: os vossos méritos, a vossa oração, o vosso amor ao Pai, a vossa dedicação a Ele, a vossa vida. Tudo isso passou agora a ser meu, para que eu ame Deus com o vosso amor, O adore com o vosso Coração, Lhe dê graças com o vosso Coração, Lhe ofereça satisfação com a vossa oração expiatória e, por meio do vosso Coração e unido ao vosso Santíssimo Coração, Lhe implore dizendo: «Pai nosso». Vós sois meu. Como poderei exprimir-Vos a minha gratidão?

Porque agora sois meu, ofereço-Vos ao Pai celeste em expiação e satisfação por todos os meus pecados, infidelidades, faltas e imperfeições. Ofereço-Vos como complemento daquilo que eu, criatura limitada, apenas posso oferecer de modo imperfeito e insuficiente à infinita majestade da Santíssima Trindade. Em meu lugar, amai-O, rezai-Lhe, prestai-Lhe homenagem, dai-Lhe graças, reparai e louvai-O com o vosso poder infinito. Assim será prestado ao Pai um culto digno, um louvor infinito e uma satisfação plenamente suficiente.

Ofereço-Vos também em reparação das faltas e pecados dos outros, de toda a humanidade pecadora. Concedei-lhes o vosso perdão e a vossa graça, auxílio e fortaleza nas suas necessidades e misérias.

Ofereço-Vos igualmente em ação de graças por todas as graças com que a Santíssima Trindade enriqueceu a vossa santíssima Humanidade, a vossa Santíssima Mãe e todos os santos; por todas as graças e benefícios que eu e os meus recebemos incessantemente do Pai, especialmente pela graça da santa fé, do santo Batismo...

Ofereço-Vos ainda para que apresenteis ao Pai as minhas súplicas e necessidades, bem como as súplicas e necessidades daqueles que me são queridos.

Entrego-me inteiramente a Vós, para Vos pertencer, assim como Vós me pertenceis. Quero ser todo vosso. Sejam vossas a minha oração, as minhas obras, os meus sofrimentos e os meus sacrifícios; vosso seja cada instante dos meus dias e das minhas noites, cada pensamento, cada pulsação do meu

coração, cada movimento dos meus membros. Que tudo seja depositado no vosso Coração, que reza, ama e oferece sacrifícios, como tantos grãos de incenso que Vos digneis aceitar e transformar, na chama ardente do vosso Santíssimo Coração, nas vossas próprias orações, nos atos do vosso amor e da vossa entrega ao Pai e para vossa glória. Tudo Vos pertence. Como sou feliz por Vos pertencer e poder entregar tudo nas vossas mãos e no vosso Santíssimo Coração!

Oração de Santa Gertrudes

Que a minha dulcíssima incorporação em Vós sirva para o perdão de todos os meus pecados e faltas, para a expiação de todas as minhas negligências e para reparar toda a minha vida desperdiçada. Afastai do meu espírito toda a tibieza e concedei-me uma vida inteiramente consagrada a Vós. Dai-me um espírito que encontre em Vós a sua alegria, uma inteligência que Vos compreenda, uma alma que reconheça a vossa vontade, uma força que cumpra o que Vos agrada, uma vontade que persevere fielmente em Vós. E, na hora da morte, abri-me sem demora a porta do vosso amantíssimo Coração, para que, livre de todos os obstáculos por Vós removidos, eu mereça unir-me inseparavelmente a Deus, possuir-Vos e gozar-Vos para sempre, verdadeira alegria do meu coração. Ámen.

Oração com indulgência

Alma de Cristo, santificai-me.
Corpo de Cristo, salvai-me.
Sangue de Cristo, inebriai-me.
Água do lado de Cristo, lavai-me.
Paixão de Cristo, confortai-me.
Ó bom Jesus, ouvi-me.
Dentro das vossas chagas, escondi-me.
Não permitais que eu me separe de Vós.
Do inimigo maligno, defendei-me.
Na hora da minha morte, chamai-me
e mandai-me ir para Vós,

para que, com os vossos santos, Vos louve pelos séculos dos séculos.
Ámen.

Oração de Santo Inácio de Loiola

Trezentos dias de indulgência em cada recitação. Sete anos de indulgência, uma vez por dia, depois da sagrada comunhão. Rezada diariamente, concede indulgência plenária uma vez por mês (Pio IX, decreto de 9 de janeiro de 1854).

A Jesus crucificado

Rezando a seguinte oração diante de uma imagem de Jesus crucificado obtém-se uma indulgência de dez anos. Para alcançar a indulgência plenária requerem-se ainda a confissão, a comunhão e uma oração pelas intenções do Santo Padre (Pio IX).

Olhai para mim, ó meu amado e bom Jesus, prostrado na vossa presença. Com o maior fervor Vos peço que imprimais no meu coração vivos sentimentos de fé, esperança e caridade, verdadeira dor dos meus pecados e firme propósito de nunca mais Vos ofender, enquanto eu considero, com todo o amor e compaixão de que sou capaz, as vossas cinco chagas, começando por recordar o que de Vós disse o santo profeta David: «Trespasaram as minhas mãos e os meus pés; posso contar todos os meus ossos» (Sl 21 [22], 17).

Oração com indulgência plenária para a hora da morte

Quem, uma vez na vida, em qualquer dia, receber dignamente os santos sacramentos e rezar devotamente, com verdadeiro amor de Deus, a oração seguinte, obtém uma indulgência plenária para a hora da morte, sem necessidade de qualquer outro ato, desde que então se encontre em estado de graça (São Pio X, 9 de março de 1904).

Senhor e meu Deus, desde já recebo e aceito da vossa mão, com plena conformidade e inteira vontade, qualquer género de morte que Vos aprouver enviar-me, com todas as suas angústias, sofrimentos e dores.

Ladainha do Sagrado Coração de Jesus

Senhor, tende piedade de nós.

Cristo, tende piedade de nós.

Senhor, tende piedade de nós.

Cristo, ouvi-nos.

Cristo, atendei-nos.

Deus Pai do Céu, tende piedade de nós.

Deus Filho, Redentor do mundo, tende piedade de nós.

Deus Espírito Santo, tende piedade de nós.

Santíssima Trindade, que sois um só Deus, tende piedade de nós.

Coração de Jesus, Filho do Pai Eterno, tende piedade de nós.

Coração de Jesus, formado pelo Espírito Santo no seio da Virgem Mãe,
tende piedade de nós.

Coração de Jesus, substancialmente unido ao Verbo de Deus, tende piedade
de nós.

Coração de Jesus, de infinita majestade, **tende piedade de nós.**

Coração de Jesus, templo santo de Deus,

Coração de Jesus, tabernáculo do Altíssimo,

Coração de Jesus, casa de Deus e porta do Céu,

Coração de Jesus, fornalha ardente de caridade,

Coração de Jesus, santuário de justiça e de amor,

Coração de Jesus, cheio de bondade e de amor,

Coração de Jesus, abismo de todas as virtudes,

Coração de Jesus, digníssimo de todo o louvor,

Coração de Jesus, Rei e centro de todos os corações,

Coração de Jesus, em quem estão todos os tesouros da sabedoria e da
ciência,

Coração de Jesus, em quem habita toda a plenitude da divindade,

Coração de Jesus, em quem o Pai pôs todas as suas complacências,

Coração de Jesus, de cuja plenitude todos nós recebemos,
Coração de Jesus, desejo das colinas eternas,
Coração de Jesus, paciente e cheio de misericórdia,
Coração de Jesus, rico para todos os que Vos invocam,
Coração de Jesus, fonte de vida e de santidade,
Coração de Jesus, propiciação pelos nossos pecados,
Coração de Jesus, saturado de opróbrios,
Coração de Jesus, esmagado por causa das nossas iniquidades,
Coração de Jesus, feito obediente até à morte,
Coração de Jesus, trespassado pela lança,
Coração de Jesus, fonte de toda a consolação,
Coração de Jesus, nossa vida e ressurreição,
Coração de Jesus, nossa paz e reconciliação,
Coração de Jesus, vítima pelos pecadores,
Coração de Jesus, salvação dos que esperam em Vós,
Coração de Jesus, esperança dos que morrem em Vós,
Coração de Jesus, delícia de todos os santos.

Cordeiro de Deus, que tirais o pecado do mundo, perdoai-nos, Senhor.
Cordeiro de Deus, que tirais o pecado do mundo, ouvi-nos, Senhor.
Cordeiro de Deus, que tirais o pecado do mundo, tende piedade de nós.

V. Jesus, manso e humilde de Coração.

R. Fazei o nosso coração semelhante ao vosso.

Oração

Deus onnipotente e eterno, olhai para o Coração do vosso amantíssimo Filho e para os louvores e satisfações que Ele Vos oferece em favor dos pecadores; e, na vossa infinita bondade, concedei o perdão àqueles que imploram a vossa misericórdia em nome do mesmo vosso Filho, Jesus Cristo, que convosco vive e reina, na unidade do Espírito Santo, Deus pelos séculos dos séculos. *Ámen.*

(Sete anos de indulgência. Indulgência plenária uma vez por mês.

Ladainha de Nossa Senhora

Senhor, tende piedade de nós.
Cristo, tende piedade de nós.
Senhor, tende piedade de nós.

Cristo, ouvi-nos.
Cristo, atendei-nos.

Pai celeste, que sois Deus, tende piedade de nós.
Filho, Redentor do mundo, que sois Deus, tende piedade de nós.
Espírito Santo, que sois Deus, tende piedade de nós.
Santíssima Trindade, que sois um só Deus, tende piedade de nós.

Santa Maria, ***rogai por nós.***

Santa Mãe de Deus,
Santa Virgem das virgens,
Mãe de Cristo,
Mãe da Igreja,
Mãe da misericórdia,
Mãe da divina graça,
Mãe da esperança,
Mãe puríssima,
Mãe castíssima,
Mãe imaculada,
Mãe intacta
Mãe amável,
Mãe admirável,
Mãe do bom conselho,
Mãe do Criador,
Mãe do Salvador,
Virgem prudentíssima,
Virgem venerável,
Virgem louvável,

Virgem poderosa,
Virgem clemente,
Virgem fiel,
Espelho de justiça,
Sede da sabedoria,
Causa da nossa alegria,
Vaso espiritual,
Vaso honorífico,
Vaso insigne de devoção,
Rosa mística,
Torre de David,
Torre de marfim,
Casa de ouro,
Arca da Aliança,
Porta do Céu,
Estrela da manhã,
Saúde dos enfermos,
Refúgio dos pecadores,
Consoladora dos aflitos,
Conforto dos migrantes,
Auxílio dos cristãos,
Rainha dos Anjos,
Rainha dos Patriarcas,
Rainha dos Profetas,
Rainha dos Apóstolos,
Rainha dos Mártires,
Rainha dos Confessores,
Rainha das Virgens,
Rainha de Todos os Santos,
Rainha concebida sem pecado original,
Rainha elevada ao Céu,
Rainha do Santíssimo Rosário,

Rainha da Família,
Rainha da Paz,

Cordeiro de Deus, que tirais o pecado do mundo, perdoai-nos, Senhor.
Cordeiro de Deus, que tirais o pecado do mundo, ouvi-nos, Senhor.
Cordeiro de Deus, que tirais o pecado do mundo, tende piedade de nós.

V. Rogai por nós, Santa Mãe de Deus.

R. Para que sejamos dignos das promessas de Cristo.

Oração

Nós Vos suplicamos, Senhor Deus, concedei aos vossos servos a graça de gozarem de perpétua saúde de alma e corpo; e, pela gloriosa intercessão da bem-aventurada sempre Virgem Maria, fazei que sejamos livres da tristeza presente e alcancemos a alegria eterna. Por Cristo, nosso Senhor. *Ámen.*

[*] Devido a omissão parcial no texto inglês, parte do Apêndice foi traduzida a partir do *texto espanhol*.

ÍNDICE

PRÓLOGO

:PRIMEIRA PARTE: A Confissão Frequente

1. O O que significa confissão frequente?
2. Como deve praticar-se a confissão frequente?
 - A) O propósito
 - B) A confissão (acusação)
 - C) O exame de consciência
 - D) O arrependimento
 - E) A satisfação (penitência)
3. Diretores espirituais, confessores e penitentes
4. A formação da consciência

:SEGUNDA PARTE: Reflexões

1. Fazei penitência
2. O pecado (1)
3. O pecado (2)
4. O pecado venial (1)
5. O pecado venial (2)
6. A vitória sobre o pecado venial deliberado
7. O pecado de fraqueza
8. A vida perfeita
9. As imperfeições
10. O amor-próprio
11. A tibieza
12. Os pecados de omissão
13. A convicção da própria justiça
14. O arrependimento (1)
15. O arrependimento (2)
16. O arrependimento (3)

17. A contrição
18. A satisfação sacramental
19. A graça sacramental
20. O temor de Deus
21. O amor de concupiscência
22. A caridade perfeita
23. O amor a Cristo
24. O amor do cristão ao próximo
25. A nossa vida de oração
26. A sagrada comunhão frequente

APÊNDICE

1. Como fazer uma boa Confissão
- 2.A) As faltas e imperfeições do cristão piedoso
- 2.B) As imperfeições dos cristãos zelosos
3. Exame de consciência segundo o Pai-Nosso
4. Orações para a Sagrada Comunhão